

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Departamento de Ciência Política

ZEONYR BARBOSA CONRADO

**A COR VERMELHA DO ARCO-ÍRIS:
Movimento LGBTQIA+ e partidos de esquerda no Brasil**

Belo Horizonte

2024

ZEONYR BARBOSA CONRADO

A COR VERMELHA DO ARCO-ÍRIS:

Movimento LGBTQIA+ e partidos de esquerda no Brasil

Versão Final

Dissertação apresentada junto à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães (UFMG).

Belo Horizonte

2024

320 Conrado, Zeonir Barbosa.
C754c A cor vermelha do arco-íris [manuscrito] : movimento
2024 LGBTQIA+ e partidos de esquerda no Brasil / Zeonir
Barbosa Conrado. - 2024.
154 f.
Orientador: Juarez Rocha Guimarães.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses. 2. Pessoas LGBTQ+ - Teses.
3.Partidos políticos - Teses. 4. Comunismo - Teses.
I. Guimarães, Juarez R.(Juarez Rocha). II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 05ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO ZEONYR BARBOSA CONRADO

Realizou-se, no dia 22 de março de 2024, às 14:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "A cor vermelha do arco-íris: movimento LGBTQIA+ e partidos de esquerda no Brasil", elaborada e apresentada por ZEONYR BARBOSA CONRADO - número de registro 2022653844, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Juarez Rocha Guimarães - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG), Profa. Letícia Godinho de Souza (FJP). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 22 de março de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 22/03/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Godinho de Souza, Usuária Externa**, em 26/03/2024, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes, Professor do Magistério Superior**, em 26/03/2024, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3102660** e o código CRC **4BA76F2E**.

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra mola que resiste
(João Ricardo e João Apolinário – Secos & Molhados)*

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar este singelo texto, tampouco poderia ter desenvolvido esta pesquisa, sem agradecer aquela que é a pessoa mais importante da minha vida, minha mãezinha Nilce Barbosa. Obrigado por me ensinar todos os dias o verdadeiro significado da palavra amor. A senhora que batalhou desde muito cedo para ajudar seus irmãos e irmãs, que chegava em casa de bicicleta nas madrugadas depois de cumprir sua jornada de trabalho na antiga Telemig, às vezes ficava sentado na calçada ao lado do pai lhe esperando dobrar a esquina. Sua batalha incansável para me manter disciplinado diante dos estudos. Sem você, mãezinha, nada disso aconteceria. Sou e serei sempre grato a senhora. O mais profundo obrigado!

Agradeço também ao meu pai Zailton Vieira Conrado (*in memoriam*) por me ensinar o valor da felicidade e por ter sido uma pessoa que socializou a alegria e democratizou gargalhadas por onde quer que estivesse. Guardo com muito carinho e com eterna saudade todos os momentos vivenciados ao seu lado. É como diz o trecho da canção de Nelson Gonçalves e Raphael Rabello “naquela mesa ele contava histórias que hoje na memória guardo e sei de cor... e nos seus olhos era tanto brilho, que mais que seu filho eu virei seu fã”.

Agradeço especialmente à minha irmã Patrícia Barbosa e meu irmão Ricardo Conrado por terem cuidado tão bem de mim. Apesar de eu ter sido uma criança insuportável e que na primeira oportunidade dedurava vocês. Agradeço vocês do fundo do meu coração. Eu tenho um orgulho gigantesco em tê-los como irmã e irmão. Pat, sua inteligência e sua dedicação à família são inspiradoras. Rick, sua astúcia e disposição também o são. Também agradeço meu irmão Roberto Conrado Swyder por ter me ensinado sobre a importância do diálogo e da reconciliação. Sobretudo, por ser uma referência importante de que um relacionamento afetivo pode sim ser para a vida toda, agradeço cada palavra. Ao meu irmão Renato Conrado, espero que você esteja bem meu mano e que possamos nos reencontrar em breve.

Faço agora um agradecimento mais do que especial para meu amor, amado, amigo, marido e companheiro, Pablo Diego. Vida, obrigado por estar comigo todos esses momentos. Da mais difícil das tempestades às brisas mais leves que a vida traz para nós. Nesses últimos meses você tem sido um companheiro leal, aquele que me incentiva e me tranquiliza, que ameniza minha ansiedade e me coloca em movimento. Eu dedico esta pesquisa a você. Quero muito que esteja ao meu lado daqui até o fim. Nossa conexão é

muito forte e eu sinto isso todos os dias. “Tudo viver ao seu lado, com o arco da promessa do azul pintado pra durar”. Te amo, minha Vida!

Agradeço também aos meus queridos e queridas tios e tias. Leida, Marcos, Denise, Mauro, Euda, Nelor, Gilvan, Ieda e Ciro. Meus amados sobrinhos e sobrinhas (antigos e novos), Ricardinho (Rick), Lucas (Cacá), Luana (Lua), Artur (Tulin), Augusto (Guh), Eduardo (Edu), Lorenzo (Lolô) e minha querida afilhada Mayra, amo muito cada um e cada uma de vocês e sinto uma saudade imensa; Anael, Ana Beatriz, Nicolás, Breno, Laura, Luiza e Aléxia. Estou muito feliz por terem me aceitado como tio, obrigado por tudo isso seus lindos e lindas.

Agradeço especialmente minhas amigas: Krisna, Ana Laura e Glenda por todos esses anos de amizade, companheirismo e carinho. Amo muito vocês e não existem milhas suficientes ou oceanos que sejam capazes de diminuir meus sentimentos em relação a vocês, minhas lindezas. Eu admiro cada um de vocês e sou mais feliz por tê-las como amigas.

Agradeço com muito carinho meus eternos amigos: Arnon, Lourenço e Marcelo. Cada prosa, cada cerveja compartilhada, cada momento em que divide al lado de vocês. Sou muito grato por terem me acolhido nos piores momentos quando estive mal e me assumi enquanto gay diante de vocês. O afeto e as palavras de apoio me fizeram muito mais forte. E claro, todos os momentos marcados pelas resenhas alegres. Amo vocês demais!

Também não poderia deixar de agradecer minhas meninas e meninos: Gabrielle (Gabi), Catharina, (Cat), Larissa e Camila, Helena, Mariana, Laís, Natalia, Leonardo, João Paulo e todas e todos os colegas do curso, sobretudo da turma de 2022, que muito contribuíram com a minha pesquisa graças as suas valiosas colaborações. Vocês são os presentes incríveis que a pós-graduação me concedeu. Estar com vocês tornou minha trajetória mais leve e muito engrandeceu meu trabalho nessa caminhada acadêmica. Agradeço cada momento, feliz ou triste, que pude vivenciar ao lado de cada uma de vocês. Meu mais sincero obrigado.

Agradeço também às gatinhas companheiras do Felinos Pride, time de futebol LGBTQIA+ do qual eu tenho a honra de fazer parte. Vocês são as pessoas incríveis que o esporte me proporcionou e espero seguir ao lado de cada um e cada uma de vocês por muito tempo ainda.

Por fim, e não menos importante, gostaria de fazer um agradecimento aos e às profissionais que tive o prazer de conhecer e muito aprender com vocês. Meu orientador,

professor Juarez, que aceitou com muito carinho a tarefa de orientar minha pesquisa. Compartilhar essa pesquisa ao seu lado foi muito especial. A sua inteligência, empatia e humildade foram meus maiores exemplos pedagógicos. Agradeço ao professor Cristiano por aceitar compor a banca examinadora ao lado da professora Letícia Godinho e da professora Daniela Rezende, a quem eu devo agradecer por me acompanhar durante a minha trajetória na graduação pela UFV, por ser a principal incentivadora da minha vinda para a UFMG e, principalmente, por me ensinar a ser cada vez mais um educador melhor. Meu muito obrigado também ao querido Alessandro, secretário do Departamento de Ciência Política, que sempre se mostrou solícito e atencioso para atender as minhas demandas e me tranquilizar durante os momentos mais incertos e tumultuados. Agradeço também, por mais que eu não as conheço pessoalmente, às trabalhadoras e trabalhadores da limpeza e das cantinas da FAFICH, saibam que reconheço e valorizo a importância do trabalho desempenhado por vocês. Infelizmente, aprendemos desde cedo a não dar valor para certos tipos de tarefas, mas para mim vocês jamais serão invisíveis, pois ao cuidarem da faculdade, ao nos alimentarem, vocês se tornam uma parte fundamental dos saberes produzidos pela instituição. Vocês, seus filhos e suas filhas deveriam ser a razão da existência da universidade pública. Os conhecimentos produzidos devem servir para transformar a sociedade e estar ao alcance do povo trabalhador brasileiro.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a compreender a relação entre o movimento LGBTQIA+ e os partidos políticos de esquerda no Brasil, retomando os aspectos históricos combinados com as questões contemporâneas buscamos identificar os avanços obtidos ao longo das lutas por diversidade sexual e de gênero no Brasil, assim como perceber as principais dificuldades que ainda persistem nessa ambígua relação com as organizações partidárias situadas à esquerda do espectro político e ideológico. Pretendemos analisar, sob uma perspectiva crítica comparada, os desafios colocados na contemporaneidade para os sujeitos LGBTQIA+ em termos de direitos. Para tanto, mobilizamos um arcabouço teórico calcado no marxismo e nas relações de gênero e de sexualidade para investigar as transformações em torno da família, da reprodução social, da divisão de classes e das desigualdades características das sociedades capitalistas. Em seguida, procuramos pensar os dilemas vivenciados pelo movimento LGBTQIA+ em sua trajetória de lutas sociais e de seus embates com as organizações operárias e suas respectivas tradições de políticas, em especial com o marxismo. Por fim, trazemos essas contribuições para observar os desdobramentos dessa relação no contexto político brasileiro a partir de uma investigação direcionada para o Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialismo e Liberdade e o Partido Comunista do Brasil, que consideramos como os principais partidos de esquerda do país por possuírem um lastro de iniciativas políticas em defesa da justiça e da cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, não-binários, intersexos e demais sujeitos explorados e oprimidos pela ordem social capitalista, racista, patriarcal e heterossexista.

Palavras-chave: Marxismo; LGBTQIA+; Partidos; Práxis; Gênero; Diversidade Sexual.

ABSTRACT

This research aims to understand the relationship between the LGBTQIA+ movement and left-wing political parties in Brazil, resuming historical aspects combined with contemporary issues. We seek to identify the advances made throughout the struggles for sexual and gender diversity in Brazil, as well as understand the main difficulties that still persist in this ambiguous relationship regarding party organizations located on the left of the political and ideological spectrum. We intend to analyze, from a critical comparative perspective, the challenges posed in contemporary times for LGBTQIA+ subjects in terms of rights. To this end, we mobilize a theoretical framework based on Marxism and gender and sexuality relations to investigate the transformations surrounding family, social reproduction, class division, and distinctive inequalities in capitalist societies. Next, we reflect about the dilemmas experienced by the LGBTQIA+ movement in its trajectory of social struggles and its clashes with workers' organizations and their respective policy traditions, especially Marxism. Finally, we gather these contributions to observe the development of this relationship in the Brazilian political context based on an investigation regarding the Workers' Party, the Socialism and Freedom Party and the Communist Party of Brazil, which we consider to be the main left-wing parties in the country. for having a backbone of political initiatives in defense of justice and citizenship for lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transgender, transsexuals, non-binary, intersex and other subjects exploited and oppressed by the capitalist, racist, patriarchal and heterosexist social order.

Key-words: Marxism; LGBTQIA+; Parties; Praxis; Gender; Sexual Diversity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André - SP, São Bernardo do Campo - SP, São Caetano do Sul – SP, Diadema - SP, Mauá - SP, Ribeirão Pires - SP e Rio Grande da Serra - SP
BC	Banco Central
CPDOC-FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas
CS	Convergência Socialista
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FBP	Frente Brasil Popular
FPSM	Frente Povo Sem Medo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IC	Internacional Comunista
IST'S	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Não-binários, Intersexos, Assexuais e Outras Identidades
MEC	Ministério da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NB	Núcleo de Base
NGLPT	Núcleo de Gays e Lésbicas do PT
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PC'S	Partidos Comunistas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RIA	Lei de Integridade Racial da Virgínia
SPD	Partido Social-Democrata Alemão
STF	Supremo Tribunal Federal
UNA LGBT	União Nacional LGBT
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: RELAÇÕES PATRIARCAIS E HETEROSSEXISTAS: DE MARX AO FEMINISMO MARXISTA E AO MARXISMO TRANSVIADO	15
1.1 ENGELS E A FAMÍLIA: AS ARAPUCAS DO EVOLUCIONISMO.....	20
1.2 MARX E A CRÍTICA RADICAL À FAMÍLIA PATRIARCAL.....	23
1.3 SOBRE OS “SISTEMAS DUPLOS”: A POLÊMICA RELAÇÃO MATRIMONIAL ENTRE CAPITALISMO E PATRIARCADO.....	28
1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MARXISMO TRANSVIADO: PARA UMA TEORIA UNITÁRIA.....	32
1.5 LUTAS NEGRAS, LUTAS LGBTQIA+, LUTAS DE CLASSES E A BUSCA PELO ELO POLÍTICO.....	44
1.6 UMA SÍNTESE PRELIMINAR.....	53
CAPÍTULO 2. MOVIMENTO LGBTQIA+ E PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL: DAS TENSÕES CONSTITUTIVAS AO DESAFIO DA PRÁXIS	56
2.1. O QUE A TEORIA POLÍTICA MARXISTA PODE NOS OFERECER?.....	56
2.2 REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO? AS TENSÕES CONSTITUTIVAS DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ E OS EMBATES COM A ESQUERDA (MARXISTA).....	63
2.3 PRÁXIS E A ESQUERDA: CAMINHOS PARA REVITALIZAR A LUTA POPULAR.....	73
2.4 MOVIMENTO LGBTQIA+ E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: RECOMPONDO UM HISTÓRICO.....	79
2.4.1. <i>O movimento na história política recente do Brasil</i>	79
2.4.2. <i>A esquerda partidária brasileira e a questão LGBTQIA+ na Contemporaneidade</i>	81
2.5. DAS TENSÕES À PRÁXIS: UMA BREVE SÍNTESE.....	84

CAPÍTULO 3: DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E OS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO.....	88
3.1. SELEÇÃO DAS ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS.....	88
3.2. DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS E PROCEDIMENTAIS.....	89
3.3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A QUESTÃO LGBTQIA+.....	91
3.3.1. <i>Do Núcleo à Secretária: a evolução organizativa das LGTQIA+ no PT.....</i>	<i>92</i>
3.3.2. <i>As metamorfoses estatutárias e programáticas do PT: da fundação ao Governo.....</i>	<i>97</i>
3.4. O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE E A QUESTÃO LGBTQIA+.....	104
3.4.1. <i>Estatuto e programa: ambiguidades localizadas e limitações contextuais.....</i>	<i>105</i>
3.4.2. <i>Os planos de governo do PSOL para as eleições presidenciais.....</i>	<i>107</i>
3.5. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E A QUESTÃO LGBTQIA+.....	113
3.5.1. <i>Estatutos e programa.....</i>	<i>115</i>
3.5.2. <i>Planos de governo e outros indicativos para a pauta LGBTQIA+.....</i>	<i>116</i>
3.6. OS PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE COMPARADA.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO

Desde o último quarto do século XX os sujeitos LGBTQIA+ no Brasil construíram suas primeiras experiências de organização política. Naquele momento, as lutas sociais que envolveram as questões de diversidade sexual e de gênero se vincularam diretamente aos processos de enfrentamento à ditadura militar e em defesa da redemocratização por se tratar da conjuntura política e social características do período de transição para a década de 1980. A cultura LGBTQIA+ começou a crescer nesse período, principalmente nas grandes cidades ao redor do mundo. Por conseguinte, as violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, não-binários, intersexos, assexuais e outros começaram a ser debatidas com uma maior intencionalidade política. No bojo dessas situações, o emergente movimento LGBTQIA+ inicia sua trajetória a partir da formação de experiências de organização social e contando inicialmente com discussões centradas nas condições dos gays e, em menor volume, nas condições das lésbicas. As pautas relacionadas às identidades de gêneros trans e não-binárias ainda não tinham amadurecido e ganhado o devido reconhecimento público, embora a existência dessas pessoas possa nos dizer o contrário. De alguma forma, isso nos revela o quão diferente podem ser as experiências das pessoas que se identificam com alguma das letrinhas que compõem a identidade política (e em constante atualização) do movimento em si.

Esta pesquisa é fruto de uma inquietação que nos conduziu à investigação sobre a relação entre o movimento LGBTQIA+ e os partidos políticos de esquerda no Brasil. Partimos da ideia de que a comunidade LGBTQIA+ e a esquerda tiveram uma relação marcada por enormes ambiguidades e conflitos, as quais buscamos descrever como tensões constitutivas.

Por um lado, a antiga União Soviética foi a principal referência político-cultural para o restante dos partidos de esquerda no mundo. Logo após a revolução de 1917, todas as leis czaristas anti-homossexualidade foram derrubadas, conforme explicitamos adiante. Outros exemplos importantes nos mostram que os partidos e demais organizações identificadas com a esquerda tendem a ter uma abertura maior para as reivindicações centradas nas agendas de diversidade sexual e de gênero, tanto histórica quanto mais recentemente, de acordo com o que buscamos utilizar em termos de dados historiográficos e a partir de documentos partidários.

Todavia, essa relação esteve longe de ser linear ou caminhou progressivamente para uma maior aceitação e entendimento comum sobre as sexualidade e identidades. O que se verificou nos países socialistas do século XX foi uma onda de retrocessos

conservadores, apoiados em uma visão patriarcal e heterossexista de sociedade, de revolução e de socialismo. As tradições políticas de esquerda, inspiradas no *stalinismo*, promoveram ataques às liberdades cívicas. Talvez o caso mais simbólico tenha sido o retorno às políticas conservadoras relacionadas à família na União Soviética após Stalin assumir o cargo de Secretário Geral do partido na URSS.

Devemos lembrar também que a situação da população LGBTQIA+ na China e em Cuba também foi marcada por violências e negação de direitos. Esses processos políticos recaem sobre os partidos políticos da contemporaneidade, influenciando perspectivas correntes que, por vezes, se comportam de maneira indiferente ou cética diante da importância das lutas por diversidade sexual e de gênero. Ou, no pior dos casos, reproduzindo discursos e práticas heterossexistas e patriarcais que atingem diretamente os sujeitos LGBTQIA+.

Buscamos compreender as contradições desse processo em uma perspectiva historicizada afim de lançar luz sobre os problemas que ainda persistem na esquerda brasileira em relação à incorporação das demandas LGBTQIA+ nos partidos para avaliar as mudanças ocorridas, bem como as possibilidades que surgem no horizonte. Sendo assim, nosso trabalho está dividido em três seções e centradas nas contribuições advindas do pensamento marxista, em sua íntima relação com o feminismo socialista e com abordagens ligadas a um projeto teórico socialista-transviado.

No capítulo I retomamos algumas das obras de Marx e Engels para identificar o lugar que a família e a crítica às relações patriarcais ocupam no pensamento desses dois autores. Em seguida, recuperamos alguns debates a partir do feminismo marxista que se propuseram a discutir sobre a relação entre patriarcado e capitalismo em um esforço de inflexão situado nas colaborações de feministas marxistas.

Adiante, mobilizamos um conjunto de debates em torno do chamado marxismo transviado ou marxismo *queer* para pensarmos encontros e possibilidades de investigação sobre as relações capitalistas e as desigualdades de gênero e sexualidade que atravessam o capitalismo. Esses debates, de acordo com o que tentamos demonstrar, tem a ver com a atuação do capital no sentido de promover mudanças significativas na concepção de família, ancorado nas relações patriarcais e na matriz heterossexual de organização da família, que deixou de ser uma unidade produtiva, conforme a literatura nos indica, e se tornou o espaço privilegiado da reprodução social da força de trabalho e dos ideais burgueses.

Ao final, nos propusemos a tarefa de encontrar vínculos que conectam as lutas antirracistas por direitos civis e políticos do século XX com as lutas contemporâneas por justiça e cidadania para a comunidade LGBTQIA+ a partir de experiências de lutas acumuladas pela negritude que nos ajudam a extrair lições sobre os processos políticos contemporâneos.

No capítulo II nos concentramos no debate, em linhas gerais, acerca da relação entre o movimento LGBTQIA+ e os partidos políticos de esquerda fundamentado em uma abordagem histórica cujos debates tendem a refletir aquilo que identificamos como sendo as tensões constitutivas. Primeiramente, trouxemos algumas reflexões sobre Estado e sociedade para recuperarmos alguns elementos teóricos do marxismo centrado nas concepções sobre uma teoria política marxista. Pois, ao concebermos o Estado como integral ou como uma totalidade que envolve sociedade civil e sociedade políticas, nos termos propostos por Gramsci, podemos inserir reflexões que incorporem as dimensões políticas da diversidade sexual e de gênero como centrais para a reprodução de relações de opressão, desigualdade e subalternidade presentes na sociedade.

Em um segundo momento, evocamos o clássico debate dos anos de 1990 sobre redistribuição e reconhecimento. Pois, o consideramos pertinente e exemplar no sentido de ilustrar as principais dificuldades teóricas e políticas que marcam a trajetória da relação do movimento LGBTQIA+ com a esquerda. Sobretudo, a esquerda inspirada no marxismo. Boa parte das discussões relativas à suposta incompatibilidade entre marxismo e teoria *queer* residem na interlocução crítica protagonizada pelas filósofas estadunidenses Judith Butler e Nancy Fraser.

Em um esforço para conciliar uma proposta comum, a quem algumas autoras utilizadas nesta pesquisa costumam definir como uma “teoria unitária” que orienta a atuação política dos sujeitos LGBTQIA+ que estão inseridos nos partidos de esquerda e a forma como estes reivindicam as organizações de esquerda para si. Recorremos, assim, ao conceito de práxis como um elemento central para avaliarmos a ação política consciente e seu papel potencialmente transformador tanto para dentro das organizações quanto para fora, na sociedade em geral.

Em terceiro lugar, buscamos reconstruir a trajetória de atuação coletiva do movimento LGBTQIA+ para explicitar alguns dos elementos debatidos nas seções anteriores e também para evidenciar os problemas e os desafios que acompanham o movimento em específico e a comunidade LGBTQIA+ como um todo, que convive

diariamente com várias formas de violências e muitas vezes não têm seus direitos devidamente reconhecidos.

No terceiro e último capítulo desenvolvemos uma análise centrada nos objetos de estudo da pesquisa. A princípio descrevemos os fundamentos metodológicos e procedimentais adotados para dar sequência à investigação. No momento posterior nos dedicamos a analisar, comparativamente: o Partido dos Trabalhadores, Partido Socialismo e Liberdade e o Partido Comunista do Brasil para compreendermos os elementos relacionados às lutas por cidadania e direitos que envolvem os sujeitos LGBTQIA+. Nesse sentido, optamos por realizar uma análise dos estatutos e suas versões modificadas, programas políticos e planos de governo das últimas duas décadas. Concomitantemente, também fizemos uma análise dos conteúdos das entrevistas realizadas junto à militância de cada um dos partidos políticos escolhidos para compor nossa pesquisa e ampliar nossa perspectiva sobre o tema.

CAPÍTULO 1: RELAÇÕES PATRIARCAIS E HETEROSSEXISTAS: DE MARX AO FEMINISMO MARXISTA E AO MARXISMO TRANSVIADO

Neste primeiro capítulo nos propomos a investigar a relação entre o marxismo e as questões referentes às relações patriarcais de gênero e de sexualidade a partir de uma abordagem que relaciona as lutas LGBTQIA+ com a luta de classes. Entendemos que a luta em torno da emancipação da classe trabalhadora é o motor que impulsionou e ainda impulsiona a tradição do pensamento socialista desde sua fundação, tendo como pilar as obras de Marx & Engels e as reflexões posteriores que vieram com os autores e autoras de distintas correntes do marxismo. Em um sentido muito próximo, a história das lutas protagonizadas pelo movimento de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, não binários/as, intersexos, assexuais e demais sujeitos também foi marcada pelo sentido da busca pela emancipação das possibilidades de viver, sentir e expressar as diversas manifestações do desejo sexual e de se autodeterminar através das distintas identidades de gênero possíveis. Essa corrente emancipatória construiu fundamentações de caráter teórico e político a partir de diversas perspectivas de análise preocupadas em pensar o gênero e a sexualidade como categorias que organizam a vida social e as relações de poder na sociedade. Nossa tarefa consiste em situar as estruturas heterossexistas e patriarcais de gênero no centro das contribuições críticas à sociedade capitalista e sua organização baseada na divisão de classes a fim de evidenciar seus entrelaçamentos na realidade social, sobretudo daqueles e daquelas que experimentam a condição de serem sujeitos LGBTQIA+ pertencentes às classes trabalhadoras e que convivem duplamente com a exploração do trabalho e a opressão patriarcal/heterossexista, além, é claro, de um outro tipo de clivagem estrutural, a raça.

Nosso ponto de partida se orienta por três objetivos: revisitar as contribuições engelo-marxianas e marxistas para identificar lacunas e promover uma autocrítica que reconheça os processos que trataram o debate feminista, LGBTQIA+ ou racial como algo secundário ante à “luta de classes” ou com indiferença política em relação à tais opressões e, no pior dos casos, que conviveram e naturalizaram a perseguição institucionalizada promovida por alguns dos principais Estados socialistas durante o século XX (Arruzza, 2019; Wolf, 2021); demarcar as diferenças com outras tendências teóricas que marginalizam ou subestimam a importância dos problemas materiais vivenciados pelas classes trabalhadoras; promover reflexões que possam nos ajudar na tarefa de reoxigenar o pensamento marxista e contribuir no sentido de evidenciar a centralidade que as lutas

por diversidade sexual ,de gênero e raça possuem em relação à própria dinâmica da luta de classes sob uma perspectiva histórica e crítica da sociedade capitalista.

Antes de adentrarmos propriamente nos problemas que envolvem o marxismo e as lutas LGBTQIA+ é imprescindível que resgatemos, ainda que de modo breve, a importância do feminismo e da “questão da mulher” na história política e das ideias socialistas. Devemos reconhecer que o pioneirismo das mulheres na luta pelos seus direitos e o seu questionamento à opressão imposta pelo patriarcado (e pelo capitalismo) foram decisivas para a abertura de possibilidades críticas à família, ao controle das sexualidades e à matriz heterossexual pela qual se estrutura o heterossexismo. Arruzza (2019) argumenta que as condições sociais das mulheres acompanharam os dilemas da luta operária desde o século XIX, analisando processos de continuidade e evolução dessa problemática, bem como seus momentos de descontinuidade e ruptura. A filósofa italiana destaca o papel das mulheres na Comuna de Paris, um momento de experimentação da classe operária à nível de organização política¹.

Adiante, ela explora a história do envolvimento entre movimento operário e libertação feminina no Partido Social-Democrata Alemão, frisando as colaborações de August Bebel e Clara Zetkin nos debates internos, em particular, e nas referências para o feminismo marxista, em geral. Podemos observar uma preocupação em garantir meios para a auto-organização de mulheres no sentido de conseguirem expor suas necessidades e reivindicações e consolidar um programa com uma linha de ação orientada para ampliar a cidadania das trabalhadoras englobando direitos civis e políticos².

Nas primeiras décadas do século XX, o levante grevista das mulheres de Petrogrado em 1917 foi considerado como um marco do processo que se desdobrou até o despertar disruptivo da Revolução Russa naquele mesmo ano. Essa mobilização teve consequências políticas concretas, como a implementação de um conjunto de direitos das mulheres nos primeiros anos pós-revolução. A autora enfatiza alguns pontos importantes. Dentre eles, as particularidades conjunturais ocasionadas pelo contexto da guerra civil, o colapso econômico, as rupturas e incertezas da revolução; a insatisfação dos membros do Partido com as convenções sociais de matriz conservadora e pelas relações familiares baseadas nas tradições patriarcais; o potencial de libertação feminina com uma reorganização coletiva sobre as tarefas do cuidado e da reprodução social, a participação ativa das mulheres como integrantes da força de trabalho na produção de bens e riquezas,

¹ ARRUZZA, 2019, p. 43-44.

² *Ibidem* p. 47.

assim como o desenvolvimento de um linha política direcionada para garantir autonomia material às mulheres e uma série de outros direitos. A revolução russa promoveu uma avançada expansão da cidadania feminina como nenhum outro lugar do mundo durante as primeiras fases de construção da sua experiência socialista³. Não foram apenas as mulheres russas que experimentaram a ampliação de seus direitos. O governo revolucionário também revogou todas as leis contra a homossexualidade, bem como os resquícios do código penal czarista⁴. A relação sexual consentida entre pessoas adultas do mesmo sexo passou a ser tratado como um assunto íntimo.

Em meados dos anos de 1930 surgiu na Espanha, em meio a erupção da Guerra Civil o movimento *Mujeres Libres* como um exemplo de organização política, que defendia demandas para a criação de creches nos locais de trabalho e que participou ativamente na resistência armada contra o movimento de extrema-direita denominado franquismo⁵. As mulheres e trabalhadoras espanholas informavam ao mundo suas experiências de politização questionando a baixa inserção feminina nos espaços produtivos e a forte influência dos padrões culturais católicos que reforçavam o lugar de submissão das mesmas ao poder masculino.

Resgatamos uma parte dessa trajetória das lutas das mulheres em torno da sua emancipação porque entendemos que suas contribuições, em termos teóricos, de ação, organização e conscientização política, foram cruciais para a formação do movimento LGBTQIA+ durante a efervescência das revoltas que marcaram os anos de 1960 e 1970. A libertação sexual como elemento questionador e desafiador do conservadorismo moral, dos estereótipos e do conformismo social típicos da época, não seriam possíveis sem que houvesse um lastro político-cultural anteriormente trilhado que pudesse potencializar essas reivindicações. O contexto que possibilitou o surgimento de um novo feminismo foi marcado pelo conjunto dessas rebeliões, ao mesmo tempo que ofereceu as condições necessárias para a politização da sexualidade como um tema central para os feminismos ascendentes⁶.

Wolf (2021) retrata que o nascimento das identidades sexuais lésbica e *gay* no período posterior à década de 1880 nos EUA esteve vinculada ao reconhecimento público dessas relações afetivo-sexuais e sua associação direta com as práticas repressivas,

³ *Ibidem* p.49-50.

⁴ WOLF, 2021, p. 122.

⁵ ARRUIZZA, 2019, p.55-57.

⁶ *Ibidem* p. 61-62.

quando “leis contra ‘perversão’ e ‘inversão congênita’ foram aplicadas contra mulheres e homens pela primeira vez” (WOLF, 2021, p. 65). A existência das expressões de identidades sexuais e de gênero encontra um ponto de apoio importante no trabalho de Chauncey (1994) ao evidenciar uma perspectiva historiográfica dissonante à visão corrente de que no passado todos os *gays* estavam no “armário” ao enfatizar o aparecimento de espaços *gays* em bairros e comunidades novaiorquinas. Também em acordo com esse prisma, encontramos ao sul do continente americano a visibilidade de práticas sexuais entre homens, desde o período da colonização portuguesa no Brasil a partir dos registros inquisitórios promovidos pela Igreja Católica e analisados por Trevisan (2000), mas que atravessaram os séculos de história da sociedade brasileira de maneira que nos permite perceber como a questão das sexualidades também foi um ponto chave na nossa formação social, como um exemplo do contexto latino-americano, que lidou com a brutalidade da colonização, com o regime de exploração escravocrata e com as formas mais intensas e abusivas relacionadas à dominação-exploração patriarcal.

No caso estadunidense, a significativa expansão dos centros urbanos possibilitou o crescimento de subculturas *gays*, o que levou, segundo Chauncey (1994), ao surgimento de teorias no campo da medicina e da sexologia que compreendiam a homossexualidade como um elemento próprio ao indivíduo e que este não poderia mudar essa condição. Essa nova visão, muito avançada para os padrões científicos da época ajudou a lançar luz sobre a diversidade sexual em um período de profunda repressão sexual e conservadorismo moral.

Outros episódios ocorridos em outros lugares do mundo, como no continente europeu, se relacionam aos objetivos desta pesquisa, ajudando-nos a pensar em encontros entre as lutas operárias, lutas feministas e LGBTQIA+. A ousada iniciativa política do social-democrata August Bebel que se referiu abertamente aos direitos da população *gay* em 1898 em discurso proferido no Parlamento alemão. Em segundo lugar, o Partido Social-democrata Alemão, SPD, atuou exigindo a revogação da lei antissodomia na Alemanha. Jornais socialistas chegaram a abrir espaços para discussões sobre a homossexualidade. Outro fato de grande relevo e com um peso simbólico considerável diz respeito à postura de Eleanor Marx, filha de Karl Marx, o fundador da filosofia da práxis, nos dizeres de Gramsci. Eleanor Marx teve um papel central ao se posicionar publicamente em defesa dos direitos das mulheres e homossexuais. O Partido Social-democrata Alemão teve em suas fileiras Magnus Hirschfeld, criador da primeira organização *gay*, o Comitê Científico-Humanitário, em 1897, a fim de desenvolver

estudos e construir estratégias em torno do tema da libertação das mulheres e dos direitos de lésbicas e *gays*. O SPD se somou à Hirschfeld na luta contra uma lei da época que proibia atos sexuais consentidos entre homens⁷. Podemos perceber já naquele período uma identificação cada vez mais notória de uma minoria sexual oprimida e seus efeitos políticos mediados pelas necessidades de construir resistências organizadas para enfrentar essa questão⁸. Esse conjunto de acontecimentos descritos acima servem para demonstrar como a esquerda e as organizações socialistas e operárias desempenharam um papel proeminente e pioneiro acerca das lutas pelos direitos e pela cidadania LGBTQIA+.

Os argumentos em torno da existência das múltiplas sexualidades e sua conexão com o pensamento e a organização política operária é um indicativo que nos ajuda a situar nossas reflexões em um processo histórico de longa duração, além de demonstrar, ao mesmo tempo, teórica e empiricamente que há muito mais afinidades entre classe, sexualidade e identidade de gênero que podem ser reconstituídas e investigadas à luz do marxismo.

Após essa exposição acerca dos processos sociais que possibilitaram o desenvolvimento de abordagens analíticas preocupadas em compreender o papel do gênero e da sexualidade na teoria e na prática política das organizações, vamos observar o desenvolvimento desse debate no marxismo. Inicialmente, nos referimos ao lugar da obra de Engels e sua influência para o feminismo marxista, refletindo sobre seus méritos e sobre suas limitações.

Na sequência, dedicamos uma atenção às críticas formuladas por Marx à família patriarcal e sua íntima conexão com a crítica da economia política. Buscamos também separar as contribuições do pensamento marxiano e engelsiano no sentido de diferenciar suas abordagens em relação ao tema indicado neste trabalho.

Logo em seguida, apresentamos a discussão em torno da teoria dos sistemas-duplos – capitalismo e patriarcado, particularmente centrada no trabalho de Heidi Hartmann, como sendo um esforço para dialogar com as teorias que rivalizaram com o pensamento socialista. Ainda que apresente algumas inconsistências, sua teoria ajudou a consolidar uma agenda que ocupou um espaço importante e que abriu caminho no interior do feminismo marxista

Ao final do capítulo, recuperamos algumas construções que emergiram com a teoria *queer* para pensar as condições opressivas vivenciadas por pessoas LGBTQIA+,

⁷ WOLF, 2021, p. 116-117.

⁸ *Ibidem*, p.75.

situando as questões relativas às sexualidades e identidades de gênero em um enquadramento teórico-analítico marxista. Nesse momento procuramos abordar os fundamentos estruturais da opressão heterossexista, os aspectos históricos relacionados à família. Além das tensões políticas que orbitaram (e ainda orbitam) a relação entre os sujeitos LGBTQIA+ e a esquerda, com ênfase na esquerda socialista.

1.1 ENGELS E A FAMÍLIA: AS ARAPUCAS DO EVOLUCIONISMO

A obra de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, pode ser considerada como incontornável. Tanto pelo seu pioneirismo em se propor a investigar as raízes da dominação do homem sobre a mulher a partir do materialismo histórico, quanto por se tratar de um ponto de atração para intensos debates e uma série controvérsias analíticas questionadas por várias feministas em trabalhos posteriores, nas quais destacamos algumas contribuições (VOGEL, 2022).

Um dos primeiros temas que instigou o feminismo socialista (e seus críticos) em suas pesquisas refere-se à reprodução social da vida e das relações de produção, sintetizada por Engels (1984) em *A origem*

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro. (ENGELS, 1984. p. 2).

O trecho citado acima criou as condições teóricas para importantes debates centrados na reprodução da força de trabalho e o papel da família mononuclear nesse processo. Contudo, segundo Vogel (2022), tais formulações são apresentadas de maneira inadequada ao pressupor uma naturalização das tarefas do cuidado colocadas ao encargo das mulheres e por não especificar com nitidez as raízes dessa subordinação feminina em modos de produção anteriores à sociedade capitalista, o que nos permite enxergar sua análise como deslocada de uma noção ampliada de historicidade. A autora questiona aspectos de ordem metodológica, considerando que o livro se ancora unicamente na pesquisa de um autor evolucionista do período, Lewis Morgan e nas anotações privadas de Marx sobre o livro de Morgan, *A sociedade antiga*. Outro aspecto no qual a autora constrói sua argumentação, diz respeito às metas limitadas da obra naquilo que trata do papel subordinado da mulher. Para ela, *A origem* não oferece análises que abarquem a

relação entre os papéis de gênero (sobretudo o papel desempenhado pela mulher), a organização da família e as condições para a reprodução social da classe trabalhadora.

Engels (1984) traça um panorama evolutivo em torno dos arranjos e sistemas de parentesco que constituíram distintas formas para conceber e para designar a família, apoiado fortemente nos estudos de Lewis H. Morgan, conforme mencionamos anteriormente. Para Engels (1984), a formação do patriarcado representou a derrota das mulheres e propiciou o surgimento de um sistema de relações de poder que garante ao homem o controle sobre o corpo feminino, sua sexualidade (dominação), e sobre o seu trabalho (exploração). “O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento da reprodução” (ENGELS, 1984, p. 61). Ainda segundo o autor, este arranjo de família mononuclear subordinava a mulher como forma de “assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer seu direito” (ENGELS, 1984, p. 62). Em outras palavras, o direito sobre o corpo é também um direito sobre a vida da mulher entendida como uma propriedade masculina, portanto, subordinada a este. Engels atribui à instituição da monogamia nos termos masculinos como sendo

o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. (ENGELS, 1984, p. 71).

Contudo, a solução apresentada pelo autor diante da monogamia curiosamente não considera a sua dissolução como efeito para garantir a libertação sexual das mulheres. Embora sua constatação de que a monogamia se impõe sobre as mulheres, ao passo que é relativizada quando o adúltero pertence ao sexo masculino estivesse correta, suas conclusões seguintes apresentam algumas inconsistências. O primeiro aspecto diz respeito a uma abordagem que assimila uma perspectiva unilinear das diversas sociedades no qual todos os povos passariam por estágios inferiores e caminhariam num sentido evolutivo até as fases superiores e complexas da civilização (GUIMARÃES, 1999). O segundo aspecto é problematizado por Vogel (2022), para quem a formulação de Engels pode ser considerada inadequada em razão de que

a civilização resulta da contínua evolução da divisão do trabalho, que por sua vez dá origem à troca, à produção de mercadorias, às clivagens

de classe, à subordinação da mulher, à família única como unidade econômica da sociedade e ao Estado. (VOGEL, 2022, p. 247).

Para Vogel, a limitação d'*A origem* corresponde à ideia de que Engels intuiu mecanicamente sobre um conjunto empilhado de fenômenos sem situá-los “nas relações sociais e no funcionamento de um modo de produção dominante” (VOGEL, 2022, p.247). Vogel (2022) questiona a premissa de Engels ao dizer que, por sua vez, supõe, segundo ela que o “desenvolvimento das clivagens de classe, ou seja, das relações sociais de exploração, simplesmente acontece, uma vez atingido um certo nível de produtividade material” (VOGEL, 2022, p. 247). Na sequência ela problematiza o distanciamento promovido por Engels em relação à questão da propriedade privada como força motriz da transformação da sociedade com o consequente destaque para as divisões técnicas do trabalho.

A origem enquanto uma obra que se esforça para pensar a condição de mulher, conserva um conjunto de elementos inadequadamente situados e que permitiram críticas endereçadas principalmente à abordagem um tanto determinista do pensamento de Engels e que se cristalizou, em alguma medida, na cultura marxista, criando alguns obstáculos consideráveis para reenquadrar o debate das desigualdades de gênero no interior dessa tradição de pensamento⁹.

Em outra passagem d'*A origem*, Engels tece um juízo negativo em relação às práticas sexuais entre homens na antiguidade grega ao se referir ao tratamento dado às mulheres atenienses. Procuramos destacar esse ponto porque ele nos revela que a concepção de família discutida por Engels opera sob a lógica de uma naturalização tácita da heterossexualidade e também da monogamia. Haja visto que Engels compreendeu a monogamia como um arranjo superior em razão de sua perspectiva que reproduz o evolucionismo e chega ao ponto de considerar nas suas conclusões que

O matrimônio, pois, só se realizará com toda a liberdade quando, suprimidas a produção capitalista e as condições criadas por ela, forem removidas todas as condições acessórias que ainda exercem uma influência tão poderosa na escolha dos esposos. Então, o matrimônio já não terá outra causa determinante que não a inclinação recíproca. (ENGELS, 1984, p.89)

E segue argumentando que

Por isso, quando chegarem a desaparecer as considerações econômicas em virtude das quais as mulheres foram obrigadas a aceitar essa infidelidade masculina habitual – a preocupação pela própria existência e, ainda mais, pelo futuro dos filhos – a igualdade alcançada pela mulher, a julgar por toda a nossa experiência anterior, influirá muito

⁹ Para aprofundar no debate sobre o determinismo nas obras de Engels ver GUIMARÃES, 1999.

mais no sentido de tornar os homens monogâmicos do que de tornar as mulheres poliandras. (ENGELS, 1984, p. 89).

A visão de Engels sobre os relacionamentos afetivos e sexuais caminham muito mais na direção de reforçar a monogamia entre os homens (que costumeiramente não a praticam à medida que a impõe às mulheres), do que necessariamente de levantar questionamentos sobre esse arranjo familiar. Essa perspectiva decorre da influência direta do evolucionismo social de Morgan no qual os modelos não monogâmicos eram enxergados como socialmente inferiores ou culturalmente atrasados frente aos padrões ditos “civilizados”. A visão de Engels sugere uma naturalização tanto da heterossexualidade quanto da família monogâmica/heterossexual. Isso diz respeito exclusivamente à construção teórica e à lógica argumentativa desenvolvida pelo autor d’*A origem*. Contudo, o autor não descarta a possibilidade de mudanças futuras, ainda que abordadas vagamente como no trecho seguinte: “A única coisa que se pode responder é que a família deve progredir na medida em que progride a sociedade, que deve modificar-se na medida em que a sociedade se modifique (ENGELS, 1984, p. 91).

Embora a obra de Engels tenha corroborado para as reflexões iniciais que ajudaram a estruturar os pilares do pensamento feminista socialista, suas formulações se mostraram, por demais, insuficientes para pensarmos os fundamentos da opressão patriarcal de forma mais complexa e distanciada das lentes do evolucionismo social característico da segunda metade do século XIX. Ainda que tenha reproduzido a norma heterossexual ao conceber a família, conforme mencionamos, Wolf (2021) considera um ponto chave no argumento de Engels reside na passagem na qual ele menciona que “removendo os obstáculos materiais à liberdade sexual, as barreiras ideológicas podem cair. Isso aumenta as possibilidades de uma revolução sexual em todas as frentes. (WOLF, 2021, p. 115). Esse ponto em particular ajuda a desconstruir o pensamento corrente de que o marxismo e seus fundadores estão irremediavelmente contaminados pela homofobia e pela transfobia, em geral considerando praticamente impossível consolidar uma perspectiva marxista substancialmente sensível às desigualdades heteropatriarcais de gênero.

1.2 MARX E A CRÍTICA RADICAL À FAMÍLIA PATRIARCAL

Para pensarmos sobre as contribuições de Karl Marx sobre os estudos de gênero e sobre a família recorreremos aos trabalhos de Heather Brown em “Marx sobre o gênero e a família” e Lise Vogel com “Marxismo e a opressão às mulheres”. Na nossa visão, ambas

conseguiram extrair de Marx uma chave de interpretação muito rica em razão de terem rastreado os escritos marxianos de forma ampla, desde a fase de juventude até os anos de maturidade que culminaram na crítica sistematizada à economia política. Dessa forma, elas identificaram conceitos importantes e ideias que demonstram os princípios de uma crítica direcionada tanto às relações de gênero constituídas à época quanto à própria instituição da família patriarcal.

Inicialmente, devemos distinguir a perspectiva de Marx sobre as relações de gênero e sobre a família daquela perspectiva presente nas ideias de Engels. Para Brown (2013), boa parte das discussões feministas sobre a teoria marxista se concentraram na obra de Engels, particularmente n’*A Origem da família, do Estado e da propriedade privada*. Esse enfoque demasiado serviu, por um lado, para endossar reflexões feministas centradas na abordagem marxista e que, por vezes, buscou pensar a “condição da mulher” nas sociedades capitalistas. Seja também para reforçar as críticas daquelas teorias feministas que rejeitavam o marxismo e se apoiavam nas limitações e nas lacunas explicativas deixadas por Engels assim como nas inconsistências unilaterais presentes nessa abordagem (VOGEL, 2022). Brown (2013), por sua vez, segue a linha de interpretações contemporâneas acerca das diferenças entre Marx e Engels, argumentando que a visão marxiana sobre a sociedade e sobre os processos históricos tendem a ser bem menos deterministas e muito mais dialéticos do que se observa em Engels, por exemplo. Isso favorece, ainda que de maneira muito embrionária, uma frutífera aproximação entre o pensamento marxiano com o feminismo.

Marx e Engels (2007), em seus escritos filosóficos de juventude conceberam de forma relacional a divisão do trabalho e a família. De acordo com o seu pensamento:

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas uma às outras, estão dadas, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. (MARX & ENGELS, 2007. p. 36-37).

Embora Marx e Engels coloquem a questão da composição primária da família situando-a implicitamente à organização heterossexual e chegando a concebê-la, em certa medida, como um dado natural. É possível perceber também que n’*A Ideologia Alemã* os

autores situam a instituição família no curso histórico de desenvolvimento social por eles analisados. Articulam divisão do trabalho e propriedade privada às condições de mulheres e crianças, considerados do ponto de vista social e cultural como propriedades do patriarca, logo, subordinados a este. Essa relação carrega consigo características elementares de uma formação patriarcal e heterossexista de família, cuja dominação-exploração caminham lado a lado com a propriedade privada e a divisão do trabalho. A propriedade aparece aqui como uma relação social, como possibilidade ou, em suas palavras, como “o poder de dispor da força de trabalho alheia” (MARX & ENGELS, 2007, p. 37). O controle masculino sobre a força de trabalho feminina e infantil aparecem como uma expressão de uma relação desigual profunda e intensa vivenciada no seio familiar.

Embora Marx e Engels tenham trabalhados colaborativamente durante longos períodos, produzindo reflexões sobre o movimento dos trabalhadores e seus desafios históricos. No tocante às relações de gênero e suas respectivas percepções sobre a família trilham, por vezes, tendências sensivelmente distintas. Brown (2013) argumenta que em relação às desigualdades de gênero. Enquanto Engels apresenta uma postura enfaticamente determinista ao associar o surgimento da propriedade privada à opressão das mulheres. Marx estaria mais propenso a assumir uma posição mais contida, principalmente por considerar outros fatores que levaram no a perceber os antagonismos de gênero desde as formações sociais organizadas a partir dos antigos clãs.

No entanto, a guinada qualitativa tanto de Marx quanto do próprio feminismo marxista que se alimentou dessas contribuições críticas se deu a partir do momento em que a crítica dirigida à família patriarcal aparece na crítica da economia política de maneira mais substancial, abrangendo um conjunto de categorias e conceitos-chaves, tais como: a força de trabalho, a produção, o salário, a reprodução e o consumo. As relações em torno do gênero e da sexualidade adquirem novos sentidos, conectando-se à dinâmica da sociedade capitalista, à divisão do trabalho, à reprodução social e à relação contraditória entre capital e trabalho, fomentando possibilidades de interpretação para o feminismo marxista e seus múltiplos olhares críticos que investigaram tais intersecções.

Brown (2013) retoma uma parte da literatura marxista que buscou problematizar as categorias econômicas marxianas, indo além da suposta “neutralidade de gênero” dessas categorias¹⁰ para argumentar que as mesmas não podem ser reduzidas ao

¹⁰ Adiante apresentamos com mais detalhe a discussão sobre as categorias econômicas e sua suposta natureza *sex-blind*, de Marx (HARTMANN, 1979).

economicismo mecânico e unilateral, devendo estar inscritas nas relações sociais de uma maneira historicizada, contextualizada e sensível às mudanças em curso em cada tempo e espaço específicos.

O debate sobre o trabalho doméstico na família e sobre a esfera reprodutiva, por exemplo, demarca, por um lado, a natureza das relações patriarcais em um sentido histórico-cultural que antecedeu às formações sociais capitalistas. Por outro, nos ajuda a compreender a reprodução social sob as influências da moralidade e do pensamento social do século XIX, período também marcado pela emergência de uma homofobia clínica institucionalizada e oriunda das ciências da saúde naquele contexto (BORRILLO, 2010). As famílias proletárias tornaram-se núcleos essenciais para a própria acumulação de mais-valor ao se apresentarem como o espaço fundamental da reprodução geracional, fonte de perpetuação vital da força de trabalho. O capitalismo, ao passo que dissolveu, em partes, elementos sociais dos modos de vida precedentes simultaneamente imbricado aos arranjos familiares patriarcais precedentes, o fizeram de tal modo que a família como instituição também foi sendo forjada pelo capitalismo que desmantelou os modos particulares de organização das famílias nas condições do campesinato. Na medida em que a sociedade capitalista se consolidava as massas populares camponesas paulatinamente se proletarizavam. Como consequência, as burguesias se viram desobrigadas a lidar com os custos e encargos da reprodução social, transferindo-as para as famílias operárias em suas unidades básicas. Particularmente, para as mulheres pertencentes à essas famílias, as tarefas do cuidado doméstico se somavam às necessidades de sobrevivência impostas pelo capital, que passou a contar diretamente com a exploração do trabalho feminino e infantil por meio das indústrias emergentes (ARRUZZA, 2019). Nesse sentido, do ponto de vista teórico, alguns conceitos e categorias se sobressaem e nos ajudam a pensarmos a respeito das dimensões da reprodução social e societária sob uma ótica marxista-feminista, bem como uma crítica contundente e radical à família em sua forma de sociabilidade patriarcal.

Vogel (2022) considera que a dita “questão da mulher” aparece em alguns momentos em *O Capital* dentro de uma linha investigativa conduzida por Marx ao analisar a situação concreta dessas mulheres proletárias em relação aos problemas e aos desafios que as condições sociais do século XIX impunham à classe trabalhadora. A autora destaca algumas passagens para comentar sobre a família, a divisão do trabalho e as mudanças do período em questão.

Marx n' *O Capital* ao discutir a divisão do trabalho na manufatura considerando seus processos históricos de organização da vida social argumenta que:

A divisão do trabalho na sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho na manufatura, a partir de pontos opostos. Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundada nas diferenças de sexo e idade, ou seja, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população e, especialmente, com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra. (MARX, 2017, p. 425).

Podemos perceber uma preocupação, ainda que incipiente, mas que já levanta o debate sobre a divisão sexual do trabalho em formações sociais pré-capitalistas. De acordo com Vogel (2022), esse olhar naturalizado sobre a divisão sexual do trabalho na família cuja principal consideração é a distinção entre os sexos como um dado natural que determina uma divisão do trabalho. Esse argumento corresponde às perspectivas conceituais típicas do século XIX que expressam, em boa medida, um terreno pouquíssimo explorado do pensamento social e filosófico da época e que também ressoa no pensamento de Marx.

Na sequência da obra, Marx expõe suas inquietações ao analisar as condições, em sua maioria, degradantes do trabalho domiciliar, principalmente em relação às crianças e às mulheres, mas também abre uma janela investigativa salutar que nos servem como referência para compreendermos os arranjos familiares em relação aos modos de produção, bem como suas possibilidades de transformação.

Não foi, no entanto, o abuso da autoridade paterna que criou a exploração direta ou indireta de forças de trabalho imaturas pelo capital, mas, ao contrário, foi o modo de produção capitalista de exploração que, suprimindo a base econômica correspondente à autoridade paterna, converteu esta última num abuso. Mas por terrível e repugnante que pareça a dissolução do velho sistema familiar no interior do sistema capitalista, não deixa de ser verdade que a grande indústria, ao conferir às mulheres, aos adolescentes e às crianças de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção situados fora da esfera doméstica, cria o novo fundamento econômico para uma forma superior da família e da relação entre os sexos. Naturalmente, é tão absurdo aceitar como absoluta a forma cristã-germânica da família quanto o seria considerar como tal a forma da família romana antiga, ou a grega antiga, ou a oriental, todas as quais, aliás, sucedem-se numa progressão histórica de desenvolvimento. Também é evidente que a composição do pessoal operário por indivíduos de ambos os sexos e das mais diversas faixas etárias, que em sua forma capitalista, natural-espontânea e brutal – em que o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador –, é uma fonte pestífera de degeneração e escravidão, pode se converter, sob as

condições adequadas, em fonte de desenvolvimento humano. (MARX, 2017, p. 560).

A pertinência do argumento de Marx citado acima se dá por três fatores. Primeiro, por estar imerso a uma disputa da época em que o movimento operário debatia sobre a exploração do trabalho infantil e feminino, apresentando propostas relativas à criação de uma legislação específica para esta questão de modo a enfrentar o problema das jornadas de trabalho altamente desgastantes nas quais esses grupos sociais estavam submetidos. Em segundo, porque o olhar crítico de Marx sobre as formações familiares pode nos dizer, por um lado, que ele compreendia a família como uma instituição social historicamente localizada e que expressava as características inerentes às formações sociais em cada modo de produção particular sobre o qual estas se encontravam. Em terceiro, por apontar para novas possibilidades de relações entre homens e mulheres, o que os movimentos feministas e LGBTQIA+ se aproveitariam para reivindicar o reconhecimento de outros arranjos possíveis e de novas formas de relacionamento afetivo e sexual. Marx também sugere um elogio à burguesia ao reconhecer que a sociedade capitalista, ao inserir as mulheres na esfera da produção industrial, criou as condições para transformar a família e as relações patriarcais de gênero. Esse ponto é fundamental porque Marx não se dedicou a estudar amplamente a família e as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres. Tampouco sistematizou uma teoria feminista qualitativamente robusta. No entanto, podemos identificar a partir das categorias econômicas por ele desenvolvidas, tais como: divisão do trabalho, produção, reprodução, entre outras. Uma crítica, ainda que embrionária, à família burguesa patriarcal (BROWN, 2012).

1.3 SOBRE OS “SISTEMAS DUPLOS”: A POLÊMICA RELAÇÃO MATRIMONIAL ENTRE CAPITALISMO E PATRIARCADO

Ao nos debruçarmos sobre o debate possibilitado pela junção entre feminismo e marxismo percebemos que a questão da família representa uma base comum, um ponto de partida para desvelar as relações de poder entre os gêneros na sociedade de classes. Curiosamente observamos que no decorrer dos debates feministas e socialistas boa parte das questões que envolvem distanciamentos e aproximações utilizam metáforas matrimoniais para designar suas tensões constitutivas.

Em termos de análise, os problemas levantados costumam se referir aos sistemas duplos – capitalismo e patriarcado como autônomos e inter-relacionados, opressão de

gênero e força de trabalho, e, sob aspectos mais gerais, como classe e gênero se conectam e nos ajudam a compreender as diversas clivagens existentes (ARRUZZA, 2011).

Entre meados dos anos de 1960 e ao longo da década de 1970, surgiram um conjunto complexo de movimentos e lutas por direitos civis, liberdade sexual, emancipação nacional, mobilizações de trabalhadores diversas, movimentos anticoloniais, enfrentamentos às ditaduras militares na América-Latina e tantas outras rebeliões mundo a fora. Em meio a essa ebulição social insurgiu um feminismo de novo tipo. Esse feminismo teceu críticas radicais às estruturas patriarcais do Estado, o controle sobre a sexualidade e o conservadorismo moral, habitava as entranhas das sociedades heterossexistas e patriarcais. Por vezes, exigindo visibilidade às diferenças e uma certa recusa a determinadas perspectivas universalistas que tendiam a pensar a igualdade política sob uma ótica masculina, o que, no limite, chegou a provocar cisões nos movimentos sociais mistos. Baseadas no legítimo esforço para teorizar sobre a opressão sofrida pelas mulheres, muitas feministas optaram pelo caminho da organização política autônoma como resposta ao machismo dos membros de movimentos e organizações mistas (ARRUZZA, 2019).

Um trabalho que se destaca justamente por “remar contra a maré” da época ele nos oferece e um convite alternativo, estamos nos referindo ao artigo de Heidi Hartmann (1979) – “*Um casamento malsucedido: para uma união mais progressista entre marxismo e feminismo*”. Este trabalho representa um desdobramento dos acontecimentos históricos que levaram a formação de múltiplas tendências feministas, bem como condicionaram reformulações no interior da tradição feminista-socialista, na medida em que se propôs situar as discussões sobre classe e gênero, patriarcado e capitalismo, como sistemas de dominação e exploração que estruturam as relações desiguais entre homens e mulheres. Hartmann (1979) argumenta que

O marxismo nos permite compreender muitas coisas das sociedades capitalistas: a estrutura de produção, a geração de uma determinada divisão do trabalho e a natureza da ideologia dominante. [...] Do mesmo modo que o capital cria esses postos de trabalho à margem dos indivíduos que o ocupam, as categorias de análise marxistas, tais como: “classe”, “exército de reserva”, “trabalhador assalariado”, nos explicam porque determinadas pessoas ocupam determinados postos. Não dão nenhuma pista sobre porque a mulher está subordinada ao homem dentro e fora da família e porque não o contrário. As categorias marxistas são cegas ao sexo. (HARTMAN, 1979, p. 8. Tradução nossa).

Como uma proposta para escapar desse impasse apontado como uma “cegueira”¹¹ das categorias econômicas, Hartmann (1979) propõe incluir o patriarcado como chave analítica para explicitar os fundamentos da dominação masculina sobre as mulheres. Nesse sentido a autora define

O patriarcado como um conjunto de relações sociais entre os homens que possui uma base material e que, também são hierárquicas, estabelecem ou criam uma certa dependência e solidariedade entre os homens que lhes permitem dominar as mulheres. [...] O matrimônio heterossexual e monogâmico é uma forma relativamente recente e eficaz que parece permitir ao homem controlar ambos os campos. O fato de controlar o acesso da mulher aos recursos e à sua sexualidade, por sua vez, permite ao homem controlar a força de trabalho feminina, com o objetivo que lhe preste diversos serviços pessoais e sexuais, como o de criar seus filhos. Os serviços que a mulher presta ao homem e que o libera de fazer uma série de tarefas ingratas, se realizam tanto dentro como fora do marco familiar. (HARTMANN, 1979, p. 12. Tradução nossa).

Para Hartmann (1979), o patriarcado tende a condicionar, por meio de suas leis e mecanismos particulares de poder, a criação de hierarquias no interior dos modos de produção capitalistas. Essa dicotomia pode ser compreendida em um dos seus aspectos centrais, a divisão do trabalho. Para tanto, ela busca demonstrar a historicidade do patriarcado sob outros modos de produção para defender que este sistema de opressão/dominação possui raízes históricas originadas em formações sociais precedentes, portanto, relativamente autônomas, embora se relaciona reciprocamente com o capital. No limite, conserva sua própria autonomia baseada nas suas regras, que foram construídas em um processo histórico singular.

Boa parte das críticas dirigidas ao texto “*Um casamento malsucedido*” apontam para as limitações de uma abordagem de natureza dualista que separa patriarcado e capitalismo. Arruzza (2019), por sua vez, questiona as supostas fronteiras estabelecidas que ditam os limites e demarcam até onde tocam as leis do capital e até onde tocam as leis patriarcais, bem como suas possíveis interações com as mudanças sociais. Nesse sentido ela argumenta que o capital produz, de fato, hierarquias e divisões na força de trabalho, mas que em razão da condição assexuada das leis de desenvolvimento do capital e que estas refletem diretamente na constituição das categorias marxistas de análise críticas da economia política e interpretadas como assexuadas, ou seja, são igualmente insuficientes para desvendar, por exemplo, porque homens brancos ocupam posições

¹¹ Em razão de importantes debates contemporâneos em torno do capacitismo e do preconceito contra pessoas com necessidades especiais, optamos por colocar aspas nesse termo em específico apenas para registrar a tradução da citação direta, mas evitaremos seguir com o mesmo no decorrer da escrita.

mais privilegiadas na divisão social do trabalho. Seguindo o raciocínio que sustenta a chamada “teoria dos sistemas duplos” ela vai dizer que

a noção de classe não é suficiente, e deve ser integrada às noções de gênero, raça, nacionalidade e religião. Assim, o que permite ao capitalismo preencher os espaços vazios das hierarquias que ele próprio criou não são suas leis internas, mas sim as leis de um outro sistema, o sistema patriarcal, que, mesmo estando fortemente entrelaçado ao capitalismo, possui vida autônoma. (ARRUZZA, 2011, p. 161).

De acordo com a perspectiva de Hartmann sobre os sistemas duais, podemos argumentar que: por intermédio das empresas de entretenimento que produzem brinquedos direcionados ao público infantil produzem suas mercadorias visando exclusivamente o lucro, a regra máxima do capital. Contudo, o sentido atribuído aos brinquedos leva em consideração as expectativas sociais construídas em torno da socialização generificada das crianças. Sendo assim, seriam as leis patriarcais de gênero responsáveis por designar, de acordo com os contextos culturais, quais brinquedos seriam voltados para os meninos e quais seriam voltados para as meninas. Seguindo com esse exemplo, dialogamos com Arruzza (2019), que considera

Ainda que o capitalismo tenha usado e continue usando o patriarcado para sustentar seu próprio domínio e articular a exploração, em determinadas circunstâncias, as leis [...] do movimento do capital podem entrar em contradição com as leis do sistema patriarcal. (ARRUZZA, 2019, p. 127).

Em outras palavras, as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais experimentadas pelas sociedades podem modificar os sentidos e as expectativas sobre a divisão de gênero e raça que normalmente concebemos. Nesse sentido, é interessante nos atermos ao papel ativo do capital no sentido de se apropriar e até mesmo de transformar as estruturas patriarcais (ARRUZZA, 2019), pois

a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo que dissolveu formas de vida social precedentes. (ARRUZZA, 2015, p. 57).

Como Arruzza (2019) busca evidenciar, o capitalismo enquanto modo de produção modificou os fundamentos de organização familiar, rompendo os vínculos econômicos anteriores que conformavam a família sob uma unidade produtiva para utilizá-la como fonte de manutenção da reprodução social da força de trabalho. A base desse processo se constituiu a partir das relações patriarcais de gênero, mas não são moldadas exclusivamente por tais relações. A plasticidade do capital e de sua lógica de dominação pressupõe a capacidade de adaptações. Arruzza (2015), em um outro artigo vai discutir que a transformação da família como um fato histórico ocorreu como um resultado dos

processos de expropriação de terras e da acumulação primitiva de capital. Esses eventos criaram as condições para o desmantelamento do modelo patriarcal de família tipicamente camponesa, separando-a dos seus meios de produção e de promoção de sua subsistência. O desdobramento desse processo foi o êxodo rural que empurrou massas de trabalhadores despossuídos para os centros urbanos, acelerando a urbanização e alterando significativamente as características da família mononuclear patriarcal. Adiante, Arruzza (2015) pontua que

embora as relações de dominação de gênero tenham permanecido, elas deixaram de ser um sistema independente que seguia uma lógica autônoma por conta dessa transformação da família de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado. Além disso, essas relações de dominação sofreram uma transformação significativa. Por exemplo, uma destas transformações está ligada a uma conexão entre orientação sexual reificada em identidade, e gênero. Porque é certamente verdadeiro que a opressão de gênero tenha existido bem antes do advento do capitalismo, isso não significa que as formas que assumiu tenham sido sempre as mesmas. (ARRUZZA, 2015, p. 46).

O ponto que Arruzza mobiliza nos leva a refletir que por mais que as estruturas patriarcais e heterossexistas possam ter precedido as relações contemporâneas entre o capital e o trabalho, bem como as raízes da família patriarcal de maneira geral. Sua existência não pode ser explicada como um fator trans-histórico. Pois, tais relações de poder sempre estiveram, e ainda persistem, no interior das relações capitalistas sendo modificadas e adaptadas ativamente pela força e pela influência do capitalismo, enquanto modo de produção e de reprodução social.

Na subseção seguinte deste capítulo vamos retomar e aprofundar nossas ideias a respeito do papel da família, e compreender a centralidade do heterossexismo e da opressão vivenciada pelas pessoas LGBTQIA+ como elementos chaves para a reprodução das relações de produção e para as formas de sociabilidade no capitalismo.

1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MARXISMO TRASNVIADO: PARA UMA TEORIA UNITÁRIA

As definições sobre família contidas no pensamento de Engels (1984) e sobre patriarcado tal como apresentada por Hartmann (1979) se constituíram, no caso do primeiro, em um esforço de compreensão das desigualdades de gênero à luz do materialismo histórico e serviu como uma teoria norteadora que influenciou os debates nos círculos das organizações operárias no final do século XIX e no início do século XX,

bem como a atuação das revolucionárias europeias nesse período¹². No caso da segunda, favoreceu tanto ao diagnóstico sobre a ausência de uma reflexão particularmente mais aprofundada sobre as relações patriarcais no seio da sociedade capitalista quanto à uma demarcação para defender o materialismo histórico como uma ferramenta teórico-metodológica útil e que nos ajuda a pensar os problemas vivenciados pelas mulheres trabalhadoras em um período de recuo dos movimentos das massas operárias e, simultaneamente, presenciando a ascensão de abordagens centradas na liberdade que rivalizavam com o marxismo no campo da esquerda. Esse contexto levou a autora refletir sobre as bases do divórcio entre marxismo e feminismo, propondo como saída a tese dos sistemas duplos¹³.

Entretanto, as noções de família e patriarcado em ambos os casos foram elaboradas de maneira a naturalizar tacitamente a heterossexualidade. É justamente nessa lacuna que podemos pensar as relações patriarcais sustentadas pela dimensão da heterossexualidade compulsória, do controle masculino sobre a sexualidade feminina, a invisibilidade da sexualidade das mulheres como meios pelos quais a dominação masculina se manifesta e se faz presente (RICH, 2010).

De modo consonante, Borrillo (2010) demonstra a historicidade da opressão vivenciada pela comunidade LGBTQIA+, tendo suas raízes históricas fincadas nas tradições de natureza judaica e cristã, cujos pensamentos negaram a existência e o reconhecimento desses sujeitos baseados em uma “crença na qualidade natural e a moralidade das relações heterossexuais monogâmicas – e, correlatamente, a percepção da homossexualidade como prática nociva e potencialmente destrutiva para essa moralidade” (BORRILLO, 2010, p. 48.).

A compreensão desse fenômeno historicamente situado leva o autor a olhar para a heterossexualidade não como uma expressão das possíveis sexualidades humanas, mas como uma ordem social específica. Em outras palavras, uma relação de poder estabelecida.

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada *heterossexismo*, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. (BORRILLO, 2010, p. 31).

¹² ARRUZZA, 2019, p. 49-54.

¹³ *Ibidem*, p. 125-126.

Esses conceitos formulados por Rich (2010) e Borrillo (2010) nos fornecem elementos para ampliarmos nosso entendimento sobre as relações patriarcais, pensadas também sob a influência da norma heterossexual. Sob esse olhar, a injustiça vivenciada pela comunidade LGBTQIA+ tem suas raízes na lógica de dominação cultural/simbólica estruturada nos padrões sociais estabelecidos que desvalorizam e negam o reconhecimento às sexualidades e identidades de gênero que escapam da norma heterossexista (FRASER, 2006).

Podemos dar continuidade as reflexões centradas nas sexualidades e identidades de gênero com base nos trabalhos da filósofa estadunidense Judith Butler, expoente da teoria *Queer* que emergiu na década de 1990, e que trouxe reflexões fundamentais para pensar a construção social e política dos sujeitos LGBTQIA+, sobretudo em um sentido desconstrucionista que subverte uma visão mais enrijecida das identidades sexuais e de gênero. Sua obra nos ajuda a rompermos com os apagamentos daquelas pessoas identificadas como transgêneros, travestis, transexuais e não-binários, por exemplo. Butler (2003), no livro *Problemas de gênero*, busca questionar a dicotomia natureza/cultura dizendo que

Se o sexo é, ele próprio uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2003, p. 25).

Na continuidade do argumento, Butler (2000)¹⁴ retoma o argumento sobre a produção discursiva do sexo recuperando o elemento da materialidade na obra intitulada *Corpos que pesam* para aprofundar sobre a questão

[...] Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como “corpo”, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o alguém simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo

¹⁴ Este trabalho foi publicado originalmente em 1993, enquanto *Problemas de Gênero*, em 1990. Utilizamos nesta pesquisa as versões traduzidas para a língua portuguesa, que não seguem necessariamente a ordem cronológica das publicações originais.

para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2000. p. 2).

Ao postular que o sexo não deva ser enxergado como uma “zona neutra” vinda a ser preenchida pelas matrizes culturais que designam o “gênero”, Butler (2000), por sua vez, identifica no discurso biologizante a produção das normas regulatórias que leem os corpos como um dado fixo e estável. Na medida em que a autora rompe com a lógica sexo/gênero, simultaneamente também rompe com a própria ideia que organiza esse sistema com base no regime da heterossexualidade compulsória e normativa, em um esforço reflexivo para desnaturalizar os binarismos e as oposições típicas que reforçam as relações de poder baseadas na imposição de uma norma sobre o sexo, o gênero e o desejo sexual, concomitantemente. Esse ponto fica ainda mais nítido quando a autora indica que as identidades estão sempre situadas e vinculadas a uma determinada matriz cultural como sendo elas mesmas, inteligíveis socialmente. Para ela:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles, que em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2003, p. 38).

Dessa forma as identidades de gênero e as sexualidades consideradas como desviantes ou subversivas somente podem receber esse tratamento em função de uma norma, uma ordem que as levam à marginalização, que produz essa contradição no seio do sistema.

Para Butler (2003), os gêneros são conformados pela *performatividade*, sendo determinados por formas regulatórias que constroem a inteligibilidade de sua expressão. Ou seja, a ação dos indivíduos materializa o gênero e, conseqüentemente, o traduz sob a forma de uma identidade compartilhada. O falar, o gesticular e o caminhar são práticas que reiteram as normas de gênero para sinalizar suas diferenças, suas fronteiras. As expectativas criadas para designar os comportamentos interpretados como sendo de “homens” e “mulheres” são construídos por intermédio dos processos de socialização que condicionam os indivíduos a corresponderem performaticamente às práticas edificadas pela matriz cultural heterossexista e patriarcal. Contudo, quando certos indivíduos que performam e/ou se expressam de maneira destoante das expectativas fincadas na matriz cultural hegemônica, tornam-se permanentemente suscetíveis aos vários tipos de

violência física, verbal e simbólica. Nesse sentido, lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, não binários, intersexos e outros não somente escancaram a artificialidade dos limites que demarcam os gêneros e as sexualidades, como pagam o preço pelas suas transgressões com a discriminação, o preconceito público, a depreciação e tantas outras formas humilhantes de desvalorização impostas pela lógica heterossexista de dominação.

Em razão do que expusemos até aqui sobre algumas ideias, conceitos e argumentos que permeiam o feminismo de Butler. Compartilhamos da visão de que existem similaridades importantes que atravessam as lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos LGBTQIA+ em um sentido político-prático, bem como dos seus marcos teóricos fundamentais: o marxismo e a teoria *queer*. Segundo Fraser (2006), o combate às injustiças redistributivas e às injustiças cultural-valorativas requerem ações de natureza distintas, mas que podem eventualmente se combinar. A autora situa as lutas contemporâneas por justiça social no campo paradigmático da redistribuição-reconhecimento. Dado que esses dois polos se referem às raízes diferenciadas que configuram estruturas de opressão baseadas em princípios distintos. No esquema conceitual proposto por Fraser (2006), as políticas redistributivas estão ligadas às dimensões materiais e econômicas que organizam a divisão da sociedade em classes. Já as políticas do reconhecimento lidam com processos socioculturais de valorização, estima e respeito ligados à consciência e o costume. Nas palavras de Fraser (2006):

Quando lidamos com coletividades que se aproximam do tipo ideal da classe trabalhadora explorada, encaramos injustiças distributivas que precisam de remédios redistributivos. Quando lidamos com coletividades que se aproximam do tipo ideal da sexualidade desprezada, em contraste, encaramos injustiças de discriminação negativa que precisam de remédios de reconhecimento. (FRASER, 2006, p. 233).

A autora também argumenta que “gênero” e “raça” compõem as coletividades bivalentes que demandam por políticas de justiça redistributiva e de reconhecimento. Trouxemos esse ponto para complementar seu enquadramento analítico. Pois, é necessário compreender esses aspectos para avançarmos em relação às abordagens mobilizadas por Fraser (2006) para pensar as possibilidades de correção de injustiças no interior do esquema redistribuição-reconhecimento. A autora fornece duas abordagens, que não são necessariamente antagônicas, mas que podem se complementar de acordo com a conjuntura das lutas. São elas: a abordagem “afirmativa” e a abordagem “transformativa”.

Por remédios afirmativos para a injustiça, entendo os efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra. Por remédios transformativos, em contraste, entendo os remédios voltados para corrigir efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente. O ponto crucial do contraste é efeitos terminais *vs.* processos que os produzem – e *não* mudança gradual *vs.* mudança apocalíptica. (FRASER, 2006, p. 237).

Para exemplificar as definições acima, podemos nos referir às políticas de bem-estar social (social liberal, social-democrata, etc.) como remediações afirmativas. Visam mitigar o problema da desigualdade econômica sem necessariamente questionar a raiz estrutural que a produz. Assim como as políticas em defesa do multiculturalismo que se orientam pela positivação de identidades desrespeitadas como um meio compensatório para atenuar seus efeitos sobre coletividades socialmente desvalorizadas (as políticas centradas nas identidades lésbica e *gay*, por exemplo).

Nos casos que caracterizam as abordagens transformativas temos como exemplo o socialismo e a política *queer* como duas propostas que compartilham um elemento em comum. Ambas carregam consigo um projeto político que questiona as raízes das estruturas sociais produtoras de desigualdades a partir de uma linguagem emancipadora. Arruzza (2019) oferece uma síntese que nos permite identificar os encontros potenciais entre marxismo e teoria *queer*.

A teoria *queer* pertence ao último caso. Ela não surgiu da demanda pela identidade homossexual, trans ou intersexual, mas sim pela demanda por desconstrução da dicotomia homossexual/heterossexual, desestabilizando todas as identidades sexuais fixas. A teoria *queer* busca desconstruir o gênero, assim como o socialismo busca desconstruir a classe: não tem como objetivo manter ou afirmar a identidade de gênero ou de classe – ainda que na práxis política o problema da identidade tenha sido levantado por ambos –, mas finalmente superar o gênero, bem como a divisão de classes. Com base nessa natureza transformadora e desconstrucionista comum, é possível imaginar uma combinação de socialismo com feminismo desconstrucionista, capaz de lançar um ataque comum à injustiça econômica e cultural, oferecendo respostas em termos de redistribuição e reconhecimento, (ARRUZZA, 2019, p. 129).

Tanto Fraser (2006) quanto Arruzza (2019) destacam a radicalidade transformativa contida no pensamento marxista e na teoria *queer* pensadas sob os eixos paradigmáticos da redistribuição-reconhecimento. É possível também investigarmos o papel que o capitalismo executou, e ainda executa, na organização e na reprodução da força de trabalho apoiados nos padrões culturais heterossexistas e patriarcais que definem a concepção de família historicamente instituída com a qual lidamos.

Para Wolf (2021), a forma característica do que convencionamos denominar como família patriarcal foi a concepção dominante que organizou essa instituição social durante

a existência do modo de produção feudal¹⁵. Simultaneamente, a sociedade capitalista erguida sob os escombros do antigo regime realizou um duplo movimento a cada degrau percorrido pela burguesia até se estabelecer como classe dominante. De um lado, fez emergir as “noções de realização pessoal e de individualidade como ideais sociais” (WOLF, 2021. p. 51). De outro, estimulou a prosperidade material, a acumulação de riqueza e a transferência de propriedade por meio da herança atrelados a concepções altamente restritivas sobre a sexualidade e a moral¹⁶.

O crescimento progressivo dos centros urbanos levou a uma gradativa separação entre o trabalho e o lar, uma divisão que se expressa na distinção das esferas pública e privada, sendo que a família passou a ocupar muito mais o lugar da reprodução social da vida¹⁷. Curiosamente, como nos apresenta D’Emilio (1992a), a relação entre família e capitalismo se constituiu contraditoriamente. Pois,

o capitalismo enfraqueceu continuamente a fundação material da vida em família, tornando possível para indivíduos viverem fora da família e para o desenvolvimento de uma identidade lésbica e *gay*. De outro, é preciso empurrar homens e mulheres para dentro das famílias, pelo menos por tempo suficiente para reproduzir a próxima geração de trabalhadores. A elevação da família à preeminência ideológica garante que a sociedade capitalista irá reproduzir não somente crianças, mas também o heterossexismo e a homofobia. No sentido mais profundo, o capitalismo é o problema. (D’EMILIO, 1992a. p. 474).

Sob tais condições, a família nuclear carrega a tarefa de conservar a reprodução social da força de trabalho em uma esfera privatizada, ao mesmo tempo que socializa seus indivíduos – homens, mulheres e crianças – com base em normas morais, sexuais e de gêneros consideravelmente rígidas que, no limite, operam para garantir a manutenção e a perpetuação das futuras gerações de trabalhadores a partir da socialização desses indivíduos no interior das famílias e condicionados pela cultura e pela sociabilidade típicas de uma formação social capitalista.

Nesse aspecto, as contribuições de D’Emilio vão ao encontro das análises de Arruzza (2019), para quem

[...] o capitalismo rompeu os laços econômicos baseados no patriarcado, por outro, conservou e usou as relações de poder do patriarcado e sua ideologia de muitas maneiras. O capitalismo pôs fim à família como uma unidade produtiva, mas a usou e depois a transformou profundamente para garantir que a tarefa da reprodução da força de trabalho fosse feita. (ARRUZZA, 2019, p. 138).

¹⁵ WOLF, 2021. p. 48.

¹⁶ *Ibidem*. P. 51.

¹⁷ *Ibidem*. P. 50.

Em conformidade com o argumento da autora, temos a colaboração de Harvey, que considera o papel das diferentes clivagens sociais na estrutura da divisão do trabalho no sentido em que

A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. Tornam-se ferramentas por meio das quais os capitalistas administram a oferta de trabalho em conjunto com os setores privilegiados da força de trabalho que usam o machismo e o racismo para minimizar a competição (HARVEY, 2011, p. 57).

Lançar luz sobre a constituição dos sujeitos baseadas nesses e em outros marcadores sociais que produzem desigualdades é crucial para que, nas palavras de Arruzza (2019), se construa “uma renovação do marxismo”¹⁸. Pois, o marxismo enquanto tradição de pensamento e como movimento social e político trouxe inúmeras inovações ao assumir uma posição pioneira frente às discussões de gênero e sexualidade como chegamos a mencionar no início deste capítulo. Contudo, é preciso reconhecer, de maneira autocrítica, que as experiências socialistas do século XX, particularmente os casos soviético, chinês e cubano foram marcados por retrocessos políticos que produziram uma regressão considerável na cultura marxista, em geral, e nas linhas políticas adotadas pelos Partidos Comunistas e Socialistas ao redor do mundo, em particular, sobre a situação das mulheres e LGBTQIA+.

Arruzza (2019) questiona, por exemplo, a extinção e os bloqueios impostas às estruturas internas que possuíam algum grau de autonomia. Por vezes com o argumento de tais segmentos ameaçavam a coesão partidária e dos movimentos. O retrocesso não ficou apenas restrito à atuação e à organização do partido e dos movimentos. Houve um recuo na legislação penal soviética em 1933 com o reestabelecimento da homossexualidade como infração que poderia resultar na sentença de trabalhos forçados de cinco a oito anos. *Gays* e *Lésbicas* passaram a ser rotulados como contrarrevolucionários e a homossexualidade se tornou um instrumento de perseguição. Outra medida reacionária refere-se à restauração institucional da família tradicional promovida pelo stalinismo¹⁹. Wolf (2021) chega a citar os casos de expulsão de membros LGBTQIA+ das fileiras do Partido Comunista estadunidense, como um reflexo das posições oficiais adotadas pelo regime soviético. Esses casos ilustram a ascensão do conservadorismo moral nos partidos de esquerda e como a condição da população

¹⁸ ARRUIZZA, 2019, p. 140.

¹⁹ Arruzza, 2019. p. 73.

LGBTQIA+ estava sob constante ameaça, refém das normas sexuais e dos papéis de gênero cristalizados. O controle sobre as sexualidades, as identidades e sobre o papel da família na organização da reprodução social forneciam um sujeito social subserviente e altamente produtivo²⁰.

No caso da China, Wolf (2021) adverte para situações em que a perseguição às lésbicas e *gays* eram constantes, resultando em muitos casos de encarceramento. A tendência corrente no país do oriente asiático era de silenciamento, uma estratégia para vetar o diálogo interno sobre as questões que envolviam as sexualidades. Durante a Revolução Cultural chinesa, LGBTQIA+ sofriam regularmente com a violência policial em um período de recrudescimento das políticas repressivas dirigidas à essa comunidade. Embora, segundo a autora, a China não tivesse proibido institucionalmente a homossexualidade, as práticas de prisões e a hostilidade cultural eram socialmente naturalizadas. O tratamento dado às sexualidades e identidades de gênero consideradas desviantes seguem sendo um desafio naquele país.

Em Cuba, as políticas sexuais também foram marcadas por intensa repressão policial e com o uso de medidas como exílio e trabalhos compulsórios para punir pessoas identificadas como LGBTQIA+ durante o período pós-revolução (WOLF, 2021). A revolução cubana e a formação de um Estado socialista na América Latina exerceram forte influência sobre os movimentos políticos que emergiram após o final dos anos 1960 e início dos anos de 1970. Contudo, a postura de Cuba em relação à homossexualidade representou um revés, reforçando estigmas e perseguições dentro das organizações de esquerda ao redor do mundo.

Do início dos anos de 1990 em diante, houveram mudanças em relação ao tratamento dado pelo Estado cubano às pessoas LGBTQIA+ e um aceno para uma maior aceitação pública da diversidade sexual e de gênero na ilha caribenha. Em 1988 foi descriminalizada, mas para a parcela da população que vivia como soropositivos, maioria composta por homens *gays* e bissexuais, seguiu sofrendo com quarentenas compulsórias. O desfile da primeira Marcha do Orgulho de Cuba foi cancelado como efeito das políticas repressivas dirigidas aos movimentos sociais que levantam críticas ou reivindicam mudanças para o regime (WOLF, 2021).

Os retrocessos em relação às agendas sobre família e sexualidade implementados pelas principais experiências socialistas do século XX, China, Cuba e a antiga União

²⁰ *Ibidem*, p. 75.

Soviética. Dada a incapacidade e a não intenção desses países em levar adiante um projeto ampliado de emancipação social contribuiu para o afastamento de militantes e ativistas de esquerda das organizações ligadas às demandas da classe trabalhadora²¹. Os efeitos nocivos destes processos sobre a população LGBTQIA+ destes países tiveram forte influência sobre as organizações políticas de esquerda ao redor do mundo quanto ao tratamento discriminatório conferido às questões sexuais e de gênero. Isso representou um obstáculo severo para o avanço dessa agenda no interior da esquerda. Além de induzir a naturalização de práticas autoritárias nas tradições de esquerda e de suas culturas políticas que, do ponto de vista da experiência política, romperam com a concepção de liberdade em favor de uma estratégia centrada no uso sistemático da repressão e de outras formas coercitivas.

Tanto Arruzza (2019) quanto Wolf (2021) concordam que a maneira com a qual as principais experiências socialistas lidaram com as políticas sexuais trouxeram danos incomensuráveis ao avanço do reconhecimento dos direitos LGBTQIA+ naqueles países em específico e na esquerda mundial de maneira geral. Assim como estimularam na cultura marxista um grau acentuado de ortodoxia ao elevar a categoria classe como a opressão principal, em detrimento das demais relações de poder existentes, como as opressões raciais e de gênero, por exemplo. Essa questão representou pontos de ruptura que fizeram emergir outras abordagens explicativas para as questões de gênero (ARRUZZA, 2019) e para as questões relativas às sexualidades (WOLF, 2021). Muitas vezes pavimentando suas críticas nas lacunas deixadas por alguns segmentos do marxismo que se negavam a entender as desigualdades criadas por uma heterossexualidade normativa, ou se comportando de maneira indiferente frente a questão (BUTLER, 1997).

A existência de sujeitos que compõem minorias sexuais e aquelas que, de alguma forma, agem de maneira transgressora diante das expectativas e dos papéis de gênero desafiando a coesão desejada para a família nuclear no seio da sociedade capitalista²². As possibilidades criadas pelo capitalismo para reinventar a experiência do desejo pelo mesmo sexo e da identidade construída para outros gêneros foi permanentemente constrangida por outros meios. A invenção da homossexualidade nascida das ciências médicas para substituir o antigo termo sodomia, serviu como um instrumento ideológico eficaz para disseminar a homofobia clínica e patologizar a homossexualidade

²¹ WOLF, 2021, P. 226.

²² *Ibidem*, p. 54.

(BORRILLO, 2010). Do pecado à doença, a mudança na abordagem da questão serviu para perpetuar o estigma à essa parcela da população, ainda que as subculturas *queer* urbanas tenham florescido gradualmente em determinadas localidades industrializadas. Para Wolf (2021)

A sociedade capitalista depende da família nuclear e da ideologia que a justifica. Entre esses princípios ideológicos estão ideias sexuais reacionárias – incluindo normas de gênero – que não apenas reforçam a família, mas também são usadas para estimular as divisões entre os trabalhadores e os oprimidos, bem como para controlar nosso comportamento. (WOLF, 2021, p. 62).

O capitalismo seguiu exercendo forte influência sobre os comportamentos sexuais e as definições relacionadas às expectativas sobre os papéis de gênero ao longo do século XX até os dias atuais, já no início da terceira década do século XXI, que tornam sua compreensão cada vez mais difícil, e não menos do que urgentemente necessária. Por conseguinte, Arruzza (2015) nos convida “a repensar a crítica marxiana do capitalismo como uma crítica de uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015, p. 55). Para ela, o central torna-se o que ela mobiliza em *Rumo à união queer* ao propor que

[...] ler as intersecções entre gênero, classe e raça e de decifrar a relação complexa entre os elementos patriarcais arcaicos que subsistem em estado de fantasmas em um mundo capitalista globalizado e aqueles que, ao contrário, foram inteiramente integrados, utilizados e transformados pelo capitalismo. Isso requer uma renovação do marxismo, capaz de ir além da oposição entre cultural e econômico, entre material e ideológico. Um projeto político que vise a criação de um novo movimento operário não pode deixar de se indagar sobre o modo como gênero e raça exercem uma influência sobre a composição social da força de trabalho e sobre sua subjetivação política enquanto classe. Esta necessita superar a questão da “opressão primeira” que dividiu movimentos feministas e movimento operário nas últimas décadas. O que é interessante não é tanto saber se a contradição entre capital e trabalho é mais importante ou mais “primeira” que a opressão das mulheres, e sim compreender a maneira como ambas se encontram inteiramente imbricadas nas relações de produção capitalistas e no conjunto das relações de poder do capitalismo, o que dá lugar a uma realidade complexa. (ARRUZZA, 2011, p.170).

As discussões levantadas pela autora nos possibilitam repensar os caminhos do pensamento marxista à luz de novos horizontes para a libertação dos sujeitos por meio dos enfrentamentos políticos e de novas demandas que insurgem a cada período de transformações sociais. Sob esse prisma, a família mononuclear e as formas de reprodução social se fizeram presentes nas reflexões das feministas socialistas nos anos

1970 e 1980²³, primeiramente. Adiante, a crítica à imposição normativa da heterossexualidade se tornou um ponto de inflexão importante para pensar sobre outras formas de opressão. Porém, a evolução do debate indicou uma significativa virada paradigmática em torno das políticas de identidade e do *reconhecimento*²⁴. Essas mudanças trouxeram novos desafios para o marxismo, sobretudo para condicioná-lo a expandir seu campo de investigação em torno dos sujeitos e das singularidades inerentes às opressões de gênero, raça e sexualidade.

Na esteira das considerações de Arruzza sobre as potencialidades colaborativas que unem as lutas da classe trabalhadora com as lutas anti-patriarcais e anti-heterossexistas do movimento LGBTQIA+, nas suas dimensões práticas e organizativas, assim como na sua dimensão teórica ao sugerir uma aproximação entre a teoria *queer* e marxismo, que Toitio (2017), inspirado no diálogo com a perspectiva filosófica pós-estruturalista, propõe um “marxismo *transviado*”. Essa compreensão se justifica em razão de que

As relações de gênero e sexualidade são formas de “sujeição” que a um só tempo são reproduzidas e dinamizadas no movimento de acumulação do capital. Diante dos movimentos e reivindicações por igualdade e liberdades sexuais, essa dinâmica permitiu ao capitalismo assimilar rapidamente a diversidade sexual como um nicho de mercado, o que trouxe novas possibilidades de resistência e contradições. (TOITIO, 2017. p. 75).

E prossegue dizendo que

O que está se construindo é uma sociedade que mantém o processo de socialização de suas crianças como indivíduos heterossexuais e generificados, mas com um estímulo crescente de respeito e tolerância às pessoas que por um acaso “desviarem” desse caminho ao longo da vida. Mas, a diversidade sexual e de gênero continua sendo o outro, o diferente, que pode ser aceito ou eliminado a depender do contexto e das correlações de força. O heterossexismo segue ainda fundamental para a reposição da divisão sexual do trabalho e da construção da mulher como a principal responsável pelo trabalho reprodutivo. (TOITIO, 2017. p. 75-76).

O entendimento sobre a lógica da reprodução social oferece uma chave interpretativa para analisarmos as múltiplas relações de poder como totalidades conectadas pelo gênero, pela raça e pela sexualidade e envolvidas pela exploração, dominação e alienação (ARRUZZA, 2015). Neste caso, a família se torna o objeto principal para desvendarmos os enigmas que conectam as normas heterossexistas e patriarcais aos desafios das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras como parte de uma

²³ Ver TOITIO, 2017.

²⁴ Ver FRASER, 2006.

totalidade integrada e contraditória. Contudo, apreender sobre as características e regularidades dessas relações de reprodução a partir de suas dinâmicas históricas, não como algo mecânico, pré-determinado ou até mesmo trans-histórico, mas que se transforma por intermédio da ação humana, ou seja, através da práxis²⁵ dos indivíduos que se colocam em movimento. Pois, “o capitalismo não é uma máquina ou um autômato, mas uma relação social, e como tal, é sujeita a contingências, acidentes e conflitos” (ARRUZZA, 2015. p. 56). Sendo assim, torna-se fundamental investigar a centralidade que as lutas políticas assumem diante desse cenário ambíguo e contraditório. É no seio das lutas e das relações existentes entre o movimento LGBTQIA+ e as organizações sociais e políticas da esquerda, que buscamos perceber as discontinuidades e continuidades, o lugar das coerções e o lugar das liberdades, as contradições que se arrastam e os processos de mudança que seguem em curso, os desafios e as possibilidades que se abrem no horizonte político.

1.5 LUTAS NEGRAS, LUTAS LGBTQIA+, LUTAS DE CLASSES E A BUSCA PELO ELO POLÍTICO

Após a leitura da transcrição da palestra proferida por Angela Davis para a *Midwest Bisexual Lesbian Gay Transgender Ally College Conference* que ocorreu na Universidade de Illinois no início de 2008. Este texto compõe o dossiê Marxismo e lutas LGBT e traz uma série de múltiplas reflexões acerca da desafiadora tarefa de combinar o marxismo com a questão da diversidade sexual e de gênero. Nessa linha, Davis (2019) afirma que existe um elo entre as históricas lutas antirracistas por direitos civis protagonizadas pelas comunidades negras dos EUA em meados do século passado com as lutas contemporâneas por direitos civis para a comunidade LGBTQIA+ na contemporaneidade. As ideias de Davis nos instigam a investigar essas relações em busca de um elo político que conecta as lutas antirracistas com as lutas pela livre expressão de gênero e das sexualidades, bem como com a dinâmica das lutas materiais e redistributivas que envolvem a classe trabalhadora. Para entendermos essas possíveis conexões vamos, num primeiro momento, situar a questão racial no interior do marxismo. Em seguida iremos discutir o lugar da questão racial e do colonialismo no pensamento de Marx. E por último, discutir as aproximações e as implicações de uma abordagem à luz do marxismo que nos ajude a identificar os pontos de maior relevância que envolvem a experiência e o

²⁵ No capítulo seguinte retomaremos esse conceito de forma mais precisa.

lastro histórico das lutas negras do século XX para dizermos se faz sentido com as demandas e reivindicações contemporâneas do movimento LGBTQIA+ e das lutas em torno da diversidade sexual e de gênero.

Taylor (2018), autora norte-americana que escreveu o artigo intitulado *Raça, classe e marxismo*, se propôs a pensar sobre os nexos estabelecidos entre o racismo e o capitalismo no interior do pensamento e da política de esquerda vinculada ao marxismo. Sob tal ótica, os argumentos desenvolvidos pela autora se orientam a partir de três eixos: a) a perspectiva marxista sobre a questão racial; b) a ascensão de uma teoria marxista sobre o problema do racismo; c) o desafio em torno dos trabalhadores brancos.

Ela inicia o texto argumentando que, para os marxistas, o racismo é visto como produto da organização social de base capitalista não corresponde a uma diminuição dos seus impactos sociais e suas consequências na vida das pessoas racializadas. De maneira complementar, ela também afirma que tem se tornado um discurso cada vez mais difundido entre indivíduos e grupos de esquerda a ideia de que a opressão de classe é uma dentre as várias opressões existentes, chegando a ser descrita por muitos como “classismo”. Taylor (2018) nos adverte que essa atribuição não é adequada, pois tende a se referir geralmente a posições individuais ou expressões culturais que refletem atitudes elitistas, mas que, na prática, mostram-se imprecisas para descrever as bases fundamentais de uma ordem social capitalista. Para Taylor (2018)

é comum hoje dizer que várias opressões, incluindo a classe, se interseccionam. Embora seja verdade que as opressões podem se reforçar e combinar umas às outras, elas nascem das relações materiais moldadas pelo capitalismo e da exploração econômica que reside no coração da sociedade capitalista. Em outras palavras, é a estrutura material e econômica da sociedade que deu origem à gama de ideias e ideologias que justificam, explicam e ajudam a perpetuar essa ordem. (TAYLOR, 2018, p. 181-182).

Esse argumento utilizado pela autora é importante porque ele ajuda a desmistificar a ideia fragmentada que enxerga as intersecções de classe, raça, gênero e sexualidade como contingências ao invés de estruturas fundamentais que existem inerentemente ao capitalismo e sob sua interferência direta (ARRUZZA, 2015). Esse argumento vai ao encontro de algumas reflexões de Marx sobre a escravidão e sua centralidade na organização do comércio internacional. Para quem

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão; sem o algodão não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Por isto, a escravidão é a categoria

econômica da mais alta importância (MARX, 1985. *apud* TAYLOR, 2018, p. 182)

Conforme podemos observar, a atenção dada por Marx ao problema da escravidão revela que o autor tinha plena consciência dos fundamentos materiais que organizaram os modos de produção escravistas modernos nos contextos coloniais, bem como seus efeitos para as condições sociais gerais do proletariado mundial. Uma perspectiva que contraria as posições dos críticos de Marx que afirmam que este mantinha uma visão eurocêntrica e distante dos problemas causados pelo colonialismo (Taylor, 2018). Se o marxismo é incapaz de produzir reflexões que questionem o racismo e outras opressões que se manifestam nas sociedades capitalistas, como podemos explicar o fato de que a maioria das experiências revolucionárias de natureza socialista que eclodiram ao longo do século XX foram em nações não-brancas? A questão racial e a questão colonial estiveram no centro das lutas por libertação em África, Ásia e América Latina. Nesse período o marxismo despontou como a teoria mais potente e que referenciava os movimentos sociais e políticos existentes nesses continentes (Taylor, 2018).

O problema do racismo como um elemento estruturante das formações sociais nas colônias está diretamente ligado à exploração do trabalho escravo como principal fonte de lucro dos senhores, em particular, e das metrópoles europeias que exerciam domínio sobre esses territórios. Angela Davis (2016) em *Mulheres, raça e classe* situa as questões raciais e de gênero para compreender o sistema escravista para desconstruir alguns mitos relacionados às condições vivenciadas pelas mulheres negras. Enquanto muitos presumiam em função da ideologia da feminilidade as mulheres negras escravizadas cumpriam os trabalhos de cuidado no ambiente doméstico, a realidade, segundo a autora, explicitava algo distinto. Pois, a maioria das mulheres estavam encarregadas dos trabalhos na produção agrícola no sul dos EUA. A utilização da mão-de-obra negra nas lavouras era predominante nessa região. Essa situação passou por alterações após a proibição do tráfico internacional quando os fazendeiros escravocratas passaram a investir na reprodução biológica para recomposição e para ampliação da força de trabalho escravizada. Como podemos observar, a dominação, a exploração do trabalho e a violência sexual imposta às mulheres negras demonstram que a escala de desumanização vivenciadas por esse grupo social atingia níveis ultrajantes de degradação humana.

A dinâmica social do racismo nos EUA, segundo Davis (2016), teve desdobramentos nocivos principalmente para as mulheres negras, que se encontravam em termos de acesso à direitos, na base da pirâmide da sociedade, ou seja, o grupo social

mais inferiorizado e mais vulnerável às violências e à miséria. A luta do movimento sufragista pelo direito ao voto feminino esbarrava nos obstáculos erguidos pelo racismo e pelo legado da escravidão no contexto de reivindicações crescentes por participação política envolvendo as mulheres, a população negra e os imigrantes (particularmente a massa de trabalhadores irlandeses que tinha uma presença significativa nos EUA em meados do século XIX). Após o findar da Guerra Civil estadunidense e a vitória da União dos estados nortenhos contra os Confederados sulistas representou, no limite, a vitória dos interesses da burguesia industrial e a possibilidade concreta de exercer um controle econômico sobre a nação como um todo. Contudo, a luta contra o regime escravocrata dos estados do Sul não significou que a classe triunfante apoiasse imediatamente a libertação e a ampliação de direitos para as mulheres negras e para os homens negros. Tanto é, que a autora utiliza como exemplo que o sufrágio feminino e os direitos políticos das pessoas negras não foram prontamente incluídos no programa do Partido Republicano durante o pós-guerra (DAVIS, 2016).

Para Davis (2016) a postura relutante das principais lideranças do movimento sufragista em conceder direitos políticos igualitários e estendidos para os negros e negras colocariam supostamente os homens negros em posição semelhante ao dos homens brancos e que isso conseqüentemente os transformariam em rivais no que tange os interesses femininos. Nesse sentido, Davis argumenta que

No entanto, ao articular sua oposição com argumentos que evocavam os privilégios da supremacia branca, demonstravam o quanto permaneciam indefesas – mesmo após anos de envolvimento em causas progressistas – contra a perniciosa influência ideológica do racismo. (DAVIS, 2016, p. 85).

Após a conquista pela libertação da condição de escravos, a negritude estadunidense seguiu resistindo ao racismo e lutando por sobrevivência. Já a cidadania, que se torna efetiva por meio da conquista ou da ampliação dos direitos civis e políticos ainda estava distante das pessoas negras. Quando Davis (2016) constrói uma reflexão sobre o sentido da emancipação para as mulheres negras ela se volta para a dura realidade de trabalho compartilhada pela maioria dessas mulheres. O trabalho nas lavouras e o serviço doméstico persistiam existindo sob condições sociais e trabalhistas que remetiam ao período da escravidão.

De acordo com o Censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria

realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. (DAVIS, 2016, p. 95).

Conforme a própria autora buscou explicitar, as mulheres negras, por um lado compartilhavam as mesmas condições que eram impostas aos seus irmãos negros em relação ao trabalho no campo. Por outro lado, não foram absorvidas plenamente pelos segmentos de trabalhos com melhores remunerações. Além da questão dos empregos precarizados, a população negra durante o período pós-abolição passou a sofrer com o problema do encarceramento e juntamente com este, veio a exploração de mão-de-obra, intensificada com a implantação do sistema de contratação de pessoas em situação de cárcere. Agentes do Estado e empregadores viram esse mecanismo como uma fonte lucrativa em potencial devido aos baixos custos de manutenção da força de trabalho (DAVIS, 2016).

No hemisfério sul temos a situação dos países latinos e sul-americanos cuja exploração mercantil do trabalho escravo levou à formação de um modo de produção escravista que, do ponto de vista histórico, se tornou fundamental para consolidar um comércio internacional estruturado. Dentre essas nações temos o Brasil, um país marcado desde a sua formação histórica pelo legado da escravidão tal como a nação norte-americana, apresentando muitas similaridades. Porém, as divisões sociais, as desigualdades raciais e o racismo assumiram, aqui, contornos distintos do caso estadunidense e atrelados às especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais desta nação. Enquanto nos EUA a segregação racial foi um elemento constitutivo daquela sociedade e que no século XX adquiriu formas institucionalizadas do racismo e da separação nas diferentes esferas sociais. O caso brasileiro se caracterizou histórica e culturalmente sob a falaciosa ideia de uma unidade nacional e uma convivência mais harmônica entre os grupos sociais racializados. Florestan Fernandes (2008) descreve esse fenômeno como sendo “o mito da democracia racial”, um artifício ideológico construído pelas elites econômicas nacionais para justificar as desigualdades raciais, negar o racismo e inviabilizar por meio de discursos e práticas a ascensão social e a conquista da cidadania para a ampla parcela negra que compunha a sociedade brasileira.

Clovis Moura (2014) desenvolve uma tese sobre a formação social brasileira que dialoga com os escritos do sociólogo Florestan Fernandes. Para Moura (2014), a construção histórica do racismo no Brasil é compreendida por duas etapas complementares que explicam o modo de produção escravista em suas bases. O escravismo pleno e o escravismo tardio. Segundo o autor,

Ora, o aparelho administrativo moldado na Colônia tinha dupla finalidade: garantir os interesses da Coroa e garantir a segurança dos senhores da insurgência negra escrava, que se mostrava dinâmica e constante nessa fase do modo de produção escravista (escravismo pleno). Se, de um lado, esmeravam-se na defesa dos direitos do Rei, na segurança da classe senhorial e na eficiência da máquina administrativa local, de outro, estruturavam-se militarmente para conter os escravos (africanos e também índios) que se recusavam ao trabalho, quer através da fuga individual, quer através de quilombos que se organizavam em toda a Colônia. Durante o tempo em que o escravismo pleno funcionou, os negros viviam em um verdadeiro corpo a corpo com os senhores e as autoridades. (MOURA, 2014, p. 42).

Em um momento seguinte, Moura (2014) caracteriza aquilo que ele denomina como sendo o período histórico em que vigorou o escravismo tardio. Esta periodização sugerida pelo autor tem como objetivo ilustrar momentos distintos pelo qual o processo do modo de produção escravista se constituiu no Brasil, da sua emergência, do seu ápice, do seu declínio, até a sua abolição no findar do século XIX (MOURA, 2014). O chamado escravismo tardio pode ser compreendido como o momento em que as proibições internacionais impostas ao tráfico de pessoas começam a se estabelecer, afetando o circuito comercial como um todo. De modo que os senhores escravocratas passaram a recorrer a outras práticas para seguirem explorando a força de trabalho sob as mesmas condições. Mas não apenas por isso. O autor defende a ideia de que uma das características principais desse modelo é, nas suas palavras, “o cruzamento rápido e acentuado das relações capitalistas em cima de uma base escravista” (MOURA, 2014, p. 86). De modo bastante distinto do caso estadunidense em que a burguesia daquele país assumiu um projeto autônomo de desenvolvimento nacional. As relações capitalistas que foram se conformando no Brasil se adaptaram à herança do modelo escravista sob ingerência do capital internacional, criando as condições econômicas e sociais para a dependência e para o subdesenvolvimento por meio de estratégias de subordinação na divisão internacional (MOURA, 2014).

Procuramos desenvolver uma abordagem analítica comparada entre os casos estadunidense e brasileiro, em um panorama mais geral e intencionalmente menos preso aos detalhes, para explicitar o impacto social, econômico e cultural do legado da escravidão e suas sequelas nessas duas formações sociais. Salientamos que a ideia era realizar uma análise que passasse por algumas questões que julgamos centrais para compreendermos o processo histórico sem necessariamente nos atermos às particularidades desse longo período em cada um dos países. Pois, o objetivo dessa exposição serviu para que, agora, possamos vir a situar a experiência das lutas negras e

seus acúmulos políticos, sobretudo em relação à conquista de direitos civis e políticos para a identificação de determinados pontos de encontros que as aproximam dos desafios vivenciados pelas comunidades LGBTQIA+ na sua luta por justiça e por emancipação, tal como Angela Davis sugeriu e como destacamos no começo desta subseção. Pois, discutir sobre as formas de resistências protagonizadas por negras e negros deixaram um legado importante tanto nos EUA quanto no Brasil em termos de movimento social – como no caso dos *quilombos* brasileiros – e que contribuiu para a organização política nos períodos sucessores. Taylor (2018) argumenta, por exemplo, que na década de 1940 milhares de negros passaram a compor as fileiras do Partido Comunista estadunidense e que esse fenômeno não era restrito à algum país ou região específica, mas a linha política marxista se tornou a principal referência para a maioria dos povos racializados e oprimidos ao redor do mundo, ou seja, os povos não-brancos. Há um sentido concreto para a formação dessa resistência centrada na questão racial que nos remete aos escritos do próprio Marx em *O Capital*, quando este discutiu os dilemas das lutas sociais pela regulamentação da jornada de trabalho.

Nos Estados Unidos da América do Norte, todo o movimento operário independente ficou paralisado durante todo o tempo em que a escravidão desfigurou uma parte da república. O trabalho não pode se emancipar na pele branca onde na pele negra ele é marcado a ferro. Mas da morte da escravidão brotou imediatamente uma vida nova e rejuvenescida. (MARX, 2013, p. 372).

Quando discutimos o caráter da reprodução social no capitalismo nas seções anteriores, buscamos também destacar o papel central que a família assumiu historicamente na sociedade capitalista, como uma unidade privada de manutenção e de reposição permanente da força de trabalho. Wolf (2021) desta que

A família burguesa e seus códigos morais de controle sexual e de trabalho duro mantiveram as classes mais altas sob regras de conduta severas – pelo menos nas aparências. Eles acreditavam que a pureza sexual entre as mulheres era essencial para que elas desempenhassem seus papéis domésticos como professoras e disciplinadoras de suas crianças, e que o controle sexual entre homens os permitia ser mais bem sucedidos nos negócios. Diferente das mulheres, aos homens era permitido seus encontros ocasionais e discretos, mas se passassem da linha seriam severamente punidos. (WOLF, 2021, p. 68-69).

A moralidade burguesa exercia uma vigilância constante sobre as mulheres, mas que hipocritamente apresentava uma permissividade maior aos homens nos casos de relações extraconjugais. A exceção se dava para aqueles que eram punidos na medida em

que, porventura, ultrapassassem os ditos “limites” do comportamento sexual convencional e socialmente aceitável – leia-se aqueles homens que se relacionavam sexualmente com outros homens.

Contudo, onde há repressão há resistência, onde há tentativas de imposição de consensos haverá dissensos, onde há coerção haverá luta por libertação. Isso ocorre das mais variadas formas e utilizando repertórios também muito variados. Wolf (2021) aborda a questão da seguinte maneira:

Todavia, novos padrões de vida desafiavam os clamores puritanos de abster-se da homossexualidade. Gays e lésbicas inventaram maneiras de se encontrarem e, no começo do século XX, praticamente todas as cidades estadunidenses e europeias – e algumas cidades pequenas – tinham bares ou lugares públicos onde os gays podiam se encontrar. (WOLF, 2021, p. 69).

Ao passo em que o capitalismo transformou as estruturas e instituições sociais antecedentes, abriu também novas possibilidades de experiência social. As comunidades negras estadunidenses e sua rica cultura propiciaram formas emergentes de relacionamentos afetivo-sexuais. Em alguma medida, a comunidade LGBTQIA+ negra e a formação de uma cultura LGBTQIA+ puderam florescer, como bem observa Wolf (2021)

Canções populares entre os negros nas décadas de 1920 e 1930 com temas e títulos gays e lésbicos, como *Sissy Man Blues* e *Fairey Blues* fornecem evidência de uma comunidade gay afro-estadunidense. Casais negros formados por lésbicas “masculinas” e “femininas” até se casaram em grandes cerimônias no Harlem durante a década de 1920. (WOLF, 2021, p. 70).

Esse registro historiográfico contribui para o nosso argumento como sendo uma evidência relevante que nos ajuda a pensar as formas de resistência criadas pela comunidade LGBTQIA+ negra anterior à própria formação do movimento LGBTQIA+ como um movimento social em seu sentido estrito. Esses arranjos familiares dissidentes permitem que possamos perceber a existência de relacionamentos afetivo-sexuais em períodos em que o pensamento conservador e os costumes sociais conservadores exerciam uma influência muito maior sem a referência do contraponto político e cultural que veio a demarcar resistências com a insurgência do movimento LGBTQIA+. Além disso, a visibilidade oferecida pela historiografia preocupada com as questões de gênero e de sexualidade rompe com o mito da inexistência desses sujeitos em épocas passadas (WOLF, 2021).

Além do exposto no texto acima, as lutas do movimento negro pelos direitos civis e políticos que se colocavam na direção contrária ao segregacionismo nos EUA

representaram um esforço coletivo de largas proporções que nos ajudam a entender os desafios políticos contemporâneos que caracterizam a trajetória das lutas LGBTQIA+ na atualidade. Se traçarmos um paralelo histórico temos a luta pelo reconhecimento do casamento interracial nos EUA em razão dos impedimentos legais existentes naquele país a exemplo da Lei de Integridade Racial da Virgínia (RIA)²⁶. A luta pelo reconhecimento de uniões civis interraciais trouxe um legado importante para pensarmos nas batalhas travadas tanto nos EUA quanto no Brasil e em outras partes do mundo pelo reconhecimento da união homoafetiva como um direito civil legítimo.

Outra pauta cara ao movimento negro diz respeito à implementação de políticas de ação afirmativa voltadas para a reserva de vagas nas universidades e serviços públicos para pessoas negras. Guardadas as devidas singularidades de cada contexto, essas demandas foram reivindicações históricas visando reduzir a sub-representação de grupos sociais historicamente marginalizados nos espaços privilegiados de educação e um mecanismo de combate às desigualdades (OLIVEN, 2007). Essa demanda nos ajuda a pensar formas de enfrentamento às desigualdades vivenciadas pela comunidade trans, que também lida com o problema da baixa escolaridade e com a ausência de oportunidades significativas para ascender materialmente por meio da formação educacional superior. Temos o exemplo do programa *Transcidadania* implementado no município de São Paulo como uma política pública de ação afirmativa (NETO, 2019). Todavia, o grande desafio que persiste é criar condições para a universalização dessa proposta transformando em uma política pública de maior alcance. A experiência das cotas é um exemplo concreto de como as lutas negras oferecem um lastro político de muita relevância e que se conecta aos desafios do movimento LGBTQIA+.

Em conformidade com as ideias de Davis (2019), a questão da justiça e do acesso à direitos que fazem parte da cidadania almejada para os sujeitos LGBTQIA+ remetem aos movimentos e ao conjunto de reivindicações promovidas pelo movimento antirracista nos anos de 1960, período em que o movimento LGBTQIA+, ainda incipiente, aparece na cena pública e se soma às lutas daquele período de grande efervescência política e cultural.

Por fim e após a utilização recorrermos a esse debate historiográfico sobre a relação das lutas do movimento negro com as lutas do movimento LGBTQIA+ gostaríamos de retomar o argumento suscitado por Angela Davis em sua palestra. O elo

²⁶ <https://www.conjur.com.br/2017-jun-16/eua-celebram-50-anos-decisao-foi-marco-direitos-civis/>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

político responsável por conectar as lutas históricas dos povos negros e demais povos lidos de maneira racializada com as demandas do movimento LGBTQIA+, dos movimentos feministas e dos movimentos operários é o tema da liberdade. Ambas compartilham a dimensão da emancipação social como horizonte comum de suas filosofias políticas. O marxismo, em sua multiplicidade, representa uma tradição que pode, do ponto de vista teórico-analítico e do ponto de vista da ação e da organização políticas retomar o caminho do enfrentamento ao autoritarismo e se reorientar pela luta pela emancipação dos explorados e oprimidos ao enxergar a classe trabalhadora a partir das sua diversidade cultural, sexual, de gênero, étnico-racial e tantos outros marcadores que constituem o indivíduo e as especificidades de situações dos grupos sociais subalternizados em relação às divisões de classe (ARRUZZA, 2019; FABBRI, 2011; TAYLOR, 2018).

1.6 UMA SÍNTESE PRELIMINAR

Buscamos ao longo do capítulo evidenciar que as questões relativas às condições históricas e sociais das mulheres e das LGBTQIA+, neste caso de uma forma tacitamente ligada às críticas à organização patriarcal da família, que já estavam contidas nas elaborações teóricas de Marx e Engels. Enquanto o primeiro apresentou uma abordagem dialeticamente historicizada e com um potencial crítico de grande relevância para questionar os fundamentos do modelo de família estruturado sob uma matriz heterossexual e patriarcal, principalmente no tocante à algumas categorias e conceitos que sustentam a crítica da economia política em suas obras de maturidade (BROWN, 2012; ARRUZZA, 2019; WOLF, 2021). O segundo, apresentou uma perspectiva sob fortes influências deterministas e do pensamento social evolucionista, refletindo as características do imaginário da época que tendiam a atribuir de modo implícito e naturalizado uma condição “evoluída” ao papel da monogamia e da heterossexualidade no desenvolvimento das sociedades (VOGEL, 2022). Apesar das evidentes limitações teóricas de Engels e da ausência de uma teoria feminista mais bem elaborada por Marx, há uma radicalidade crítica contida em suas formulações endereçada à família patriarcal que oferecem pistas importantes para as devidas apropriações que se traduziram no desenvolvimento do pensamento feminista-socialista posterior.

A abordagem baseada no dualismo sistêmico – patriarcado e capitalismo – desenvolvido por Hartmann e sua crítica dirigida às supostas ausências de um recorte de gênero em torno das categorias econômicas marxianas foi questionado por Arruzza, cuja

análise tratou de explicitar o papel preponderante do capital na desarticulação dos modos de vida anteriores, na integração de algumas de suas estruturas que resistiram, nas suas palavras, como fantasmas e nas transformações que transcorreram simultaneamente ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas que incidiram sobre a família, modificando-a para se tornar uma unidade elementar da reprodução social. Essa perspectiva coloca as desigualdades em torno dos gêneros e das sexualidades como momentos concretos do capitalismo, vinculados organicamente ao sistema.

A tese central da teoria unitária considera a necessidade de incorporação de outras categorias, tais como: gênero, sexualidade e raça. A fim de exprimir as relações contraditórias promovidas pelas desigualdades que essas categorias buscam evidenciar, bem como as relações de opressão que as sustentam – o patriarcado, as homofobias, as transfobias e o racismo. Pois, a intenção consiste em abordar essas relações em suas próprias diversidades de experiências para que seja possível superar as análises ortodoxas centradas exclusivamente na categoria classe. Da mesma forma, conceber a classe trabalhadora e as demais classes não como algo homogêneo, mas que se constitui a partir do entrelaçamento de outras clivagens sociais responsáveis por produzir vivências distintas para as pessoas racializadas, para as mulheres e para as LGBTQIA+, mesmo quando estas também se encontram na condição de trabalhadoras e trabalhadores na divisão social do trabalho.

As lutas em defesa da justiça, da cidadania e dos direitos da comunidade LGBTQIA+ possuem vínculos profundos com outros processos políticos importantes, tal como a luta antirracista. Conforme buscamos demonstrar existem elos políticos e históricos que permitem que o movimento LGBTQIA+ dos dias atuais extraia um conjunto de valiosas lições por meio do acúmulo proveniente das lutas pela libertação social dos negros e negras. Da formação de unidades familiares compostas por lésbicas e *gays* em Nova Iorque nos anos de 1920, do reconhecimento legal do casamento interracial dos EUA, da construção de políticas de ação afirmativa para pessoas negras e das lutas antirracistas que eclodiram com força no século XX, podemos extrair muitos elementos que se conectam às demandas contemporâneas por direitos pela comunidade LGBTQIA+, tais como: o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nas escolas, a criação de uma política de cotas para pessoas trans são alguns dos exemplos que nos permitem identificar aquilo que Angela Davis reivindica como um elo político entre as lutas antirracistas e as lutas pela livre orientação sexual e pela livre definição das identidades de gênero como

momentos concretos de uma luta ampliada por justiça. A partir do que buscamos compreender esse elo corresponde à busca permanente e inacabada pela emancipação social daqueles sujeitos historicamente explorados e subalternizados.

CAPÍTULO 2: MOVIMENTO LGBTQIA+ E PARTIDOS DE ESQUERDA NO BRASIL: DAS TENSÕES CONSTITUTIVAS AO DESAFIO DA PRÁXIS

2.1 O QUE A TEORIA POLÍTICA MARXISTA PODE NOS OFERECER?

Bobbio (1979) e Cerroni (1979), em *O marxismo e o Estado* levantaram um polêmico debate questionando se é possível falar ou não sobre a existência de uma teoria política marxista ou sobre uma teoria marxista do Estado que estivesse sistematizada no pensamento marxiano. Consideramos que já haviam produções relevantes e suficientemente complexas orientadas a pensar as peculiaridades que envolvem a relação entre o Estado, a política e a luta de classes nas sociedades capitalistas. Sendo assim, procuramos, neste capítulo, identificar os elementos na obra de Marx que indicam uma preocupação para as questões referentes ao Estado, às desigualdades, à luta de classes e sua proposição centrada em uma teoria que destaca um sentido político amplo para a liberdade, mas que não necessariamente contenha uma teoria elaborada e profunda sobre o Estado em si. A tarefa de conceber, com mais detalhes, o Estado, sua relação com a sociedade e, mais propriamente, sobre o seu papel ante a luta de classes ficou a cargo de representantes do marxismo que se apropriaram do materialismo histórico para desenvolver uma teoria sobre essa questão, especificamente.

Inicialmente, nos dirigimos para o tema que envolve a noção de base e superestrutura e suas modificações conceituais subsequentes. De um lado, consideramos esse aspecto importante por se tratar de um para raio que atraiu críticas ao pensamento de Marx e ao pensamento dos/as marxistas. Por outro, porque se tornou um ponto de inflexão que permitiu o desenvolvimento de debates relativos ao marxismo e a política. Nosso objetivo é situar a contribuição desses debates com as questões circunscritas às lutas LGBTQIA+, feministas e antirracistas combinadas dialeticamente às lutas da classe trabalhadora e seus instrumentos de organização cujos fundamentos objetivam conscientizar com um programa política ligada aos interesses das massas populares, por meio da práxis, afim de se auto emanciparem. Sendo assim, os partidos de esquerda se constituem enquanto os atores que materializam a luta pela libertação dos oprimidos por intermédio de criação/expressão de uma vontade coletiva, nos dizeres de Gramsci (2002), a quem retomaremos adiante.

O nosso ponto de partida para pensarmos os desafios contemporâneos e as possibilidades de efetivação da cidadania LGBTQIA+ consiste em associarmos, do ponto de vista do pensamento político calcado na tradição marxista, as lutas de lésbicas, gays,

bissexuais, pessoas trans, não binárias, intersexos, assexuais e demais identidades com as contribuições advindas das lutas das classes trabalhadoras e das suas experiências de organização política. Para isso, assentamos o debate em alguns eixos sobre os quais o pensamento social e político marxista se desenvolveram, de tal modo que seja possível estabelecer conexões entre as lutas pela livre expressão dos gêneros e das sexualidades com as dimensões da reprodução social sob o capitalismo, com as transformações ocorridas na relação Estado e sociedade e com o significado da *práxis* para o marxismo e para as organizações políticas de esquerda. Ao final, pretendemos incorporar, de forma ressignificada, as contribuições da teoria política marxista com as demandas LGBTQIA+.

No capítulo primeiro pensamos a reprodução social de maneira centrada na concepção dominante de família como uma instituição social em que prevalece a reprodução das condições sociais para a perpetuação do modo de vida da sociedade capitalista, sobretudo com a responsabilização das tarefas do cuidado recaindo majoritariamente e historicamente sobre as mulheres no ambiente doméstico, além da matriz heterossexual que organiza as concepções de mundo sobre essa instituição social. Aqui, a ideia de reprodução adquire novos contornos, sendo pensada em termos de relação de base e superestrutura na cultura marxista. Consideramos fundamental abrir a reflexão com esse debate para posteriormente abordarmos as complexas peculiaridades que caracterizam a lógica da totalidade das relações de poder, da disputa pela hegemonia e da *práxis* dos sujeitos LGBTQIA+ no âmbito dos partidos, especificamente.

Em *A Ideologia Alemã* (2007), Marx & Engels elaboraram o argumento de que em cada época histórica a classe que detém a força material dominante é também a detentora de uma força imaterial que se faz dominante, impondo-se hegemonicamente para todo o conjunto da sociedade. Em outras palavras, as ideias dominantes correspondem ao poder econômico da classe dominante. Expressam em um sentido ideológico as relações materiais existentes na base dessa mesma sociedade. Ao passo em que ideias de caráter revolucionário começam a emergir é um sinal de que já passaram a existir no seio desta formação social contradições de classe na própria divisão do trabalho. No curso da história a cada nova classe que assume a condição de classe dominante transforma radicalmente as estruturas da formação social anterior de tal modo que para consolidar sua posição, depende necessariamente de apresentar seus interesses particulares como interesses gerais ou comuns²⁷. Para Arruzza (2015), o capitalismo na

²⁷ MARX & ENGELS, (2007), p.47-48.

medida em que vai se consolidando como um modo de produção dominante ao longo do século XIX, suas formações sociais não se constituíram de forma alheia ou desconectada das opressões de gênero. Concomitantemente, as dominações imperialistas e colonialistas influenciaram diretamente na inserção das hierarquias de gênero em sociedades constituídas sob outros arranjos de parentesco ou com classificações de gênero bem distintas dos padrões europeus. O reforço da base heteronormativa e a reordenação das relações familiares sob a acumulação do capital aconteceram de maneira integrada. Dessa forma, o estudo sobre o papel da reprodução social torna-se importante para a teoria política marxista e para as questões que envolvem o gênero, a sexualidade e a crítica à organização familiar de natureza patriarcal.

Embora tenha ocupado uma parcela demasiadamente pequena da obra de Marx, o tema da relação base-superestrutura se tornou central para muitas análises marxistas sobre a cultura (WILLIAMS, 2011). Nesse sentido, o autor galês propõe abordagens alternativas sobre essa junção de base-superestrutura. Ele alerta para algumas noções que restringiram a superestrutura como um mero reflexo das relações emanadas pela base material e econômica da sociedade – o lugar, por excelência, das forças produtivas e das relações de produção. Uma fase inicial de qualificação do tema.

Em uma segunda fase dessa qualificação, de acordo com o sociólogo, as considerações subsequentes trataram de reconsiderar a questão a partir da ideia de mediação, em um esforço para se distanciarem das abordagens ligadas ao mero reflexo ou a mera “reprodução” determinística e entender os processos no campo da superestrutura como uma realidade não reduzida ao reflexo essencial das estruturas de base, mas que se relaciona dialeticamente com a mesma (WILLIAMS, 2011).

Proposições posteriores consideravam, ainda segundo o autor, o sentido marxiano de história como possibilidade de variação de forças entre as relações de produção e as relações sociais e suas dinâmicas conflitivas. Porém, as dificuldades para decantar o tema base-superestrutura para responder ao próprio desenvolvimento do Estado e da complexificação da luta de classes no terreno da política possibilitou desenvolvimentos conceituais alternativos como, por exemplo, o conceito de *totalidade*. Para Williams (2011)

A linguagem da totalidade tornou-se comum e é de fato, em muitos aspectos, mais aceitável do que a noção de base e superestrutura. Mas com uma reserva bastante importante. É muito fácil que a noção de totalidade tenha o seu conteúdo essencial esvaziado da proposição original marxista. Pois se dissermos que a sociedade é composta por um grande número de práticas sociais que formam um todo social concreto,

e se dermos a cada prática um certo reconhecimento específico, acrescentando apenas que elas interagem, se relacionam e se combinam de modo bastante complexo, estamos de modo muito mais óbvio falando, em um plano, sobre a realidade, mas estamos, em outro plano, nos afastando da alegação de que há um processo de determinação (WILLIAMS, 2011, p. 49).

Williams (2011), ao argumentar dessa maneira, sugere uma dificuldade substantiva para enxergar certos processos culturais baseados na fórmula corrente de base-superestrutura e a noção de totalidade como um conjunto difuso de práticas variadas que estariam descoladas de intencionalidade, sendo, portanto, insuficiente para perceber a experiência social marcada pela socialização cultural capitalista. Ele vai defender uma articulação potencialmente mais frutífera ao propor que a totalidade esteja combinada com o conceito de *hegemonia*.

O sentido que atribuímos à hegemonia tem origem nos escritos de Gramsci (2002), para quem as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas a partir do último terço do século XIX, sobretudo no Ocidente, o levaram a reformular a tese da “revolução permanente”, alterando a para a tese da “hegemonia civil”. Veremos o porquê desse debate assumir uma relevância para a teoria política marxista, de um lado, e para os objetivos da nossa pesquisa, de outro. As mudanças históricas relacionadas com a expansão colonial europeia, a criação dos partidos de massa, a consolidação dos parlamentos, a complexificação dos aparelhos estatais alterou significativamente a relação com a política. Se, em razão das debilidades estatais e da sua pouca capilaridade, os aparelhos de Estado estavam caracterizados principalmente pelas suas atribuições repressivas (COUTINHO, 1996). Podemos dizer que as novas estruturas estatais erguidas a partir do terço final do século retrasado impuseram novas necessidades para a estratégia do movimento operário e seus instrumentos partidários. A *guerra de movimento*, que expressa as ações dedicadas quase que estritamente à ação política dirigida para a tomada do poder tende a se deslocar, segundo Gramsci (2002) para uma *guerra de posição*, onde a ocupação de setores estratégicos torna-se fundamental para garantir a conquista da hegemonia no seio da sociedade civil. Dessa forma, o autor nos apresenta uma formulação que vai além da dicotomia base-superestrutura ao conseguir situar a disputa e a correlação de forças sociais nas esferas de construção do poder do capital, ou seja, seus aparelhos de construção de hegemonia. Tais aparelhos orientam suas estratégias para produzir consensos entre a sociedade civil de tal modo que as frações dominantes das classes dominantes conseguem impor uma direção moral e intelectual para o conjunto da sociedade. No momento em que essa capacidade de produção de consensos entre as

massas populares se fragiliza ou se torna incapaz de reforçar os valores e ideais da classe dirigente, verifica-se uma “crise de autoridade”, uma expressão concreta da crise de hegemonia, segundo Gramsci (2002). Quando esse processo se acelera, a tendência é que as burguesias busquem saídas autoritárias para garantir a manutenção da ordem social.

As ideias de Gramsci, segundo Valadares Vasconcelos (2020), “devem ser compreendidas como o principal documento do reencontro e atualização da relação do marxismo com a cultura humanista da liberdade” (VALADARES VASCONCELOS, 2020, p. 251). Diante dessa situação, a abordagem gramsciana se distancia da concepção restrita de Estado contida na tradição do marxismo-leninismo (COUTINHO, 1996) e propõe uma noção de Estado ampliado no qual sociedade política, isto é o aparato institucional, e sociedade civil, relações reguladas pelo Estado se combinam, onde a hegemonia é revestida pelo elemento coercitivo, podendo conduzir ao enfraquecimento das coerções na medida em que os elementos mais visíveis da sociedade regulada se sobressaem (GRAMSCI, 2002).

Trouxemos as contribuições de Gramsci porque, de acordo com Williams (2011), o conceito de hegemonia é aquele que melhor exprime as complexidades residentes na relação base-superestrutura e na noção de “totalidade” que são mobilizadas para descrever os aspectos culturais e ideológicos da dominação capitalista para além de seus elementos econômicos ou materiais, muitas vezes colocados como sobrepostos ou mecanicamente determinantes sobre a cultura, as ideologias e as dimensões da consciência. As características interpretadas como superestruturais no modo de produção capitalista. O modelo teórico formulado por Gramsci (2002), nos permite enxergar como a hegemonia supera a noção de ideologia como um tipo de “consciência falseada” e se materializa na construção social das visões de mundo compartilhadas. Nesse sentido, para Williams

A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas. (WILLIAMS, 2011, p. 53).

A socialização dos indivíduos em uma formação social determinada se dá pela incorporação dos elementos culturais que são enraizados de tal maneira que se combina ao nosso modo de vida sob diferentes esferas da vida social, misturando aspectos econômicos e culturais. Os processos de formação educacional, a socialização familiar, os valores e ideias transmitidos pelos meios de comunicação social existentes e nossas redes de interação social atuam como uma relação de forças mediadoras complexas. Faz

da nossa experiência social e do modo como lidamos com a realidade à nossa volta algo que compõe nossa vivência e nossa cultura. Se tudo aquilo que aprendemos cotidianamente fosse o resultado de uma ideologia que nos é colocada pelas classes dominantes, removê-la por meio de uma educação crítica seria muito mais tranquilo. O que não acontece assim tão facilmente (Williams, 2011).

Esses desafios colocados pela história das lutas populares nas nações ocidentais e nas periferias do capitalismo onde o capitalismo segue sendo hegemônico levaram Poulantzas (1980) a refletir sobre as dificuldades que impediram o socialismo de prosperar, por um lado, e conceber uma análise que explicaria os fundamentos de uma estratégia política que pudesse ser mais adequada as características do ocidente e de suas nações e que fosse capaz de superar a crise do marxismo.

Ao longo do século XX, as chamadas democracias liberais do ocidente experimentaram a consolidação dos parlamentos, a ampliação dos aparelhos de Estado, a disseminação dos partidos de massa que criaram as condições para a conciliação entre o capital e o trabalho por intermédio das políticas redistributivas e do arranjo de um estado de bem-estar social. Em uma densidade muito menor, determinados países latino-americanos foram vivenciar tardiamente os efeitos dessas políticas de redistribuição de renda entre o final dos anos de 1990 e início do século XXI. Ballestrin (2018) descreve esse curto período como um “ensaio de social-democracia”, em função dos limites que a realidade regional impõe para aprofundar medidas de enfrentamento à hegemonia neoliberal pós crise do socialismo soviético e pós crise do estado de bem-estar social nos contextos em que este modelo de Estado foi implementado.

Em um momento de transição entre o declínio do capitalismo organizado pelo Estado e de ascensão do neoliberalismo, Poulantzas (1980) formula uma teoria do Estado visando compreender as singularidades do contexto ocidental. Para isso, o autor inscreve a luta de classes no interior das transformações do Estado e de suas estruturas, bem como a capacidade de incidência política das forças populares no interior dessas mesmas estruturas estatais. O ponto inicial de sua reflexão consiste em considerar que as mudanças históricas descritas anteriormente, como a complexificação dos aparelhos de Estado e a consolidação das instituições legislativas levaram à uma relativa autonomia do Estado frente às pressões exercidas sistematicamente pelas classes dominantes e suas frações mais proeminentes. Para o autor

O Estado pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder, na medida em que detém uma *autonomia*

relativa em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares. Autonomia constitutiva do Estado capitalista: remete à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção, e à especificidade das classes e da luta de classes sob o capitalismo que essa separação implica. (POULANTZAS, 1980, p. 146).

A relação Estado e sociedade civil passa por um refinamento conceitual em Poulantzas no sentido de ir além do determinismo vulgar presente na ideia corrente de determinação da base (econômica e material) em relação à superestrutura (Estado, ideologias e consciências) e situar a dinâmica e os conflitos de classe no próprio seio do Estado, não apenas como uma mera derivação das relações de base. O Estado e a política adquirem um caráter mais complexo onde suas estruturas tendem a traduzir os interesses das classes dominantes como uma condensação relacional de forças que expressam o curso e o desenvolvimento da luta de classes (Poulantzas, 1980). Nesse contexto, os aparelhos de Estado e sua relativa autonomia se tornam necessárias para confirmar a legitimidade da fração da classe dominante tanto em relação às classes dominadas quanto em relação à organização da hegemonia no Estado e na sociedade. A sequência do seu argumento qualifica essa discussão por tratar que

Na realidade, as lutas populares atravessam o Estado de lado a lado, e isso não acontece porque uma entidade intrínseca penetra o exterior. Se as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica, (POULANTZAS, 1980, p. 162).

E segue propondo que uma teoria relacional do poder nos ajuda a pensar o espaço da política de uma maneira distinta, pois

O poder referido às classes sociais é um conceito que designa o campo de sua luta, o das *relações de forças* e das *relações* de uma classe com uma outra: os interesses de classe designam o horizonte de ação de cada classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: *o campo do poder é portanto estritamente relacional*. [...] O poder de uma classe significa de início seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em luta, ou seja as relações desiguais de dominação/subordinação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, e que consiste desde então em relações de poder. O lugar de cada classe, portanto seu poder, é delimitado, ou seja ao mesmo tempo designado e delimitado, pelo poder das outras classes (POULANTZAS, 1980, p. 168).

A abordagem desenvolvida por Poulantzas para pensar o lugar do exercício do poder reconhece que o Estado se transformou ao longo da existência do capitalismo enquanto modo de produção, sendo que parte dessa transformação condiz com as

necessidades das classes e frações dominantes que demandavam uma relativa autonomia, mas que sob uma perspectiva teórica relacional, suas raízes ainda revelam a natureza da divisão do trabalho e da luta de classes, ainda que na formação desse campo relacional, os conflitos e disputas entre as classes, bem como a existência de outras lutas sociais, como as lutas das mulheres, abordadas de maneira pouco substantiva na obra do autor e as lutas LGBTQIA+, não mencionadas pelo mesmo, ocupam um espaço nessa relação, dado que os dispositivos de poder de classe incide também sobre a dinâmica das demais lutas políticas e sociais (POULANTZAS, 1980).

De acordo com aquilo que procuramos analisar no capítulo anterior e com as discussões desenvolvidas pelo pensamento marxista desde o século XX, discutidas neste capítulo, consideramos que não se trata de tentar encontrar nos escritos de Marx uma teoria do Estado em si, mas perceber que o conjunto da sua obra é percorrido transversalmente por uma ideia chave: a liberdade. Pois, não há em Marx uma teoria do Estado apartada de uma teoria da economia política. Contudo, isso não significa dizer que não haja uma concepção de Estado ali presente. Porém, ela não é construída de modo apartado da sociedade civil como é comum perceber na tradição do liberalismo. É a teoria da emancipação social que orienta o método e a análise marxiana em sentido amplo e profundo, dialogando diretamente com as tradições do humanismo cívico em suas dimensões de direitos (VALADARES VASCONCELOS, 2020). Quanto à busca por uma teoria política marxista ou por uma teoria socialista do Estado foi tarefa compartilhada por autores e autoras marxistas que se apropriaram dos ensinamentos de Marx para formularem reflexões que relacionavam o Estado e a sociedade de modo imerso à dinâmica dos conflitos de classes e das desigualdades, permitindo um avanço analítico em direção a uma teoria socialista do Estado, como em Gramsci, Poulantzas, Coutinho e tantos outros que percorreram esse caminho.

2.2 REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO? AS TENSÕES CONSTITUTIVAS DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ E OS EMBATES COM A ESQUERDA (MARXISTA)

No ensaio denominado *Meramente cultural*, Butler (1997) problematiza a “pecha do identitário” atribuída aos novos movimentos sociais por parte de um marxismo que enfrenta nítidas dificuldades para assimilar formas insurgentes de mobilização e ativismo político, acusando esses grupos de travarem lutas reduzidas à esfera cultural, ou como ela mesma problematiza como: “uma questão meramente cultural”, ou seja, deslocada da

economia política. Butler denuncia os discursos proferidos correntemente por adeptos de um certo marxismo ortodoxo que pretende manter o enfoque nas demandas redistributivas, invisibilizando a contribuição desses movimentos sociais centrados nas identidades sexuais, ao mesmo tempo em que os responsabilizam pela fragmentação, apelando geralmente para uma “unidade excludente”, que prescinde de diferenças sociais. Sobre essa questão, Butler (1997) afirma corretamente que:

Culpar os novos movimentos sociais pela sua vitalidade como alguns tem feito, equivale justamente a negar-se a entender que o futuro da esquerda tenderá a constituir-se a partir de movimentos que exigem uma participação democrática; e que qualquer esforço de impor a unidade a esses movimentos desde fora será rechaçado novamente como uma forma de vanguardismo dedicada à produção de hierarquia e dissenso que gerarão a mesma fragmentação que, se assegura, provém do exterior. (BUTLER, 1997. p.113. Tradução Nossa).

Essa tentativa de responsabilizar os novos movimentos sociais pela fragmentação da luta social reflete muito mais a dificuldade de segmentos da esquerda em compreender as reivindicações por reconhecimento, revelando as debilidades de uma parcela dos marxistas em relação à crítica das relações de poder baseadas na sexualidade, ao mesmo tempo que se abstêm de dialogar com uma diversidade de indivíduos que vivenciam cotidianamente outras formas de opressão. Essa incompreensão advém, sobretudo, do fato de que o marxismo orbita o eixo paradigmático redistributivo, em razão de sua crítica da economia política e das relações sociais de produção que estruturam as desigualdades de classe, tendo como ponto central a relação capital e trabalho. A questão da justiça se deve ao problema de natureza material/redistributiva, sendo que sua meta síntese se orienta para a democratização/socialização das riquezas e dos meios de produção e uma valorização das condições materiais de existência mediante políticas de incentivo à redistribuição de renda, de acesso à terra, moradia, direitos trabalhistas etc.

Butler (1997), por outro lado, considera apropriada a preocupação de Fraser relativa à crescente utilização do termo “política de identidade” para designar as lutas feminista, antirracista e LGBTQIA+, evidenciando a necessidade de enxergar na justiça social o eixo que aglutina lutas por redistribuição e por reconhecimento. A crítica de Butler direcionada a Fraser se deve ao fato desta “[...] reproduzir uma divisão que posiciona certos grupos oprimidos num espectro *continuum* que engloba duas esferas: a economia política e a cultura.” (BUTLER, 1997. p. 115) Ao afirmar isso, Butler nos leva à seguinte questão: um movimento que busque transformar os modos em que a regulação da sexualidade é exercida pode ser entendido como central para o funcionamento da economia política?

A autora divide sua resposta a essa pergunta em dois momentos. O primeiro é relativo à exclusão material e econômica vivenciada pelos/as LGBTQIA+. Já o segundo se relaciona com a constituição de um modo de produção sexual baseado no vínculo entre economia e reprodução social, calcado na reprodução da heterossexualidade.

A observação de Butler (1997) aponta para as violências de ordem material perpetradas contra as LGBTQIA+, tais como: a exclusão desses sujeitos da definição de família feita pelo Estado e do direito de herdar a propriedade do cônjuge falecido, além de outras que a autora não menciona, como a ocupação de postos de trabalho precarizados, remunerações inferiores, discriminação no mercado de trabalho (entre outros tipos de discriminação). Segundo a visão de Butler, “[...] o gênero e a sexualidade passam a compor parte da vida material desses sujeitos na medida em que, por um lado, reforça a divisão sexual do trabalho e, por outro, servem a reprodução de um modelo de família normativa.” (BUTLER, 1997, p. 115).

A segunda parte da resposta de Butler (1997) à pergunta sobre a relação entre regulação da sexualidade e economia política é formulada com base no resgate das posições do feminismo socialista da década de 1970 e 1980 que evidenciou, dentre outras coisas,

[...] a desnaturalização da ideia de família e parentesco. Buscaram incorporar o papel da reprodução sexual para a reprodução das condições materiais de existência e das pessoas socialmente definidas como “homens” e “mulheres”. Essa relação social entre homens e mulheres é regulada por uma heterossexualidade que se apresenta para ambos como compulsória. Logo, a regulação de uma sexualidade constrangida pela reprodução (biológica) está reiteradamente associada ao modo de produção, operando em favor do funcionamento da economia política (BUTLER, 1997, p. 116. Tradução Nossa).

Ela observa ainda que o gênero e a sexualidade passam a incidir sobre as condições materiais não apenas por organizar a divisão sexual do trabalho, mas também por conservar a reprodução de um modelo de família heteronormativa que gera desigualdades materiais e econômicas que assolam os sujeitos *queers*. O esforço de Butler (1997) consiste em demonstrar o vínculo estruturante entre o papel da reprodução sexual com a reprodução social das condições materiais ancorada numa unidade familiar nuclear que expressa a instituição da heterossexualidade como um dado naturalizado onde esses elementos retroalimentam a ordem sexual e de gênero estabelecidas. Assim sendo, suas ideias apontam como crítica fundamental, a subversão dessa mesma ordem, da necessidade de sua desconstrução.

Não se trata simplesmente que se exclua as formas de sexualidade não heterossexuais, sendo que sua eliminação resulta fundamentalmente

para o funcionamento desta normatividade prévia. Não se trata simplesmente de que certas pessoas sofram uma falta de reconhecimento cultural por parte de outras, senão, pelo contrário, da existência de um modo específico de produção e circulação sexual que funciona com a finalidade manter a estabilidade do sistema de gênero, a heterossexualidade do desejo e a naturalização da família. (BUTLER, 1997. p.116-117. Tradução nossa).

As tensões teóricas e políticas que se acirraram a partir da década de 1990 com a ascensão meteórica das teorias *queer* e sua conseqüente disputa com o marxismo traduzem, na realidade, um deslocamento do centro dos conflitos políticos ocorrido na última década do século XX. Rebutini (2019) discorre sobre o ceticismo corrente que existe de maneira compartilhada entre intelectuais de distintas matrizes que costumam enxergar como inconciliáveis ou até mesmo antagônicas, em termos teóricos e de método, as teorias marxistas e *queers*.

Fraser (2006) nos apresenta um diagnóstico que expressa essa mudança paradigmática a respeito do deslocamento da centralidade das lutas políticas e sociais que, segundo ela, migraram do eixo redistributivo, cujas demandas se associam à dimensão material relacionada à renda, direitos trabalhistas e outras políticas econômicas, para o eixo da luta por reconhecimento, em que o central se torna a reivindicação de políticas de identidade, considerando a existência de minorias subalternizadas como a população LGBTQIA+, minorias étnicas, religiosas, imigrantes etc.

Nesse sentido, Fraser sugere como perspectiva teórica um enquadramento que amplie a concepção da luta por justiça da seguinte forma:

[...] assumo que a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento. E proponho examinar a relação entre eles. Isso significa, em parte, pensar em como conceituar reconhecimento cultural e igualdade social de forma a que sustentem um ao outro, ao invés de se aniquilarem (pois há muitas concepções concorrentes de ambos). Significa também teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente (FRASER, 2006, p. 231).

Esse enquadramento parte da premissa, segundo Fraser (2006), de que as raízes que fundamentam a opressão sofrida pelas/os LGBTQIA+ não se encontram na economia política, dado que estes indivíduos se encontram em todas as frações de classes de uma sociedade capitalista não podendo, assim, serem definidos nos mesmos termos de uma classe explorada. A violência sofrida por esse grupo social advém de uma questão de

reconhecimento. Esse grupo social se caracteriza por sexualidades e gêneros desprezados por uma estrutura social heterossexista e patriarcal que estabelece seus padrões de valorização cultural, o que não impede, por exemplo, que lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, não binários, intersexos e assexuais sofram com uma violência econômica e/ou material, mas estas decorrem originalmente da injustiça vinculada ao reconhecimento, não à redistribuição.

Ainda avançando sobre as polêmicas estabelecidas entre uma óptica *queer* e uma concepção marxista, encontramos nos diálogos de Butler e Fraser valorosas contribuições que nos auxiliam nessa tarefa de pensar aproximações entre o marxismo e as lutas LGBTQIA+ como um desafio político para as lutas contemporâneas e seus atores. Nancy Fraser (1997) redige uma resposta endereçada à Butler em um outro ensaio, nomeado *Heterossexismo, falta de reconhecimento y capitalismo: una respuesta a Judith Butler*, em que os argumentos apresentados por Fraser se referem ao enquadramento das demandas políticas por justiça que visam englobar soluções para injustiças distributivas e injustiças no plano dos costumes e da cultura.

Fraser (1997) diverge da proposição elaborada por Butler a respeito da exclusão material sofrida por LGBTQIA+. De acordo com a primeira, é evidente que esses sujeitos carecem de direitos constitucionalmente assegurados e de um aparato de proteção social semelhante ao que está à disposição dos indivíduos heterossexuais. Para Butler, o conjunto de discriminações de traço econômico e material são suficientes para comprovar que a interpretação do heterossexismo como falta de reconhecimento significa um equívoco. Já para Fraser, o desfecho assinalado por Butler não se sustenta, ao pressupor que as injustiças derivadas da falta de reconhecimento não possuem dimensões materiais. Na realidade, o que Fraser sugere é que as injustiças baseadas na falta de reconhecimento produzem efeitos materiais tais quais as desigualdades de classe produzem efeitos culturais sobre identidades sexuais e de gênero. Porém, o que difere a primeira da segunda — e que nos permite considerá-la como *não reconhecimento* — é que aquela baseia-se “[...] em padrões sociais de interpretação, avaliação e comunicação pertencentes à esfera do simbólico [...]” (FRASER, 1997, p. 127), o que não significa que sejam “meramente simbólicas” (FRASER, 1997. p. 127). Ela reforça seu argumento com a seguinte explicação:

[...] as normas, significados e construções da personalidade que impossibilitam que as mulheres, as pessoas racializadas, os *gays* e as lésbicas participem de forma igualitária na vida social cobram forma material nas instituições e nas práticas sociais, na ação social e no hábito

encarnado e, claramente, nos aparatos ideológicos de Estado. Distante de ocupar um âmbito etéreo e difuso, são materiais naquilo que se refere tanto à sua existência como as suas consequências. (FRASER, 1997. p. 127. Tradução nossa).

Com esse raciocínio, podemos perceber que para Fraser a dimensão material das restrições impostas à efetiva cidadania LGBTQIA+ é consequência derivativa de uma norma heterossexista oriunda de padrões de valoração cultural que impedem, por exemplo, que essas pessoas compartilhem dos mesmos direitos que heterossexuais e cisgêneros.

O segundo ponto no qual Fraser direciona sua crítica à Butler refere-se ao fato desta atribuir à regulação heteronormativa da sexualidade a condição central para analisar o funcionamento da estrutura econômica que organiza a produção e a reprodução da sociedade, conferindo às lutas *queer* uma ameaça ao sistema capitalista. Essa posição, segundo Fraser, não se assegura, pois, embora a regulação da vida sexual tenha produzido uma relação entre determinados indivíduos cuja sexualidade é valorizada (os heterossexuais) em detrimento daqueles cuja orientação sexual é invisibilizada (os *gays*, as lésbicas, bissexuais e assexuais). Esta relação, por sua vez, “[...] não estrutura a divisão social do trabalho e, muito menos, representa uma classe que tem sua força de trabalho explorada pelos donos dos meios de produção.” (FRASER, 1997. p. 129) Na medida em que definimos o modo de regulação sexual em termos referentes à estrutura econômica, caímos na armadilha de esvaziar o arcabouço conceitual das noções atribuídas à economia política, esclarece Fraser.

O segundo argumento sustentado por Butler corresponde à forma com que o capital se utiliza da opressão LGBTQIA+ para ampliar a extração do *mais valor*. Como podemos perceber à luz da teoria de Fraser, o capital atua no sentido de tirar proveito da ausência de reconhecimento que assola esses indivíduos para justificar remunerações inferiores, diminuindo os custos com o/a trabalhador/a, aprofundando a exploração. Ou seja, a exclusão material mais uma vez se mostra como uma característica derivativa e não como a raiz do problema, de acordo com o enquadramento de Fraser.

Butler (1997), por sua vez, considera que o discurso biologizante sobre os sexos opera no sentido de assegurar o casamento heterossexual como a estrutura “sacra” da sexualidade, contribuindo para perpetuar a família normativa e a ordem econômica, assim como as práticas que especificam quais indivíduos podem gozar de prestígio social e quais são dignos de marginalização. Para ela, insistir que as demais formas sociais da sexualidade podem não apenas exceder, mas desconstruir os arranjos heterossexuais de

parentesco e de definição familiar, assim como dismantelar a própria lógica de reprodução e de sustentação de uma norma que qualifica e divide pessoas pode ser subvertido, desconstruído. Esse argumento visa afastar qualquer afirmação taxativa que define a regulação sexual como algo “meramente cultural” para aproximá-la de uma concepção fincada como um modo de produção do sujeito (BUTLER, 1997). Seu argumento se inclina para reafirmar a não dissociação entre as questões materiais e culturais na perspectiva de uma estrutura social referente à sexualidade.

Sobre esse ponto em especial, Butler (1997) realiza um esforço para desconstruir a dicotomia redistribuição/reconhecimento, proposta por Fraser (1997). Nesse sentido, ela se refere à oposição material/cultural que não corresponde ao marco teórico e conceitual formulado por Fraser, dado que esta trata de esclarecer a todo momento que seu ponto de partida é a noção de justiça. As injustiças decorrentes de redistribuição não precisam passar pelo crivo do reconhecimento (e vice-versa) para serem consideradas justas. Porém, há circunstâncias em que essas questões se apresentam de modo ambivalente. É o caso, por exemplo, das trabalhadoras e trabalhadores LGBTQIA+, e/ou no caso das mulheres e das pessoas racializadas. Fraser recomenda que:

Se compreende melhor a partir de um diagnóstico que admita abertamente as exceções existentes no seio da esquerda entre, por um lado, as correntes socialistas/social-democratas orientadas para uma política redistributiva e, por outro, as correntes multiculturalistas orientadas para uma política baseada no reconhecimento, com o propósito de superá-las. Esta análise deve sustentar-se, como princípio irrenunciável no reconhecimento de que ambas as correntes tecem argumentos legítimos, que, de alguma maneira, devem entrar em um processo de harmonização no âmbito programático e de sinergia no plano político. A injustiça social precisa hoje em dia de redistribuição e reconhecimento. Qualquer desses elementos em separado torna-se insuficiente. (FRASER, 1997, p. 133. Tradução nossa).

Esse panorama explicativo desenvolvido por Fraser no diálogo com Butler acerca dos dilemas da luta por justiça na contemporaneidade expressa um conjunto de ideias políticas relacionadas ao tratamento e à correção de injustiças sociais tanto no aspecto econômico-material como no aspecto cultural-simbólico que se traduzem em diferentes implementações políticas. Para Fraser, a correção de injustiças de caráter econômico requer respostas redistributivas, enquanto injustiças de natureza cultural exigem soluções pautadas no reconhecimento. Já as situações em que os sujeitos se encontram na interseção de ambas as injustiças, como no caso da opressão de mulheres e a da opressão de pessoas racializadas, é necessário combinar políticas redistributivas com políticas de reconhecimento.

Para Arruzza (2019) o esquema conceitual de Fraser apresenta um desenho que exprime duas abordagens para pensarmos o impacto das políticas de correção das injustiças, tanto de redistribuição quanto de reconhecimento. Ela procura explicitar e distinguir as abordagens “afirmativas” das abordagens “transformativas”. Dessa forma, argumenta que

Abordagens afirmativas envolvem uma série de medidas em resposta às injustiças econômicas e sociais, as quais não desafiam a estrutura de suas raízes. Essa abordagem incluiria, por exemplo, políticas do estado de bem-estar social, baseadas na redistribuição de bens existentes para grupos existentes (por exemplo, políticas de assistência social voltadas aos mais pobres), sustentando dessa forma uma diferenciação entre os grupos. Ou o multiculturalismo, que tende a destacar diferenças e identidades diferentes, demandando respeito. A abordagem transformativa, por sua vez, tende a colocar em questão a estrutura que gera as injustiças, como é o caso tanto do socialismo no tocante à profunda transformação das relações de produção e superação das divisões de classe, como da desconstrução que visava reestruturar as relações de reconhecimento no nível cultural, minimizando ou abolindo as diferenciações entre grupos. A teoria *queer* pertence ao último caso. Ela não surgiu da demanda pela identidade homossexual, trans ou intersexual, mas sim pela demanda por desconstrução da dicotomia homossexual/heterossexual, desestabilizando todas as identidades sexuais fixas (ARRUZZA, 2019, p. 129).

A autora continua o raciocínio indicando que

Com base nessa natureza transformadora e desconstrucionista comum, é possível afirmar imaginar uma combinação de socialismo com feminismo desconstrucionista, capaz de lançar um ataque comum à injustiça econômica e cultural, oferecendo respostas em termos de redistribuição e reconhecimento. Esta combinação é tanto mais necessária quanto a opressão racial e de gênero não podendo ser reduzida a nenhuma dessas formas de injustiça, pois é constituída por ambas (ARRUZZA, 2019, p. 129).

Compreendemos que os debates protagonizados por Butler, Fraser e Arruzza se mostram pertinentes para que possamos analisar a complexa relação entre o modo de produção capitalista e suas interfaces com estruturas de poder que simultaneamente produzem clivagens sociais a partir das noções de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade de modo a dividir e criar oposições no interior da classe trabalhadora para facilitar a reprodução do capitalismo e de suas combinações desiguais, ambíguas, acidentais, por vezes, e também contraditórias.

Entendemos, em consonância com o que foi exposto acima, que precisamos ir além dos esquemas de interpretação dualistas (capitalismo/patriarcado) desenvolvidos por Hartmann (1979), acolhendo as indicações de Arruzza (2015) para quem é

fundamental “[...] interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo.” (ARRUZZA, 2015, p. 57) Este modo de produção que, complementa a autora, não existe de forma autônoma ao sistema patriarcal (e ao racismo), mas como resultado de um processo de longa duração histórica que dissolveu, reinventou e transformou formas de vida e relações sociais precedentes de maneira tal que integralizou tais estruturas sociais (opressão sexual, de gênero e racial) à própria dinâmica totalizante das relações capitalistas de produção e reprodução.

Em escritos posteriores Nancy Fraser (2016) se preocupou em advertir a esquerda, em geral, e o movimento feminista, em particular, para as “armadilhas” contidas nessa “guinada culturalista”. Para ela, esse deslocamento trouxe efeitos nocivos para as lutas da classe trabalhadora em uma época histórica desfavorável, marcada pela ascensão do neoliberalismo, segundo as palavras da própria filósofa, “o novo espírito do capitalismo” (Fraser, 2016).

A ascensão do neoliberalismo coincidiu com uma maior alteração na cultura política das sociedades capitalistas. Nesse período, as reivindicações por justiça foram progressivamente expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença. Com esta mudança “da redistribuição para o reconhecimento” vieram pressões poderosas para transformar a segunda onda do feminismo em uma variante da política de identidade. Uma variante progressista, de fato, mas uma que tendia, contudo, a estender em excesso a crítica da cultura, enquanto subestimava a crítica da economia política. Na prática, a tendência era subordinar as lutas socioeconômicas a lutas para o reconhecimento, enquanto na academia, a teoria cultural feminista começou a obscurecer a teoria social feminista. O que tinha começado como um corretivo necessário para o economicismo recaiu com o tempo em um culturalismo igualmente unilateral. (FRASER, 2016, p. 46).

Essa resignificação da crítica feminista ao economicismo vulgar se refletiu em um perigoso distanciamento das demandas feministas por reivindicações redistributivas das lutas operárias. A astúcia neoliberal, segundo a autora, tratou ironicamente de absorver as críticas direcionadas ao capitalismo organizado pelo Estado e o conformismo típico do período anterior para estimular o desenvolvimento de vertentes que o questionavam sobre a matriz da teoria cultural no sentido de subverte-las para atacar as políticas sociais redistributivas e promover um desmonte do pacto pelo igualitarismo do Estado de bem-estar social.

A emergência do capitalismo neoliberal provoca Fraser (2007) a atualizar sua teoria no sentido de promover um novo reenquadramento, adicionando um terceiro eixo

ao seu paradigma de justiça. O eixo da representação. Consciente dos problemas colocados sobre as mulheres trabalhadoras em todo o mundo a partir da maior precarização das condições de trabalho, da feminização da pobreza e da ascensão do conservadorismo moral. Sua preocupação consiste em ampliar a noção de justiça de gênero se baseando em uma política transnacional, dado que o crescimento da desigualdade e das injustiças ultrapassaram as fronteiras nacionais e impuseram desafios em uma escala maior. Sendo assim, sua proposta mira uma nova definição para a política de representação.

Ao confrontar o mau enquadramento, esta fase do feminismo torna visível uma terceira dimensão de representação. Como a entendo, a representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas. Ao lado disso, é necessário reenquadrar as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos. Logo, ao contestar o mau enquadramento, o feminismo transnacional está reconfigurando a justiça de gênero como um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada. (FRASER, 2007, p. 305).

Seu esforço para ampliar a noção de justiça de gênero se faz necessário em razão das mudanças impostas pela globalização neoliberal com destaque para as novas ondas migratórias, as guerras vivenciadas no Oriente Médio, o empobrecimento gerado pelos deslocamentos de empresas em busca de mão-de-obra mais barata e pela eclosão da crise de 2008 cujas consequências materiais se impõem às diversas populações mais pobres submetidas às políticas de austeridade fiscal, sendo as principais parcelas prejudicadas pelas consequências materiais dessas medidas econômicas.

Diante desse quadro social dramático que envolve o da aumento da pobreza e da desigualdade socioeconômica, combinado às múltiplas clivagens que tornam a experiência da opressão e da exploração maior entre mulheres, LGBTQIA+ e pessoas racializadas, que Sears (2019), Arruzza (2019) e Toitio (2017) reivindicam uma compreensão desses dilemas que articule paradigmaticamente redistribuição e reconhecimento, nos convidando a pensar em termos de um projeto teórico (e político) de reconstrução do marxismo. Ao propor os termos da crítica sob uma perspectiva anticapitalista *transviada*, de modo que a experiência das identidades sexuais e de gêneros possam ser concebidas fora dos espaços mercantilizados destinados à uma pequena porção privilegiada da população LGBTQIA+ nos quais as relações capitalistas e suas desigualdades tendem a se reproduzirem nessas esferas. A saída para esse impasse corresponde à aproximação e ocupação de organizações e espaços sociais que

historicamente carregam as marcas da cultura política da classe trabalhadora, como por exemplo os sindicatos e, no caso desta pesquisa dos instrumentos partidários de natureza operária e situados à esquerda do espectro ideológico (SEARS, 2019).

Ao recuperar o aparato conceitual gramsciano, Toitio (2017) constroi seus argumentos em um caminho similar, ao sugerir a urgência de pensarmos a lógica da subalternidade e do papel das lutas populares e dos subalternos de uma maneira que compreenda a dinâmica das múltiplas relações de poder para organizar a resistência no interior dos aparelhos de Estado e na criação de formas de associativismo presentes na sociedade civil como mecanismos de elaboração necessários à disputa pela hegemonia político-cultural. O autor destaca o papel histórico do movimento LGBTQIA+ nos anos de 1970 com seus efeitos de longo prazo. Assim como explicita que forças políticas neoliberais e neoconservadoras se aliaram, na conjuntura política brasileira de 2016, em uma ofensiva contra os direitos de cidadania da comunidade LGBTQIA+, contra os direitos reprodutivos das mulheres e contra as políticas redistributivas que beneficiam a classe trabalhadora. Essa reação culmina na destituição de Dilma Rousseff via *impeachment* e coloca para a esquerda, de maneira geral, a necessidade de construção programática de uma agenda capaz de aglutinar explorados e oprimidos sobre um mesmo horizonte de transformação, superando os debates que hierarquizam e priorizam certas demandas – classe –, em detrimento de outras igualmente importantes – gênero, sexualidade, raça (ARRUZZA, 2019).

2.3 PRÁXIS E A ESQUERDA: CAMINHOS PARA REVITALIZAR A LUTA POPULAR

Embora as esquerdas (marxista ou não) demonstraram historicamente sinais de avanços e retrocessos na incorporação de uma política dos gêneros e das sexualidades em suas formulações programáticas, nas lutas sociais e em suas dinâmicas organizativas internas. Ainda que exista inúmeras contradições, é inegável que o campo político-ideológico ligado à esquerda, sobretudo aqueles setores que reivindicam mais abertamente o marxismo, tendem a demonstrar uma maior abertura para essa agenda do que outros setores (ARRUZZA, 2019; WOLF, 2021).

Devemos salientar que essa aproximação entre marxismo e lutas LGBTQIA+ não é uma tarefa fácil, tanto em um sentido teórico quanto em um sentido prático. Porém, há toda uma literatura que vem sendo desenvolvida nas últimas décadas preocupada em identificar e estabelecer conexões para solucionar esse impasse. São essas autoras e

autores e suas respectivas reflexões que buscamos como referência para construir nossa perspectiva, calcada no marxismo, mais especificamente em um feminismo marxista e transviado.²⁸

Um dos caminhos que encontramos para relacionar as contribuições filosóficas do marxismo com as lutas da comunidade LGBTQIA+ é o conceito de *práxis*. Fernandes (2019) apresenta uma sistematização desse conceito que mobilizamos como um pontapé inicial para, na sequência, compreendê-lo a partir dos olhares de Marx e de outros autores marxistas.

A práxis, entendida aqui não simplesmente como prática dentro da dialética, mas como a unidade dialética da teoria e prática no movimento de negação, é uma pré-condição para o livre exercício das potencialidades humanas.

É dentro da dialética que encontramos a negação da negação, que são dois estágios diferentes do mesmo processo histórico encabeçado pela humanidade em direção à liberdade e à restauração daquilo pautado como essência humana por Marx: emancipada e criativa. (FERNANDES, 2019, p. 55).

Este conceito é caro para nós porque partimos da premissa que a luta organizada dos sujeitos LGBTQIA+ contra o patriarcado²⁹ e heteressexismo³⁰ enquanto estruturas sociais que oprimem uma parcela da sociedade carrega uma dimensão que dialoga com as possibilidades de criação e emancipação social.

Em *A ideologia alemã* (2007) Marx & Engels afirma que o pressuposto da história é a existência humana e para existir, os indivíduos necessitam produzir os meios de sua existência. A produção da vida material como um ato fundamental de criação e satisfação de suas necessidades. Ao passo que as necessidades são satisfeitas, novas necessidades emergem como uma segunda condição. O terceiro elemento desse processo, segundo os próprios autores, é a reprodução social, tendo a família como núcleo central.

Para ambos (2007)

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção

²⁸ O termo transviado está baseado em um artigo intitulado “Um marxismo transviado” de autoria de Toitio (2017) no qual o autor revela sua inspiração em um outro trabalho, de Bento (2014). As provocações suscitadas por ambos têm o objetivo de traduzir as contribuições do emergente marxismo *queer* de origem anglófona para um campo semântico mais acessível, em termos populares, para países de matriz lusófona. Por considerarmos o termo interessantemente provocativo, optamos por utilizá-lo.

²⁹ Ver Saffioti, 2015.

³⁰ Ver Borrillo, 2010.

da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. (MARX & ENGELS, 2007, p. 35-36).

Marx e Engels identificam na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual o primeiro estágio de uma divisão mais complexa, a divisão entre uma classe produtora e outra classe expropriadora dos frutos do trabalho. Para ele, o trabalho possui uma dimensão contraditória, pois é aquilo que nos diferencia dos outros animais, uma atividade essencialmente humana e que nos define enquanto seres sociais, mas, por outro lado, é aquilo que nos aliena, nos desumaniza devido à exploração.

O debate sobre a consciência e as ideias socialmente disseminadas ocuparam partes importantes das reflexões de Marx e de Engels sobre a socialização dos indivíduos nas sociedades de classes. Para eles

A produção das ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa que o ser consciente [*bewusst Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX & ENGELS, 2007, p. 93-94).

Ao colocarem as formas de consciência no seio dos processos sociais e políticos reais, Marx e Engels nos trazem elementos para pensarmos em que medida as mudanças ocasionadas pela urbanização crescente criaram as condições para a emergência de uma vida socialmente diversificada, tal como os círculos de cultura LGBTQIA+, que encontram brechas, sobretudo na vida urbana, para florescerem de acordo com suas próprias formas de sociabilidade. Ao longo do século XX esse processo acompanhou o crescimento dos centros urbanos, como demonstra Wolf (2021). A formação de consciências sociais críticas emergem nesse cenário de desenvolvimento urbano-industrial prolongado, local onde as contradições e conflitos heterossexistas e patriarcais também se acirram. Nessas circunstâncias a práxis dos sujeitos e movimentos questionadores da ordem vigente tomam novos rumos.

A partir das contribuições de Marx e Engels, muitos autores de filiação marxista se dedicam a qualificar o conceito de práxis colocando-o no centro da política marxista. Fernandes (2019), por exemplo, situa as potencialidades humanas de transformação social

por meio da práxis política como um eixo orgânico da atuação de suas organizações. Para ela

O objetivo é fazer com que o senso comum produzido – e reproduzido – sob a hegemonia possa ser confrontado, algo que demanda o alinhamento da consciência teórica e prática do grupo e, por conseguinte, resulta na agregação de outros tantos para uma posição questionadora e crítica. (FERNANDES, 2019, p. 61).

A esquerda carrega um sentido histórico de defesa das transformações sociais centradas na emancipação social, em consonância com as postulações marxianas. Dessa forma, as organizações partidárias ao se abrirem para as reivindicações da comunidade LGBTQA+, se abrem, simultaneamente, para uma renovação mais profunda sobre o sentido das lutas e o significado da liberdade. Nessa perspectiva, o marxismo pode oferecer ferramentas analíticas para municiar a militância LGBTQIA+ para questionar a opressão vivenciada por esses indivíduos no interior da classe trabalhadora, haja visto que a comunidade composta pelos marcadores de sexualidade e identidade de gênero possui também clivagens de classe. Segundo Toitio (2015)

Embora a inferiorização, o preconceito e a violência contra a população LGBT estejam presentes em todas as classes sociais, não se pode negar que as desigualdades materiais dividem a vivência LGBT em experiências e formas de vida díspares pois, de acordo com a posição de classe, possuem mais ou menos privilégios e acesso a aparelhos de poder. (TOITIO, 2015, p.6).

Além disso, podemos, a partir do método dialético, compreender o papel executado pela reprodução social, sobretudo por meio de uma investigação crítica sobre a família patriarcal, na dinâmica de acumulação do capital (ARRUZZA, 2015). Assim como questionar os processos de mercantilização do desejo colocado pela ótica do mercado capitalista para lidar com a diversidade sexual e de gênero. Pois, é necessário nos indagarmos sobre as possibilidades de construção de uma agenda transviada radicalizada, em razão das condições profundamente desiguais que atravessam o cotidiano de uma parcela muito significativa da população LGBTQIA+, composta por mulheres, negros/as, indígenas, pobres e trabalhadoras/es precarizadas/os (SEARS, 2019).

As discussões mobilizadas em torno do eixo conceitual constituído pela práxis nos oferecem um terreno explicativo inspirado na obra de Antonio Gramsci (2002) para quem a ação política de homens e mulheres assumem um caráter coletivo quando esta é traduzida em ação politicamente organizada por intermédio de um instrumento político de natureza emancipatória que canaliza as insatisfações sintetizando-as

programaticamente em um campo político-cultural. Em razão disso, o partido se torna a expressão consciente e combinada da teoria e da prática.

Gramsci (2002) faz alusão a um dos expoentes principais do pensamento político moderno, Maquiavel. Para o filósofo marxista, em sua releitura do clássico florentino “Maquiavel trata de como deve ser o príncipe para conduzir um povo à fundação de um novo Estado” (Gramsci, 2002, p. 14). Nesse processo ocorre uma fusão orgânica na qual o príncipe torna-se expressão desse povo constituído, convencido e atuante em seu protagonismo. Sendo assim,

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. (GRAMSCI, 2002, p. 16).

O partido emerge como a encarnação do Príncipe Moderno a partir das lições extraídas da obra de Maquiavel. É, nas palavras de Gramsci, expressão política da vontade coletiva dos subalternizados cuja própria organização representa os valores e os interesses dos sujeitos oprimidos na sua constituição enquanto agente político consciente do seu papel na história e de seus objetivos para forjar uma nova sociedade e consolidar uma nova hegemonia.

Para Guimarães (1999), o pensamento de Gramsci consegue inaugurar um ponto de inflexão que afasta o marxismo das armadilhas inerentes às visões deterministas que o rodearam ao longo da história para situá-lo naquilo que o autor denomina como uma “concepção praxiológica da história”. A proposta filosófico-política gramsciana se apresenta, por um lado,

Como critério de interpretação histórica, o conceito de hegemonia fornece o antídoto radical ao economicismo determinista. Permite compreender, sem mecanicismos, os processos históricos de construção, conservação e superação da ordem. (GRAMSCI, 2002, p. 145).

Por outro lado, de modo mais próximo das discussões que envolvem a dicotomia base/superestrutura que movimentaram os debates no interior da teoria política marxista em meados do século XX de maneira mais intensificada, Guimarães (1999) também argumenta que

o conceito de hegemonia carrega dentro de si a superação do dualismo matéria/ideia. Como vontade coletiva objetivada, ele tem o estatuto de uma força material (a base material da hegemonia); como projeção da vontade no grau máximo, ele é subjetividade e cultura. Não é pois nem “estrutura” nem “superestrutura” mas a síntese de ambas. Quanto mais compacto, complexo e desenvolvido for um projeto hegemônico mais

ele soldará economia, política e ideologia. (GUIMARÃES, 1999, p. 145).

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci descreve o marxismo como uma “filosofia da práxis”, fruto de um projeto civilizatório profundamente humanista no qual o sentido da transformação e da criação humana adquirem características que valorizam as potencialidades humanas em termos de emancipação social. Para cumprir com a tarefa da libertação, o proletariado, sujeito histórico da modernidade por excelência, necessita realizar alianças que o aproximam dos seus objetivos de classe. Para tanto, o conceito de bloco histórico emerge de modo consonante ao de hegemonia para ressignificar o sentido de base/superestrutura na tradição marxista, de modo mais coerente com uma visão praxiológica defendida por Guimarães (1999), na sua inspiração em Gramsci.

Segundo o autor, esse conceito está organizado a partir das seguintes dimensões: a) combinação de determinação recíproca entre Estado e sociedade civil. Pois, enquanto o Estado organiza e regula o poder, a sociedade civil tende a atuar baseada nas suas contradições, na produção de hierarquias e nas redes de dominação que lhes conformam, ao mesmo tempo em que se veem refletidas na própria forma de exercício, controle e produção do poder de Estado; b) elucida os tipos de alianças de classe que formam o bloco hegemônico e sua relação com os segmentos sociais dominados e oprimidos; c) a noção de bloco histórico compreende analiticamente as articulações das esferas econômicas, políticas e culturais na formação social em questão. Para Guimarães (1999)

Não é assim, apenas a noção de determinação em última instância que é negada pelo conceito de bloco histórico. É a própria ideia de um “econômico”, autarquizado e territorializado no interior da sociedade, que é posto em questão pela explicitação dos nexos políticos e ético-culturais que condicionam sua existência. (GUIMARÃES, 1999, p. 156).

A noção de bloco histórico e sua íntima articulação com o conceito de hegemonia que nos permite tomar emprestado as ideias chave de Gramsci para introduzirmos potenciais encontros entre a classe trabalhadora e o movimento LGBTQIA+ como momentos concretos e atualizados de coalizão que amplia a noção de luta por justiça e por liberdade na contemporaneidade. A possibilidade de emancipação do trabalhador corresponde igualmente à possibilidade de emancipação dos desejos sexuais e das expressões de gênero críticas do patriarcado e do heterossexismo que compõem as relações sociais no capitalismo desde sua formação histórica até os tempos presentes. Os autores que recorreremos nesta parte do capítulo para tratar sobre a centralidade da práxis carregam uma inspiração teórica oriunda de Gramsci (e de Marx), colaborando para aprofundarmos nossas reflexões acerca da importância dos partidos políticos de viés

operário na formulação e na organização dos segmentos sociais oprimidos pelos marcadores de gênero, de sexualidade e de raça, como situações que determinam distintamente as experiências sociais dos indivíduos no mundo.

2.4 MOVIMENTO LGBTQIA+ E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL: RECOMPONDO UM HISTÓRICO

2.3.1. O movimento na história política recente do Brasil

Nesta seção abordamos o debate sobre a relação entre o movimento LGBTQIA+, suas raízes no Brasil e seus dilemas contemporâneos, com questões que se referem à forma como as pautas de sexualidade e gênero interagem com as dinâmicas partidárias. Não é o nosso objetivo traçar uma genealogia das lutas LGBTQIA+ de maneira ampla³¹. Tampouco, pretendemos esmiuçar essa discussão sobre a agenda nos partidos políticos³². Sendo assim, nossa proposta consiste em abordar as questões históricas sob um panorama mais geral e centrar nossa atenção nos elementos mais recentes que emergiram na última década a partir da inserção crescente das pautas LGBTQIA+ no debate público, bem como compreender como esse processo incidiu sobre os partidos políticos brasileiros, sobretudo aqueles situados mais à esquerda do espectro político-ideológico. Pois, buscamos pensar em termos de possibilidades de formulação teórica e intervenção prática fundamentadas na construção de um movimento LGBTQIA+ de natureza anticapitalista (SEARS, 2019), feminista e antirracista (FRASER, 2006), por considerarmos que o avanço dos direitos referentes à diversidade sexual e à diversidade de gênero dependem de uma compreensão ampliada das estruturas sociais e das desigualdades que geram assimetrias de poder e de oportunidades, tal como Aruzza (2015) nos convida a refletir.

O nascimento do movimento LGBTQIA+³³ no Brasil está diretamente associado ao conjunto das demais lutas que emergiram no final da década de 1970 e início de 1980 como parte de um caldo político-cultural fortemente engajado na resistência e no enfrentamento à Ditadura Militar daquele período, mas que, por outro lado, fazia eco com as lutas pelos direitos à nível internacional que criou as condições para a organização política de *gays*, lésbicas, bissexuais, pessoas trans, e outros sujeitos após a rebelião de *Stonewall* nos EUA e em outros lugares do mundo. Em meio a esse contexto, o surgimento

³¹ Para uma história mais detalhada sobre a trajetória do movimento LGBTQIA+, ver GREEN, 2000.

³² Ver SANTOS, 2016a; e FEITOSA, 2022.

³³ A adição de novas siglas para designar o movimento é uma opção nossa para tentarmos atualizar as identidades que vêm sendo reconhecidas com o passar do tempo.

do jornal *Lampião da Esquina*, cujas publicações traziam a temática da livre expressão das sexualidades, e do primeiro grupo auto organizado de *gays* e lésbicas, o *Somos*, que havia sido fundado em São Paulo reunindo estudantes, funcionários públicos, bancários e intelectuais (GREEN, 2000).

Embora existisse um “sentimento compartilhado” de que os militares encarnavam a figura do inimigo a ser derrotado, haviam divergências de perspectivas e conflitos políticos significativos que se traduziram em posições estratégicas muito díspares. Podemos mencionar o episódio de cisão no interior do grupo *Somos* cujo epicentro da divisão esteve relacionada à possível participação do movimento nas manifestações grevistas de trabalhadores do ABC paulista, tal como abordado por Green (2000). Este episódio revela uma tensão histórica que marca não apenas a relação do insurgente movimento LGBTQIA+ com os partidos políticos, mas acompanha boa parte dessa trajetória de conflitos e divergências nos períodos posteriores entre integrantes do movimento LGBTQIA+ com a esquerda brasileira. Entre as principais preocupações dos ativistas autonomistas do *Somos* tinha a ver com uma rejeição sobre uma relação mais próxima com os partidos dizia respeito à possibilidade de cooptação, por parte da atuação dos militantes partidarizados, de tal modo que pudesse comprometer a autonomia política do movimento social (FEITOSA, 2022).

Outro elemento de discordância que também ocupou os debates que mobilizaram a militância LGBTQIA+, como por exemplo o componente de concepção ideológica sobre o sentido das lutas. Cruz (2017) sintetiza o problema da seguinte forma:

Nesse primeiro momento, que vai de 1978 a 1980, os quadros interpretativos e os repertórios de ação coletiva do movimento homossexual dividem-se em duas vertentes principais. Enquanto a primeira vertente estava mais vinculada a uma tradição anarquista, de forte inspiração contracultural, cética em relação ao Estado e aos partidos políticos, preocupada com a desconstrução de hierarquias sociais e focada exclusivamente nas questões referentes aos homossexuais, a segunda vertente era menos avessa aos partidos políticos, apresentava maior inclinação à ação externa, prezava pela criação de estruturas organizativas mais ou menos hierarquizadas e mostrava-se mais aberta à construção de alianças com outros movimentos sociais. (CRUZ, 2017, p. 248-249).

Essas perspectivas conflitantes nos revelam que essa suposta incompatibilidade entre as lutas pela diversidade sexual e de gênero e as lutas da classe trabalhadora são constituintes da própria formação do movimento LGBTQIA+, não apenas no Brasil, conforme é possível perceber com os contornos similares dos quais tratamos na seção

anterior, estando referenciado em uma literatura estrangeira. Essa visão que tende a alimentar uma desconfiança sobre a esquerda e seus partidos é marcada por ambiguidades latentes. Se, por um lado, os partidos de esquerda historicamente se colocam de maneira mais aberta à incorporação das demandas de sujeitos LGBTQIA+ (GREEN, 2003). Por outro lado, uma esquerda mais conservadora, principalmente vinculada de maneira mais direta ao stalinismo, apresentou recorrentes resistências à incorporação de indivíduos LGBTQIA+ nas suas fileiras, assim como demonstravam uma forte rejeição à própria pauta. Santos (2016a) expõe a complexidade dessa questão

Desde as primeiras articulações para organizar o movimento homossexual no Brasil, diversos membros da organização trotskista Convergência Socialista (CS) desempenharam papel importante na politização da homossexualidade. A organização foi a primeira a criar uma Fação Gay vinculada à sua estrutura e trazer o tema da discriminação dos homossexuais para o debate público no âmbito da esquerda (Dehesa, 2007). É bom lembrar que na década de 1970 a homossexualidade ainda era vista por grande parte da esquerda tradicional como símbolo da “decadência burguesa” das classes médias e altas (Green, 2003). Além disso, muitos ativistas acusavam os chamados movimentos identitários (a exemplo dos homossexuais, de negros e de mulheres) de fragmentar as classes trabalhadoras com suas demandas específicas e “secundárias”, dispersando os setores de esquerda da luta “maior” para o fim do capitalismo. (SANTOS, 2016a, p. 184-185).

Essas questões que buscamos pontuar nos servem para identificar os aspectos históricos relativos aos dilemas que acompanham a militância LGBTQIA+, sobretudo aquela que possui uma relação orgânica com os partidos políticos. Na subseção seguinte, a discussão gira em torno dos elementos contemporâneos do debate, pensando o problema inserido no contexto da política brasileira.

2.3.2 A esquerda partidária brasileira e a questão LGBTQIA+ na contemporaneidade

Diferentemente do período insurgente do movimento, a denominada segunda onda das lutas LGBTQIA+ de meados da década de 1980, apresentou uma mudança sensível em relação ao período anterior. Enquanto na primeira onda havia uma forte rejeição à institucionalidade e uma tendência mais autonomista, a segunda onda foi caracterizada, em certa medida, pela aproximação de ativistas e organizações LGBTQIA+ com partidos de esquerda, sobretudo em função do contexto de grave crise sanitária provocado pela epidemia do HIV/AIDS (GREEN, 2000; SANTOS, 2016a).

Essa aproximação entre o movimento LGBTQIA+ e a esquerda partidária, especificamente com um envolvimento mais próximo com o Partido dos Trabalhadores

nos sugerem algumas questões. A atuação militante de Herbert Daniel, que contribuiu na fundação do partido e que cumpriu uma tarefa importante para promover a visibilidade dos temas relativos à diversidade sexual no interior do PT, além de se colocar como um dos primeiros candidatos abertamente homossexual a disputar as eleições do Rio de Janeiro para deputado estadual (SANTOS, 2016a).

Outro ponto que reforça essa aproximação política entre o movimento e o partido se traduziu na criação do Núcleo de *Gays* e *Lésbicas* do PT (NGLPT) em 1992. Contudo, a participação de militantes LGBTQIA+ no partido não significou que o tema da diversidade sexual foi incorporado plenamente no programa e nas instâncias partidárias isento às tensões e conflitos (SANTOS, 2016a). Na medida em que a visibilidade pública dos sujeitos LGBTQIA+ se amplia o debate sobre gênero e sexualidade muda de patamar na sociedade e na política.

Já na virada para o século XXI, Santos (2006) identificou no decorrer de sua pesquisa que a Associação da Parada do Orgulho GLBT³⁴ de São Paulo experimentou um “racha” interno em 2002 e, segundo o autor, um dos motivos foi a vinculação da Parada a partidos políticos, particularmente o PT. O partido foi acusado de instrumentalizar a mobilização da Parada para fins eleitorais naquele ano.

Desde meados dos anos 2000 para cá podemos observar que a questão da diversidade sexual e de gênero tem ocupado recorrentemente o debate público. Santos (2016a) menciona alguns episódios que simbolizam os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no tocante à garantia de direitos. O autor se refere ao chamado “lobby religioso”, exercido pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que exigiu dos candidatos à presidência em 2010, Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), o compromisso com a agenda da FPE em troca do apoio no governo. Em 2011, Santos (2016a) expõe a ação desses setores para vetar um material de formação/capacitação docente para abordar a temática da diversidade sexual e de gênero nas escolas da rede pública, o famigerado “*Kit Gay*”. A pressão dos conservadores evangélicos fez com que Dilma Rousseff (PT) suspendesse a distribuição dos materiais formativos “anti-homofobia”, elevando a temperatura e acirrando a disputa com a presidenta eleita na época para o seu primeiro mandato como chefe do Poder Executivo. Esse recuo gerou duras críticas por parte da setorial LGBT Nacional do PT que questionaram o uso dos direitos da comunidade nas negociações para garantir governabilidade no Legislativo.

³⁴ Este arranjo das siglas era a forma utilizada para identificar o movimento na primeira década do século XXI.

Esses acontecimentos aqui descritos nos indicam que, segundo Santos (2016a), há uma continuidade de problemas não superados que atravessam a história do movimento LGBTQIA+ no Brasil, sobretudo no tocante à sua relação com os partidos. O debate sobre autonomia, a instrumentalização do movimento por parte dos partidos e a suspeição que paira sobre a atuação dos militantes LGBTQIA+ que possuem vínculos partidários. Em termos de desafios remanescentes e mudanças, o autor argumenta que

Ao compararmos a postura do PT em relação à livre orientação sexual na década de 1980 e atualmente, é bem provável que observaremos maior abertura de parlamentares do PT (assim como também de outros partidos) para as reivindicações do movimento LGBT. Contudo, as conveniências políticas oriundas da necessidade de angariar apoio eleitoral (a exemplo do tempo disponível na Propaganda Eleitoral Gratuita no rádio e na televisão) e de manter uma coalizão de governo integrada por vários opositores dos direitos LGBT acabam por em grande medida neutralizar a maior abertura do PT às reivindicações do movimento LGBT. (SANTOS, 2016a, p. 188).

A segunda década do século XXI conta com a difusão de setoriais partidárias no Brasil (geralmente direcionada às mulheres, LGBTQIA+ e negritude). Embora PT e PSTU já possuíssem acúmulos organizativos anteriores à eclosão de setoriais desde os anos de 1990, outros partidos à esquerda e à direita desenvolveram instâncias internas dedicadas às temáticas de combate às opressões de gênero, raça e sexualidade. Santos (2016a) atribui esse processo a uma maior institucionalização da agenda LGBTQIA+ no cenário político brasileiro. O autor menciona, no caso do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a criação de uma setorial LGBT em São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá em 2011; e em relação ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), a criação de um Coletivo LGBT interno. Essas movimentações indicam uma mudança em direção a uma maior abertura para as demandas e reivindicações dos sujeitos LGBTQIA+. Ainda em relação ao PSOL, Feitosa (2022) argumenta que entre os partidos investigados por ele, o PSOL é aquele que demonstra uma maior abertura para incorporar a agenda LGBTQIA+ em sua estrutura organizativa e no seu programa. Curiosamente, o PSOL representa uma exceção, conclui o autor, dado que é o partido que apresenta o menor grau de institucionalização dessa agenda, apesar da temática LGBTQIA+ o acompanhar desde a sua fundação em 2005. De maneira muito distinta do PT que, por exemplo, institucionalizou a agenda ao ponto de criar uma Secretaria Nacional dedicada à questão da diversidade sexual e de gênero com direito à voz na Direção Nacional, avançou de maneira tímida no que tange as lutas por ampliação de direitos da comunidade (FEITOSA, 2022) e refém dos acordos firmados com as alas conservadoras do Congresso Nacional que atuam para bloquear a pauta

(SANTOS, 2016a). O que leva Feitosa (2022) a concluir que esses encaixes institucionais desenvolvidos no interior dos partidos não apresentam uma conexão determinante para com o avanço dessa agenda nos casos por ele investigados.

2.5 DAS TENSÕES À PRÁXIS: UMA BREVE SÍNTESE

Ao decorrer do segundo capítulo buscamos, inicialmente, argumentar que no bojo das críticas dirigidas à Marx e ao marxismo em função das supostas debilidades de sua teoria frente à noção de Estado havia tanto em Marx quanto nas contribuições de autores vinculados à tradição marxista, em toda sua heterogeneidade, um conjunto de reflexões que buscaram pensar o Estado associado as formas de relações sociais existentes afim de compreender o mesmo de forma integral e não apenas como um mero reflexo superestrutural das relações contidas na base (estrutura), superando abordagens de viés dicotômico que reproduzem vulgarmente a separação entre Estado e sociedade civil, Base e Superestrutura (WILLIAMS, 2011). Dessa forma, as análises provenientes de Gramsci (2002) contribuem no sentido de ruptura dessa dicotomia ao pensar o Estado como uma junção das dimensões institucionais, a sociedade política, com as formas sociais que se materializam e adquirem contornos mais complexos na vida pública e privada, a sociedade civil. Complementamos essa perspectiva com as discussões protagonizadas por Poulantzas (1980), que concebe o Estado a partir de uma dinâmica relacional do poder e que vem a exprimir as complexidades pela qual a luta de classes assumiu historicamente. Aliados a esses debates, propomos resgatar essa noção ampliada de Estado em conjunto com as desigualdades de gênero para considerar que outras relações de opressão estão associadas à dinâmica do Estado capitalista e que exigem um olhar ampliado para essas lutas que, por sua vez, demandam igualmente uma visão ampliada sobre a luta por justiça e pela libertação dos sujeitos oprimidos (ARRUZZA, 2015). A síntese que exprime em grande medida esses desafios e as possibilidades de transformação residem na união do marxismo com as perspectivas humanistas cívicas (VALADARES VASCONCELOS, 2020).

No momento seguinte, procuramos recuperar a partir das contribuições ensaísticas de Butler (1997) e Fraser (1997), cujo diálogo reflete aquilo que denominamos como ambiguidades constitutivas presentes na relação entre o movimento LGBTQIA+ e os movimentos operários que se traduzem no plano teórico em uma tensão entre a teoria *queer* e o marxismo. Arruzza (2019) salienta que da união entre um feminismo desconstrucionista com o marxismo e sua crítica radical da economia política podem

dirigir uma ofensiva conjunta à totalidade das relações de poder estabelecidas pelas divisões de classe e gênero. Taylor (2018), ao evidenciar a natureza racializada das relações capitalistas sendo utilizada como um artifício central para rebaixar, por meio do racismo, as condições de vida de toda a classe trabalhadora, trazendo consequências de precarização acentuadas para as pessoas de pele negra.

A partir das reflexões do marxismo humanista orientado pela práxis e preocupado em estabelecer os princípios norteadores de uma ação coletiva consciente dos sujeitos oprimidos que buscam a transformação social (VALADARES VASCONCELOS, 2020). Para tanto, recorre ao conjunto das lutas sociais por direitos para superar as próprias crises do marxismo a partir do afastamento das suas tradições dogmáticas e autoritárias, em um esforço autocrítico necessário. Simultaneamente se aproxima das reivindicações por justiça e cidadania estendido às mulheres, negras/os e LGBTQIA+ como momentos concretos e imbricados às lutas materiais das classes trabalhadoras. As lutas por democracia e por cidadania de segmentos sociais oprimidos e marginalizados representam uma dimensão consubstancial das lutas anticapitalistas contemporâneas. Haja visto que a tendência em sua forma atual, o capitalismo neoliberal vem promovendo uma ofensiva crescente e severa contra os direitos das classes trabalhadoras, em uma ação comum com uma visão de mundo radicalmente excludente, baseada em um conservadorismo moral e uma perspectiva social anti-humanista (BALLESTRIN, 2018).

O projeto liberal-conservador, que caracteriza a extrema-direita no Brasil e em outros muitos lugares ao redor do mundo, atualmente, vai na contramão histórica das lutas por emancipação, reforçando as necessidades políticas de construção de uma *hegemonia* capaz de enfrenta-la e supera-la. Para isso, é fundamental que a esquerda realize um acerto de contas com o movimento LGBTQIA+ (ARRUZZA, 2019; WOLF, 2021) de modo que este possa ter condições políticas de contribuir para superar aquilo que Fernandes (2019) descreve como os sintomas mórbidos reveladores daquilo que a autora define como sendo uma crise de práxis responsável por atingir em cheio a esquerda e a colocar numa encruzilhada: resgatar os valores democráticos e humanistas, retomando o diálogo centrado na liberdade para inscrever novos horizontes de possibilidades em que as lutas por cidadania e direitos assumem cada vez mais contornos de uma luta que rompa definitivamente com as estruturas autoritárias que resistem como fantasmas, para parafrasear Arruzza, assombrando as democracias liberais. Essas movimentações evidenciam exemplarmente os limites das tradições liberais que apresentam notáveis fragilidades em razão do conteúdo estrutural das desigualdades sociais que se manifestam

cotidianamente. Tais vertentes lidam com essas desigualdades como um sintoma residual, algo que pode ser corrigido com medidas que mitiguem seus impactos, que reduzam seus danos sociais, que costuma estar em suspenso. As soluções tendem a ser muito mais mitigadoras porque não acessam a raiz, a estrutura social que a constitui (MIGUEL, 2016).

Por fim, observamos a partir da literatura mobilizada sobre o tema central, a relação entre movimento LGBTQIA+ e os partidos de esquerda sob a ótica de uma tensão permanente na qual procuremos definir como inerentemente constitutiva. Desde uma primeira recepção dessas ideias emancipatórias em confronto com o stalinismo e outras experiências socialistas profundamente controversas em relação aos assuntos sobre diversidade sexual e de gênero (ARRUZZA, 2019; WOLF, 2021), até mesmo a forma como tal questão caminhou a passos muito lentos desde um novo ciclo da esquerda brasileira inaugurado pelo Partido dos Trabalhadores em um confronto aberto contra ditadura militar e pela redemocratização da política brasileira (GREEN, 2000).

De lá para cá os partidos, principalmente aqueles situados à esquerda, foram lenta e progressivamente incorporando essas demandas aos seus programas e, de maneiras muito variadas como vemos no capítulo seguinte, além de criarem alguns mecanismos institucionais internos para a pauta da diversidade sexual e de gênero (FEITOSA, 2022).

Quando esteve no governo, o PT sofreu pressões do movimento LGBTQIA+ e da sua própria base para avançar com uma legislação que atendessem os anseios desse grupo social. Por outro lado, buscou conciliar com setores conservadores do Congresso Nacional, como a Frente Parlamentar Evangélica, em troca da governabilidade e do apoio para aprovar outros projetos do partido na Casa. O resultado desse processo foram recuos e abandonos de certas iniciativas relacionadas à agenda LGBTQIA+ afim de evitar desgastes com as camadas cristãs conservadoras e comprometer alianças governamentais e eleitorais. Nesse sentido, os partidos de esquerda que compunham o arco de aliados em torno do PT, com exceção do PSOL que na época se manteve como oposição de esquerda, não conseguiram se desvencilhar do que buscamos definir como uma *hegemonia heteropatriarcal* do conservadorismo. Essa noção de hegemonia se dá pela articulação de outros conceitos desenvolvidos por Toitio (2015), Gramsci (2002) e Fabbri (2011), respectivamente. Para o primeiro, a repressão às sexualidades consideradas inferiores corresponde a um processo no qual isso ocorre anteriormente. Através de práticas, ideias e representações construídas para organizar, regular e sistematizar conhecimentos sobre o sexo “atribuindo-lhes normatizações, patologias e legitimidades” (TOITIO, 2015, p. 5).

Para Gramsci (2002), a hegemonia é pensada como uma construção político-cultural carregada de historicidade presente nas múltiplas esferas da vida social, econômica e cultural de uma dada sociedade. Portanto, passível de disputa de sentidos e suscetível a mudanças. Já para Fabbri (2011), as possibilidades vislumbradas são de construção de resistências contra o que ele define como “as tentativas colonizadoras do Hetero-Patriarcado” (FABBRI, 2011, p. 178) como um desafio permanente para o exercício dos direitos, para a plena realização das pulsões íntimas do desejo e para uma relação mais libertadora com nossos corpos e as nossas consciências. Dessa forma, entendemos que é fundamental desenvolver uma alternativa a partir das lutas sociais e políticas que apontam para a superação das formas de vida reacionárias impostas pelos padrões conservadores e que hoje estão encarnadas na extrema-direita cuja matriz liberal-conservadora reproduz essa *hegemonia heteropatriarcal* em seus discursos, ideias, práticas e representações.

CAPÍTULO 3: DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E OS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO

3.1 SELEÇÃO DAS ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS

Uma parte substancial desta pesquisa consiste na sua dimensão empírica, que visa combinar as dimensões teóricas propostas nos capítulos anteriores com uma análise comparada das entrevistas, baseando-se nas percepções da militância dos três partidos investigados – PT, PSOL e PCdoB – sobre os desafios políticos para, primeiramente, consolidar a agenda de direitos LGBTQIA+ nos interior dos partidos e de modo mais programático; em segundo lugar, superar a persistência do ceticismo, da indiferença e do não reconhecimento da relevância da pauta para os tempos atuais. Em terceiro lugar, o desafio de construção de uma linha político-estratégica que faça frente ao conservadorismo moral ascendente e às forças políticas que se opõem sistematicamente à ampliação de direitos das pessoas LGBTQIA+ no contexto brasileiro.

Como esta pesquisa busca uma compreensão ampliada para o cenário nacional, utilizamos para a seleção das pessoas entrevistadas os seguintes critérios: serem militantes orgânicos dos partidos escolhidos como objeto de estudo, participarem de alguma instância de direção – nacional ou estadual; seja responsável pela condução da pauta LGBTQIA+ no interior do partido em alguma medida – membro de Secretaria ou Setorial; representantes parlamentares – vereador/a, deputado/a estadual, deputado/a federal e senador/a. Dentre os indivíduos convidados para a realização das entrevistas optamos por dialogar com sujeitos que sejam LGBTQIA+ e também aqueles que se identificam enquanto heterossexuais e cisgêneros a fim de evitar as armadilhas de uma abordagem enviesada. Ainda nos orientamos a partir de um critério de diversidade de marcadores sociais que perpassam a constituição dos sujeitos entrevistados, tais como: raça, gênero, sexualidade, regionalidade. Pois, entendemos que essa diversidade contribui de maneira a enriquecer as análises a partir da variedade de perspectivas sobre o tema da pesquisa, bem como a própria diversidade de experiências que marcam a trajetória desse conjunto de militantes.

As entrevistas são de natureza semiestruturada e conduzidas virtualmente por meio do aplicativo *Zoom*. Nesta pesquisa optamos por preservar o anonimato das entrevistadas e entrevistados e destacamos que a agregação dos dados não permite revelar as identidades pessoais dos mesmos. Suas posições, enquanto entrevistados, entrevistados estão imersas na análise comparativa e na interpretação da relação do movimento

LGBTQIA+ com cada partido político estudado. Dessa maneira, torna-se dispensável localizar explicitamente os sujeitos. Contudo, para tornar mais nítido o caminho procedimental percorrido ao longo deste trabalho, entendemos que se faz necessário identificar algumas questões sobre a seleção das entrevistadas.

No Partido dos Trabalhadores, realizamos entrevistas com uma membra da Executiva Nacional, mulher negra, lésbica, paraense, de 44 anos, com uma experiência política dedicada à pauta LGBTQIA+ no partido. Também entrevistamos uma militante da Executiva estadual de Minas Gerais, mulher branca, de 41 anos, bissexual, responsável pelo setorial de mulheres e que acompanha o desenvolvimento da agenda LGBTQIA+ no partido há algum tempo e lida parcialmente com esses debates a nível estadual.

Sobre o Partido Socialismo e Liberdade conseguimos entrevistar uma militante membra da Executiva Estadual de Minas Gerais, autodeclarada parda, de 38 anos, lésbica e que possui uma trajetória política de maior vínculo com os debates sobre educação e mulheres. Ela acompanhou as mudanças vivenciadas pelo partido e a crescente incorporação dessa agenda tanto nos debates internos quanto nos debates públicos onde o partido foi interpelado. A outra militante entrevistada esteve diretamente envolvida na fundação do PSOL em 2004, ocupou cargos tanto na Executiva Nacional quanto na Executiva Estadual de Minas Gerais, possui 60 anos, se autodeclara negra e heterossexual, além de ter sido militante do PT antes de migrar para o PSOL em meados dos anos 2000.

No Partido Comunista do Brasil as entrevistas contaram com as seguintes participações: um militante vinculado à União da Juventude Socialista, membro da Executiva da União Nacional dos Estudantes, autodeclarado branco, pansexual, 23 anos e com uma atuação política ligada ao movimento estudantil a nível nacional; uma militante travesti, autodeclarada branca, heterossexual, mato grossense, de 29 anos, ex-diretora da UNE e que atua no estado de São Paulo; por fim, entrevistamos um vereador do município de Viçosa-MG, autodeclarado *gay* e branco, 26 anos e que participa tangencialmente das discussões LGBTQIA+ a nível municipal e estadual em conjunto com os demais partidos da federação partidária na qual o P C do B está inserido.

3.2 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS E PROCEDIMENTAIS

As opções metodológicas e os procedimentos de pesquisa adotados para investigar a relação entre o movimento LGBTQIA+ e os partidos de esquerda no Brasil estão divididos em dois momentos – análise documental e análise de conteúdo – que se

articulam nas interpretações desenvolvidas nas subseções seguintes dedicadas à compreensão de cada partido em específico.

Em primeiro lugar, nos dedicamos a executar uma análise dos estatutos do PT, do PSOL e do Pcdob afim de identificar passagens que remetem ao compromisso político destes partidos com as demandas LGBTQIA+. Em seguida, procuramos os elementos referentes à diversidade sexual e de gênero em seus respectivos programas. Em terceiro lugar, identificamos como essas questões aparecem nas propostas de governo dos três partidos nas campanhas de 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022. Para o ano de 2022, além das plataformas eleitorais vamos nos deter a analisar o relatório de transição de governo, pois o consideramos um documento de suma importância, dada a sua atualidade e seus aspectos conjunturais.

Bardin (1977) descreve a análise documental como um processo de transformação, em que um conjunto de operações analíticas permitem a realização de uma interpretação dos textos originais apoiadas em uma ancoragem teórico-conceitual que facilita o tratamento dos dados primários.

O segundo momento procedimental da pesquisa consiste em analisar o conteúdo extraído das entrevistas, por intermédio da transcrição de informações coletadas. Bardin (1977) propõe que a análise de conteúdo permite ao pesquisador identificar os elementos-chaves e as categorias por detrás das palavras expressadas. Ele afirma que tal recurso permite acessar uma outra dimensão da realidade que não está exposta na aparência imediata que a mensagem apresenta, exigindo uma criticidade interpretativa para se alcançar um refinamento referente ao conteúdo do objeto estudado.

O eixo que permite uma compreensão articulada dos elementos extraídos dos textos e das entrevistas em relação aos dilemas dos sujeitos LGBTQIA+ em cada partido político é o método comparado. Segundo Rezende (2022), a análise comparada é fomentada pela seleção de casos que nos permita apreender interpretativamente como as diferenças e semelhanças se estruturam nas realidades observadas, nos ajudando a perceber tendências compartilhadas pelos casos, assim como as peculiaridades encontradas em cada um dos mesmos.

Gostaríamos de pontuar uma questão fundamental sobre os partidos políticos investigados nesta pesquisa em relação com as lutas do movimento LGBTQIA+. PT, PSOL e P C do B são partidos que pertencem a tradições políticas e temporalidades distintas, tanto em termos de fundação quanto em termos de incorporação do debate sobre a diversidade sexual e de gênero. Destacamos esse aspecto porque ele exige que cada

organização seja analisada com a sua devida contextualização para que seja possível identificar continuidades e descontinuidades, reconhecendo, por exemplo, o momento em que essas questões passam a adquirir maior visibilidade política na sociedade brasileira e, conseqüentemente, tornando-se um tema a ser abordado pelas organizações partidárias deste estudo em sua crescente relevância.

Poderíamos promover uma discussão que considerasse a relação entre LGBTQIA+ e os partidos localizados à direita do espectro político-ideológico. Contudo, nossa opção por delimitar nosso objeto ao campo da esquerda se dá em razão do que argumentamos nos capítulos anteriores. Entendemos que a esquerda, seus partidos políticos e o movimento operário em seu variado conjunto possuem um considerável acúmulo teórico, político e também organizativo sobre as reivindicações dos sujeitos LGBTQIA+ (ARRUZZA, 2019, WOLF, 2021). Isso dialoga de maneira mais direta com os nossos objetivos principais e com a literatura mobilizada ao longo deste trabalho.

3.3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A QUESTÃO LGBTQIA+

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o movimento LGBTQIA+ compartilham, nas suas origens, o período de efervescência política e social que marcou a transição do regime ditatorial para a redemocratização. Ao final de 1978 e início de 1979 ocorreu a greve geral iniciada pelos metalúrgicos da região do ABCD paulista (KECK, 2010; GREEN, 2000). O episódio de paralisação protagonizada pelos/as trabalhadores/as exerceu uma grande influência no que viria a se traduzir alguns anos depois na fundação do PT, um partido de base popular e que agregava diferentes segmentos da sociedade, como trabalhadores, intelectuais, estudantes, alas progressistas da Igreja Católica (KECK, 2010).

Simultaneamente, nesse mesmo intervalo de tempo, um pequeno grupo composto por estudantes, bancários e intelectuais passaram a se reunir periodicamente para discutir assuntos relativos à sexualidade. Deu-se início a formação da primeira organização LGBTQIA+³⁵ do Brasil, o grupo *Somos*³⁶ (GREEN, 2000). Podemos observar, segundo o que já discutimos no capítulo anterior, que não é possível separar a história do movimento LGBTQIA+ no Brasil da história de formação do PT.

Ambos compartilham não apenas o mesmo contexto de surgimento, mas parte significativa das suas trajetórias são caracterizadas pelos seus encontros (e tensões). A

³⁵ Essa nomenclatura só foi adotada e expandida a partir da segunda década do século XXI.

³⁶ No capítulo II exploramos com mais detalhes os elementos sobre esse período.

disputa, descrita por Green (2000), entre autonomistas e partidários vinculados ao próprio PT que levou à ruptura do Grupo *Somos* é um dado concreto que o autor buscou evidenciar. Haviam militantes LGBTQIA+ organizados no PT desde a sua fundação (SANTOS, 2016a), como também haviam militantes do PT que ajudaram na criação do Somos a partir das suas experiências enquanto militantes partidarizados (GREEN, 2000). Esses militantes enxergavam sua experiência como uma “dupla militância”, por conta das suas dedicações em ambas as organizações (FEITOSA, 2022). Não seria exagero dizer que o PT e o Movimento LGBTQIA+ em boa medida foram se constituindo de maneira mútua, ainda que os conflitos e as dificuldades de uma compreensão alinhada sobre exploração e opressão permeasse essa relação e impusesse limites para uma política de alianças mais avançada.

3.3.1. Do Núcleo à Secretária: a evolução organizativa das LGTQIA+ no PT

Como mencionamos, desde a fundação já existiam indivíduos LGBTQIA+ compondo as fileiras do partido. No entanto, foi a partir da construção do Núcleo de *Gays e Lésbicas do PT (NGLPT)* na cidade de São Paulo que a questão começa a configurar como parte da sua estrutura interna. Isso permitiu, ainda que de maneira inicial, garantir alguma densidade para a temática da diversidade sexual e de gênero em um sentido organizativo.

Feitosa (2022) argumenta que os núcleos temáticos, tal como o NGLPT, tiveram grandes dificuldades para se consolidarem à nível nacional de modo coordenado e coeso. A existência desses núcleos esteve restrita há algumas poucas localidades e ocupavam uma posição marginal dentro do partido. Essa condição, embora limitada para incidir de maneira mais decisiva dentro do PT, não impediu que o NGLPT tivesse uma atuação destacada no município de São Paulo no que tange a rearticulação do movimento LGBTQIA+ na década de 1990 (SANTOS, 2016a) após o período de profunda crise sanitária acarretada pelo crescimento da epidemia de HIV/AIDS, afetando fortemente a comunidade LGBTQIA+, alvo de estigmatizações e de preconceitos relacionados à propagação do vírus e ao crescimento da doença. Além de se tornar um espaço de referência e de acolhimento para a militância LGBTQIA+ do PT (FEITOSA, 2022).

Ao longo da década de 1990 o PT vai se consolidando gradualmente como um partido que ocupa uma posição central nas grandes disputas políticas nacionais. Um dos principais reflexos disso está no protagonismo petista nas eleições para o Executivo nas esferas estaduais e também na esfera federal. Ao passo que o partido cresce e obtém

resultados eleitorais positivos, novas necessidades e demandas organizativas emergem. “Paulatinamente, o movimento LGBTI+ estava se encaixando institucionalmente na estrutura partidária petista (FEITOSA, 2022. p. 197). Uma mudança de patamar ocorreu com a transformação dos núcleos temáticos em setoriais de alcance nacional para LGBTQIA+, mulheres, negritude e outros segmentos temáticos de marcadores sociais. A atuação das setoriais esteve acompanhada de Encontros periódicos que possibilitavam a construção de alinhamentos e diretrizes formuladas para as atuações políticas nas regiões, estados e localidades onde o partido estava inserido (FEITOSA, 2022).

Um outro elemento fundamental que se relaciona com as mudanças internas do partido se deu com a vitória petista para o governo federal nas eleições de 2002 e as sucessivas reeleições. Assumir o Executivo trouxe uma animosidade extra que permitiu ao partido implementar programas e políticas estatais oriundas dos debates promovidos pelo movimento LGBTQIA+ e que resultariam em propostas concretas, a exemplo do “Brasil Sem Homofobia”, o primeiro ensaio propositivo para enfrentar o problema da discriminação e do preconceito dirigido contra a população LGBTQIA+. O programa foi concebido com três linhas de ações centrais: apoio aos projetos de instituições públicas e não-governamentais que promovessem a cidadania LGBTQIA+ e/ou o combate à LGBTfobia; capacitação formativa na área de direitos humanos para as lideranças de entidades ligadas à causa e disseminação de informações relativas aos direitos da comunidade, encorajando denúncias de casos de violência. A agitação política pôde ser mobilizada para finalidades programáticas, sendo transportadas para iniciativas governamentais concretas, tal como o “Brasil Sem Homofobia” e outras políticas nesse sentido. O estreitamento dos laços com a institucionalidade serviria para fomentar as ações governamentais em curso (FEITOSA, 2022).

O PT possui uma relação histórica com o movimento LGBTQIA+ que favorece o diálogo e aponta para uma abertura gradual em relação à pauta, desde a sua fundação que contou com a presença de militantes LGBTQIA+ nas suas bases, passando pelo núcleo temático e pela formação da setorial, estruturada nacionalmente. A existência de uma base militante engajada na luta pelos direitos LGBTQIA+ trouxe um efeito positivo para o partido. Oliveira (2012) ao mapear ações legislativas sobre essa pauta identificou que dentre as proposições de leis favoráveis à comunidade entre 1995 e 2011 no Congresso Nacional, o partido que somou mais assinaturas em defesa desses projetos foi o PT, com 38 assinaturas. Vinte assinaturas a mais que o segundo colocado, o PMDB (atual MDB) com 10, seguido do PV com 9 assinaturas, do PDT com 7 assinaturas e do PSDB com 6

assinaturas³⁷. Trouxemos esses dados para ilustrar o papel do movimento LGBTQIA+ nessas disputas, indicando a relevância da sua incidência no interior do PT. Contudo, isso explica apenas uma parte desse enredo. Outras questões emergiram principalmente a partir da segunda década já sob o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, trazendo novos desafios, novas tensões e contradições para dentro do governo petista e também para dentro do próprio partido, tornando essas relações ainda mais complexas.

Feitosa (2022) explica que, em razão do PT ter ascendido ao governo federal, a relação da militância LGBTQIA+ com a direção do partido, com as LGBTQIA+ não-petistas e membros do governo em geral tornaram-se algo extremamente melindroso. Pois, a partir da condição de governo os petistas necessitavam equilibrar suas posições tanto em relação com a sua base como também em relação a parcelas de seus aliados conservadores na Câmara dos Deputados e no Senado. Os posicionamentos ambíguos do PT que, ora sinalizava com apoios internos e externos para as pautas LGBTQIA+, ora acenava para os aliados conservadores que possuíam divergências profundas em relação às demandas de direitos reprodutivos e de direitos em favor da diversidade sexual e de gênero promoveram inúmeras insatisfações que recaíram sobre os ombros da setorial LGBTQIA+ que, por vezes, se encontrava encurralada entre defender a estratégia conciliatória do partido, de um lado, e lidar com as contradições do governo e as críticas advindas do de outras frações do movimento LGBTQIA+, além da oposição de esquerda e sua postura questionadora mais contundente para com o governo.

Talvez o episódio mais emblemático que agitou os debates e a opinião pública no início da década passada e que serviu para tensionar o governo do PT tenha sido a polêmica sobre o famigerado “Kit Gay”. Aquilo que inicialmente seria uma política pública educacional promovida pelo Ministério da Educação (MEC) para formular materiais pedagógicos voltados para combater a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia nas escolas se tornou uma pauta que mobilizou a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), apoiada em um discurso com forte teor de pânico moral, para pressionar a então presidenta Dilma Rousseff (PT) para impedir a implementação dessa medida. As chantagens surtiram o efeito esperado pela FPE e aquilo que poderia ser uma política pública foi suspensa e logo em seguida, Rousseff fez um pronunciamento no qual alegou que seu governo “não faria propaganda de opção sexual” (SANTOS, 2006a;

³⁷ Seguramente esses dados foram modificados, pois ao longo da segunda década do século XXI outros partidos e atores políticos entraram em cena para defender mudanças legislativas a favor das pessoas LGBTQIA+.

FEITOSA, 2022). A repercussão dessa declaração soou de maneira extremamente negativa tanto entre o movimento LGBTQIA+ e setores progressistas da sociedade como também desagradou profundamente a base militante do PT, gerando duras críticas por parte da setorial LGBT que questionou publicamente o governo alegando que o mesmo não poderia ser permanentemente refém dos setores conservadores do Congresso Nacional (SANTOS, 2016a). Uma militante do PT enfatizou os efeitos desse episódio envolvendo a ex-presidenta Dilma Rousseff

Então essa concepção e essa narrativa construídas para a sociedade com o kit gay e outras coisas a esquerda errou. Por exemplo, no momento que achou que o melhor caminho era não responder. Quando ela se recusa a enfrentar, ela cede. Então no governo Dilma a gente virou uma moeda de troca, a gente não vai aprovar o orçamento do governo. A gente não vai fazer isso. A gente vai fazer aquilo. Então a esquerda achou que não tinha necessidade de responder ou fazer um enfrentamento mais profundo na sociedade ou reforçar quem já estava fazendo o debate, acabou contribuindo para esse contexto atual. (Anônimo, 44, PT-DF)

Essa interpretação não foi isolada, mas sim um reflexo de uma autocrítica compartilhada por mais membros LGBTQIA+ que enxergavam os perigos e as armadilhas colocadas pela omissão do debate sobre os direitos da população LGBTQIA+ e como isso repercutiria entre os segmentos conservadores da política e da sociedade brasileira.

Esse caso, por exemplo, serviu para gerar uma grande visibilidade para o então deputado Jair Bolsonaro, filiado ao PP naquele período, que se lançou em uma cruzada moral contra as pautas do movimento LGBTQIA+ de maneira geral. O parlamentar buscou polemizar com a pauta “escola sem homofobia” para desgastar o governo petista e aumentar sua popularidade entre os setores conservadores da sociedade brasileira.

Desse incidente é interessante observarmos como a difícil postura de enfrentamento da setorial do PT contra a posição do governo foi coerente com a agenda de direitos pró comunidade LGBTQIA+ e serviu para demonstrar a relevância da própria setorial como um instrumento preocupada em promover uma prestação de contas com aqueles sujeitos que esses mecanismos buscam representar (FEITOSA, 2022), na ciência política esse fenômeno tende a ser descrito como uma dinâmica de *accountability* e tem o efeito de pautar criticamente governos e partidos de modo a estreitar os laços que conectam representantes e representados (OLSEN, 2018).

Podemos dizer que em termos de estrutura partidária, o Partido dos Trabalhadores avançou para a formalização de uma esfera de novo tipo para a representação do segmento

LGBTQIA+, a criação da Secretária Nacional. Em relação à dinâmica interna, as secretarias apresentam algumas vantagens em relação aos setoriais. Ela garante uma cadeira na Executiva Nacional e facilita a comunicação com os membros que dirigem o partido. Além disso, a Secretaria acessa recursos de financiamento para organizar as suas atividades (FEITOSA, 2022). Essa questão aparece novamente pela percepção de uma referência do partido em relação à pauta LGBTQIA+

eu vou reforçar, acho que a criação da secretaria deu uma outra finalidade, porque a gente deixou de estar no bojo de alguém que falava por todos nós na Secretaria de movimento popular com dezesseis, dezoito temas. E quando a gente passa a ter voz própria relação é outra como é que eu vou dizer que a relação é outra? Por exemplo, passamos a ter acesso ao fundo eleitoral partidário. (Anônimo, 44, PT-DF)

Esse salto a mais na institucionalidade além da garantia de voz na Executiva Nacional, principal instância diretiva do PT e da garantia de acesso à financiamento por meio do fundo partidário, possibilita que um/uma militante seja liberado/a para formular teoricamente e construir encontros e outras atividades políticas centradas na questão LGBTQIA+, o que representa um ganho político interno de curto, médio e longo prazo, justamente por criar as condições para que haja acúmulo teórico e potencializar a elaboração de políticas públicas em consonância com as demandas dos sujeitos. Assim como fortalece as discussões para ampliar a representação desse segmento por meio das candidaturas.

Uma outra questão que consideramos importante abordar, em acordo com o que Feitosa (2022) apresenta, diz respeito à conjuntura política em que a Secretaria Nacional LGBT é criada³⁸. O cenário de acirramento político intensificado após o golpe de 2016³⁹ que resultou no controverso *impeachment* de Dilma Rousseff um ano antes é parte substancial tanto do papel das forças políticas conservadoras que romperam com o PT e apoiaram o golpe, evidenciando a natureza do viés conservador que mobilizou essas forças pelo *impeachment*, quanto pela própria percepção da militância que enxergava como necessária ocupar um espaço de representação junto à Executiva Nacional para fomentar o debate sobre o assunto e determinar direcionamentos de alcance nacional (FEITOSA, 2022).

³⁸ É o nome oficial adotado para a Secretaria desde o 6º Congresso Nacional do PT, ocorrido em julho de 2017. Ver FEITOSA, 2022, p. 203.

³⁹ Não existe consenso em relação a esse processo nos estudos da Ciência Política. Não pretendemos abrir uma janela de discussão sobre isso, mas partimos da ideia de que esse processo carece de legitimidade e está repleto de circunstâncias que operaram fora de um padrão de normalidade democrática

3.3.1. As metamorfoses estatutárias e programáticas do PT: da fundação ao governo

Dedicamos uma atenção nesse momento para analisar os documentos oficiais estatutários que organizam e estruturam o Partido dos Trabalhadores, o programa político e outros documentos-sínteses do período da sua fundação, os planos de governo desde o segundo mandato do governo Lula, que teve início em 2007 após a vitória no pleito do ano anterior até as propostas da última eleição ocorrida em 2022. Essa opção pelo segundo mandato tem a ver com o efeito comparativo no qual nos propomos a compreender, haja visto que o PSOL entra nas disputas presidenciais como oposição de esquerda a partir de 2006, quando concorreu pela primeira vez. Entendemos que essa largada em comum favorece nossas análises comparadas e dialoga com uma conjuntura na qual esse debate em torno das políticas sexuais e de gênero começam a ter, ainda que de forma mais incipiente, mais visibilidade pública na política brasileira.

Em relação aos estatutos, documentos responsáveis por estabelecer as diretrizes políticas e estruturar a dinâmica organizativa em suas distintas instâncias e segmentos, pudemos observar que o Partido dos Trabalhadores experimentou algumas mudanças, ainda que muito tímidas ao longo do tempo, em relação à incorporação de uma agenda em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+. No estatuto de 1995 não há nenhuma menção direta sobre essa questão que indicava, naquele período, um compromisso político referente ao tema da diversidade sexual e de gênero⁴⁰.

Entretanto, o estatuto seguinte, aprovado e publicado em 2001, no seu décimo quarto artigo explicita que é uma obrigação do membro filiado enfrentar qualquer tipo de manifestação de discriminação dirigida à grupos minoritários, seja por etnia, raça, gênero, orientação sexual ou pessoas portadoras de alguma necessidade especial. A inserção do combate às discriminações revela uma atenção dada pelo partido e o conjunto de sua militância para a existência de diferentes formas de opressão existentes na sociedade. Outro aspecto a ser destacado no documento refere-se às mudanças relativas aos objetivos dos Núcleos de Base, que passaram a ser concebidos como espaços de agrupamento de militantes que se reúnem coletivamente por segmentos: local de moradia, categoria profissional, movimento social, local de trabalho, temas, círculos de estudo, grupos

⁴⁰ Ver PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**, 1995. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-22-12-1995-resolucao-tseno.1996/@@download/file/estatuto-do-partido-de-22.12.1995-resolucao-tse-no-19530.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

temáticos, clubes de discussão e outras atividades afins. A incrementação de novos eixos de organização concebidos para os NB's abre a possibilidade, principalmente nos eixos "temas" e "grupos temáticos", de núcleos dedicados às discussões sobre gênero e sexualidade. Ainda que sutil, a ampliação do sentido dos núcleos representou uma mudança na estrutura organizativa do PT⁴¹.

Em termos de transformação estatutária, podemos afirmar que as mudanças mais significativas estão expressas no Estatuto de 2017, aprovado após a realização do 6º Congresso Nacional do PT⁴². Dentre os estatutos já elaborados, percebemos que o último traz alterações a miudamente significativas. Por exemplo, ao longo de todo o texto há uma nítida preocupação em utilizar uma linguagem de gênero inclusiva, que menciona "filiadas e filiados". E outras alterações, digamos, mais robustas como é o caso da criação da Secretaria Nacional LGBT, que representou um salto na hierarquia e nas capacidades organizativas do partido ante à questão LGBTQIA+, anteriormente restrita ao setorial (FEITOSA, 2022).

De acordo com o próprio estatuto, em sua versão atualizada, e com as análises de Feitosa (2022), a existência de uma Secretaria Nacional garante um acento na Direção Executiva Nacional do partido com direito à voz. Essa institucionalização coloca a figura responsável pela Secretaria em contato direto com os/as dirigentes nacionais do partido, o que tende a facilitar o diálogo sobre a pauta com as pessoas que ocupam a instância deliberativa mais importante. Por outro lado, a existência de uma Secretaria permite o acesso a uma parcela dos recursos financeiros do partido que estão disponíveis. Além de destacar um militante para executar as tarefas e organizar atividades políticas que tratam dessa temática.

Após a realização do 6º Congresso, o PT deu início a uma série de encontros dos setoriais e das secretarias setoriais para avançar internamente com as discussões de natureza temática⁴³. Essas atividades políticas foram substanciais para que o partido aprovasse no ano seguinte, em 2018, uma resolução reconhecendo a visibilidade de

⁴¹ Ver PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**, 2001. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-11-3-2001-resolucao-tseno.2002/@/download/file/estatuto-do-partido-de-11.3.2001-resolucao-tse-no-20965.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

⁴² Ver PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**, 2017. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/03/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

⁴³ Disponível em: <https://pt.org.br/entenda-o-que-sao-e-como-funcionam-os-setoriais-do-pt/#:~:text=Os%20setoriais%20e%20as%20secretarias%20setoriais%20ajudam%20o%20PT%20a,governos%20e%20de%20projetos%20partido%20C3%A1rios>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

travestis, mulheres e homens trans e permitindo que estas e estas passem a ocupar uma parte da reserva de vagas destinadas às cotas partidárias de gênero⁴⁴.

A importância de analisar documentos oficiais para os nossos objetivos de pesquisa reside na atenção dada às temporalidades distintas e aos contextos históricos de sua elaboração para que seja possível apreender tanto as características da época de suas formulações quanto para acompanharmos as mudanças trazidas pelo processo histórico em curso. Por exemplo, ao investigarmos o programa político do PT⁴⁵, o Manifesto de Fundação⁴⁶ e a Carta de Princípios⁴⁷ percebemos a inexistência de uma inserção programática às lutas e aos direitos da população LGBTQIA+ ao longo destes documentos. Vale destacar que o Manifesto traz uma ligeira passagem sobre os desafios enfrentados pelas mulheres, negros e indígenas brasileiros, mas pouco desenvolvido. Essas ausências podem ser explicadas em parte pelo legado do movimento socialista do século XX que adotou acriticamente as posições refratárias das experiências russa, chinesa e cubana, que enxergavam a homossexualidade como um desvio burguês e um “comportamento” antirrevolucionário (ARRUZZA, 2019; WOLF, 2021). Essas ideias impactaram os partidos e movimentos populares ascendentes na América-Latina, influenciando na formação de uma cultura política que reproduzia largamente a homofobia e o heterossexismo em suas práticas e discursos (GREEN, 2003).

Se os documentos que remetem ao nascimento do PT enquanto organização política pouco ou nada produziram em relação aos direitos LGBTQIA+ e as lutas do movimento social. É necessário acompanharmos a evolução desse debate sob um outro recorte, que indica modificações na forma como o PT lidou com as questões de gênero e sexualidade ao longo do século XXI. Dessa forma os programas de governo trazem indicativos pertinentes e revelam uma atualização do tema no partido.

O programa de governo lançado em 2006, intitulado “Lula Presidente” versa sobre as propostas governamentais para a reeleição de Lula. Estão divididos em diferentes eixos temáticos, tais como: combate à exclusão social, pobreza e desigualdade; crescimento econômico e distribuição de renda; educação, cultura, ciência e tecnologia; Direitos

⁴⁴ Disponível em: [Executiva Nacional do PT aprova resolução sobre cidadania LGBT | Partido dos Trabalhadores](#). Acesso em 18 de janeiro de 2024.

⁴⁵ Ver BRASIL. **Partidos Políticos Brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias**, 2014b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508139/001003807.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

⁴⁶ Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

⁴⁷ Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

Humanos; Segurança Pública; Reforma agrária e política agrícola, Saúde; Turismo; Infraestrutura; Desenvolvimento Regional; Meio Ambiente; entre outros eixos.

Na parte dedicada ao combate à exclusão social, pobreza e desigualdade o documento menciona a continuidade de medidas voltadas explicitamente para o enfrentamento à homofobia, ao racismo e a violência de gênero e outras desigualdades. Contudo, essas declarações de combate às diferentes formas de opressão seguem subordinadas exclusivamente à política de Direitos Humanos, segundo o programa. Entretanto, há uma seção exclusiva dedicada à promoção da cidadania LGBT com indicativos de desenvolvimento e aprimoramento de ações em defesa da cidadania e dos direitos da comunidade. O documento ainda cita o programa Brasil sem homofobia, implementado em 2004 durante a primeira gestão de Lula à frente do Executivo, e fala abertamente em políticas afirmativas e do incentivo público à participação da I Conferência Nacional de políticas para a população LGBT. Na parte dedicada à educação, o texto traz uma vaga referência ao combate as discriminações como parte das políticas educacionais. Porém, o machismo, a homofobia e o racismo sequer são explicitamente citados nessa seção⁴⁸.

O documento seguinte, denominado “13 compromissos de Dilma Rousseff” é a referência que orientou as diretrizes para o primeiro mandato daquela que viria a ser a primeira mulher eleita para a presidência na história da república brasileira. Diferente do programa anterior, este tem características mais panfletárias. O texto é muito resumido e as propostas se apoiam demasiadamente na ideia de continuidade, haja visto que o PT buscava emplacar um terceiro mandato consecutivo. Todavia, o que poderia significar um avanço político para a agenda LGBTQIA+ graças a uma terceira vitória eleitoral não acontece. O que se constata é um recuo em relação ao programa de governo do quadriênio anterior com a exclusão da agenda LGBTQIA+, assim como a retirada de qualquer trecho sobre a pauta racial e a pauta de gênero⁴⁹.

A exclusão das pautas de diversidade sexual e de gênero da plataforma de campanha antecipou o que viria a acontecer com o governo Dilma. A FPE elevou o tom das críticas ao governo principalmente em relação às pautas LGBTQIA+ e dos direitos

⁴⁸ PT. **Lula Presidente – Plano de governo 2007/2010**, 2006. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wpcontent/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf. Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

⁴⁹ PT. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**, 2010. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Programa-degoverno-presidencia_2010.pdf. Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

reprodutivos, pressionou a presidenta Dilma Rousseff para bloquear essa agenda nas instituições ligadas ao Poder Executivo, tanto foi que o projeto que buscava orientar a formação educacional para enfrentar a homotransfobia nas escolas saiu de cena, o que representou uma derrota política para os campos progressistas e colocou a presidência sob um cerco dos setores conservadores do Congresso Nacional (SANTOS, 2016a; FEITOSA), além de causar constrangimento e indignação à sua própria base política que optou por criticar publicamente o governo ao sair em defesa das bandeiras do movimento LGBTQIA+⁵⁰.

As eleições de 2014 seriam marcadas pelo acirramento da disputa com o campo da direita, encabeçada pelo PSDB na figura do candidato Aécio Neves, candidato derrotado naquelas eleições, e pelas Jornadas de Junho de 2013 fato político de muita relevância, pois abriu uma conjuntura política marcada por fortes questionamentos à política institucional, os partidos políticos e suas capacidades de representação fragilizadas. O que significou, nas palavras de Fernandes (2019) um interregno, sintoma principal do que a autora compreende como uma crise de práxis que assola as esquerdas de maneira ampla, pois

A esquerda foi incapaz de conceber, com sucesso, uma “vontade coletiva orientada para um horizonte comum devido à fragmentação das multidões e à sua própria fragmentação. O cenário de despolitização, pós-político e ultrapolítico, deu o tom da complicada relação das multidões com as contradições da realidade material brasileira. (FERNANDES, 2019, p. 99).

A plataforma de campanha para a reeleição de Dilma Rousseff (PT) se mostrou ainda mais recuada que os planos anteriores ao não apresentar propostas concretas para enfrentar a desigualdade e a opressão heterossexista. O que o documento manifesta é uma rápida menção à defesa dos direitos humanos e contra todo tipo de discriminação de raça, cor, credo, orientação sexual ou identidade de gênero (FEITOSA, 2022).

A crise política se intensificou profundamente nos anos seguintes e as forças políticas conservadoras e neoliberais se lançaram em uma espécie de ofensiva para interromper a gestão de Dilma Rousseff, lançando mão de um polêmico e controverso processo de *impeachment*, que dada a sua fragilidade jurídica foi tratado pelas esquerdas

⁵⁰ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/30/interna_politica,230848/integrada-carta-aberta-a-presidente-dilma-rousseff.shtml. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2014/7/2/para-evitar-recuo-setorial-lgbt-envia-carta-dilma-rousseff-9693.html>. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/carta-a-presidente-dilma-setorial-nacional-lgbt-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

e por parte da intelectualidade como um golpe parlamentar desferido contra a presidenta eleita pelos procedimentos democráticos constitucionais e servindo como um episódio chave que comprometeu as bases da democracia brasileira. Para Ballestrin (2018), o cenário político brasileiro pós-junho de 2013 e pós-golpe de 2016 conduziram o Brasil a um contínuo processo de desdemocratização “com a radicalização do anti-humanismo contra a vida dos outros” (BALLESTRIN, 2018, p. 160). Esse processo de “demonização do outro”, dos ditos “inimigos da nação” encontra resquícios concretos no passado. Embora estivesse inserido em um contexto de acontecimentos políticos e de uma configuração de forças políticas completamente distintas daquelas existentes no Brasil contemporâneo, Marx (2011) já expunha a questão de como reacionários e conservadores na história recorrem insistentemente à família, à religião e à ordem para se contrapor às insurreições populares e às visões de mundo progressistas, tal como foi em de junho de 1848.

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “*inimigos da sociedade*”. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “*propriedade, família, religião, ordem*”, instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: “Sob este signo vencerás!” (MARX, 2011, p. 36).

E prossegue afirmando que

Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. (MARX, 2011, p. 37).

As mudanças abruptas na conjuntura brasileira aceleraram a dinâmica social da luta de classes e reposicionaram os campos políticos para um novo cenário de disputa, tendo a direita assumido uma postura cada vez mais radicalizada. O impedimento operado contra Dilma Rousseff e o PT ocorreu em meio aos inflamados discursos da crescente oposição “em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem” (MARX, 2011, p. 37). Uma nítida repetição farsesca da nossa tragédia histórica, parafraseando a célebre introdução de Karl Marx que inaugura *O 18 brumário de Luís Bonaparte*.

Ballestrin (2018) chama a nossa atenção para o fato de que

O Brasil demonstrou ao mundo que as agendas neoliberal e neoconservadora, quando contrariadas e aliadas, são capazes de produzir uma ruptura democrática com aparência democrática. A acomodação de candidatos presidenciais potencialmente neofascistas em cenários pós-democráticos escancara definitivamente o maior limite da democracia

representativa liberal ocidental em um registro colonial e colonizado. O ensaio de *welfare state* à brasileira foi engolido pela racionalidade neoliberal conjugada à racionalidade neoconservadora que elegeu Jair Bolsonaro (PSL) com quase cinquenta e oito milhões de votos nas eleições presidenciais de outubro de 2018. Apesar da idoneidade do pleito, a interdição do debate democrático foi a principal marca do contexto da campanha eleitoral, além da prisão em abril de 2018 do candidato com maior intenção popular de votos – Lula (PT). (BALLESTRIN, 2018, p. 160).

O artigo da autora descreve o cenário cuja primeira derrota foi imposta ao petismo, por vias eleitorais, desde que o partido assumia a presidência pela primeira vez em 2003. Desviamos um pouco da rota porque julgamos como necessário o resgate do processo histórico recente para entendermos como se deu o teor da disputa entre as esquerdas contra uma nova direita, radicalizada e com viés notoriamente autoritário e neoliberal. Pois, não possível desassociar os acontecimentos políticos da conjuntura com as propostas presentes no programa de governo de Fernando Haddad para 2018.

Ao se tratar de políticas públicas concretas, o plano de governo foi o mais avançado em um sentido de ampliação e de reconhecimento da cidadania LGBTQIA+. O programa assume uma posição salutar na defesa ao “direito à vida, ao emprego, e à cidadania LGBTI+, com prioridade para as pessoas em situação de pobreza” (PT, 2018, p. 21). Pela primeira vez classe, gênero e sexualidade são concebidos de modo articulado (ARRUZZA, 2015) em um plano de governo do PT. Outro ponto importante que o plano aborda, diz respeito à proposta de criação de uma rede de enfrentamento à violência, atenção à saúde integral e políticas educacionais de inclusão para a população LGBTI+. Ou seja, o plano sai de uma perspectiva restrita aos direitos humanos e sinaliza, ainda que de modo inicial, para uma perspectiva de maior transversalidade com outros eixos e pastas de atuação governamental⁵¹.

Por fim, temos a proposta de política pública mais propositiva, a nacionalização do “transcidadania”, uma política pública instituída no município de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad (PT) entre os anos de 2013 e 2016, que objetiva “oferecer bolsas de estudo a pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade para concluírem o ensino fundamental e médio, articulado com formação profissional” (PT, 2018, p. 21)⁵². Por hora, vamos encerrar a discussão sobre programas e planos de governos petistas para darmos sequência às análises sobre a temática da diversidade

⁵¹ PT. **Povo Feliz de Novo – Plano de Governo 2019/2022**. 2018 https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf.pdf. Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

⁵² Ver FEITOSA, 2022, p. 145.

sexual e de gênero nos demais partidos que estão definidos como objetos deste estudo – o PSOL e o Pcdob. Pretendemos retomar as discussões sobre o PT na subseção que aborda os três partidos aqui estudados ao final do capítulo, analisando-os comparativamente.

3.4 O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE E A QUESTÃO LGBTQIA+

O Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, foi fundado em 2004 por um grupo de parlamentares dissidentes do Partido dos Trabalhadores, PT. A formação de uma nova agremiação partidária resultou de um acúmulo crescente de divergências entre esse grupo e a direção do PT que vinham se arrastando desde antes da vitória petista para chefiar o governo federal em 2002. Para citarmos alguns eventos que ilustram o “racha”, temos: as posições contrárias de Heloisa Helena, então Senadora pelo PT de Alagoas, à indicação do empresário mineiro José Alencar (PL) para compor a chapa como vice-presidente, à escolha de Henrique Meireles para presidir o Banco Central (BC) e ao apoio dado pela Direção do PT à José Sarney (PMDB) para a presidência do Senado (CPDOC-FGV, 2009b).

Juntamente com Heloísa Helena, outros/as parlamentares, tais como: Luciana Genro (RS), João Batista Araújo, o Babá (PA) e João Fontes (SE) também abriram confronto com o governo Lula em razão da PEC da Reforma da Previdência aprovada em 2003, da política econômico conduzida por Antônio Palocci, então Ministro da Fazenda, entre outras medidas adotadas pelo governo e que desagradava os parlamentares. Esse conjunto de divergências resultaram na expulsão do grupo sob alegação da Direção do PT de que estes feriram o código de conduta do partido e não se comportaram de maneira correspondente à disciplina partidária. Após as expulsões, o pequeno grupo recebeu apoio público de intelectuais marxistas insatisfeitos com postura do PT e a forma como o imbróglio havia sido encaminhado (CPDOC-FGV, 2009b)⁵³.

O PSOL nasce em um período em que as discussões acerca da diversidade sexual já faziam parte da cultura política da sociedade e de uma maneira mais amadurecida do que no período de fundação do PT, por exemplo. O PT, partido do qual os integrantes que fundaram o PSOL vieram, carregava um acúmulo relacionado às demandas do movimento LGBTQIA+, pois já possuía a experiência organizativa do NGLPT, tinha realizado a 1ª Plenária Nacional de Gays e Lésbicas do partido e já pavimentava o

⁵³ Estas informações estão disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialismo-e-liberdade-psol>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

caminho de construção do Setorial Nacional LGBT, vinculado à Secretaria de Movimentos Populares (FEITOSA, 2022). Ou seja, em dimensões relacionadas à temporalidade de cada organização, o PSOL herdou uma série de debates que já estavam colocados na sociedade, pois a massificação das Paradas do Orgulho já estava em curso e em vias de consolidação enquanto um evento de referência para o conjunto do ativismo LGBTQIA+. Na perspectiva do movimento social, a visibilidade nacional vinha em uma linha crescente com as Paradas de 1995 no Rio de Janeiro e de 1997 em São Paulo. Suas formulações políticas se nutriram diretamente desses processos sociais e políticos, influenciando a estruturação do partido tanto em termos estatutários quanto em termos programáticos. Por conseguinte, a conjunção desses fatores que mencionamos foram cruciais para que o PSOL nascesse como um partido que assume as bandeiras da diversidade sexual e de gênero.

3.4.1 Estatuto e programa: ambiguidades localizadas e limitações contextuais

Atualmente existem três versões do estatuto do PSOL, sendo a primeira versão do período de sua fundação enquanto organização, 2004. A segunda versão formulada em 2010 já no final do segundo mandato do governo Lula. A terceira e última versão publicada em 2017 no contexto pós-golpe. Buscamos analisar como as questões LGBTQIA+ se fazem presentes nesses documentos, situando as em relação aos contextos e à conjuntura em que os mesmos foram elaborados.

Primeiramente, gostaríamos de destacar que nos artigos 5º e 6º das três versões há uma conservação inalterada dos mesmos elementos.

O Partido SOCIALISMO E LIBERDADE desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário. (PSOL, 2017, p, 1).⁵⁴

⁵⁴ Para fins de conferência das informações expressas, indicamos as versões de 2004 e 2010. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-6-6-2004/@@download/file/estatuto-do-psol-de-6-6-2004.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2024. https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-1-4-2010/@@download/file/estatuto-do-psol-de-1-4-2010.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

Chama nossa atenção, de maneira similar aos apontamentos feitos por Feitosa (2022), o fato de que este trecho especial não tenha passado por nenhuma revisão e que ele acaba reproduzindo uma certa ambiguidade que não nos permite ter uma clareza se a liberdade sexual se refere às mulheres em sua existência ou às LGBTQIA+, demarcando as liberdades de orientação sexual.

O artigo 6º menciona que o partido é “solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos” (PSOL, 2017, p. 1). Porém, não explicita quais minorias ou sujeitos são objetos dessa defesa. Apesar dessas ambiguidades, no decorrer das determinações estatutárias foi possível identificar outros elementos importantes.

Uma novidade que se faz presente no Estatuto do partido de 2010 em relação ao primeiro estatuto, de 2004, diz respeito à incorporação dos setoriais à estrutura partidária (FEITOSA, 2022). Isso evidencia uma tendência comum do período. Segundo Santos (2016a), a partir de 2006 houve uma proliferação de setoriais com a temática da diversidade sexual e de gênero em diversos partidos políticos brasileiros e que acompanhou uma outra tendência que o autor também aborda, a pauta começa a decantar na sociedade, mobilizando mais a sociedade e os movimentos LGBTQIA+. A pauta passou a aparecer com cada vez mais frequência no debate público e isso reverberou nos partidos, de modo a promover essas mudanças. Do ponto de vista estatutário, a incorporação dos setoriais representou a principal alteração, se comparado ao primeiro documento.

Quanto ao estatuto vigente, aprovado e publicado em 2017, podemos algumas permanências que não condizem com a atual dinâmica de discussões sobre identidade de gênero e sexualidade. Os artigos (64 e 65) que descrevem os setoriais anunciando que os mesmos pertencem às instâncias do partido cuja atuação se dá por uma determinada área, contemplando o movimento negro, indígena, mulheres e homossexuais. Curiosamente, o termo utilizado para designar o setorial LGBTQIA+ revela-se incompatível com os debates atuais, sobretudo em relação às identidades de gênero que seguiram ignoradas na versão mais atual desse documento. Dessa forma, tendemos a concordar com Feitosa (2022) que atribui ao estatuto a condição de “obsoleto”, haja visto que este não exprime adequadamente o rumo que o tema alcançou recentemente.

Sobre o programa político do PSOL criado em 2004 e suas bases ideológicas, cabe algumas considerações. Primeiramente, é importante reiterar a questão da temporalidade,

pois, conforme já havíamos argumentado, quando o PSOL foi fundado a temática da diversidade sexual e de gênero já era parte da cultura presente do período. Segundo, no eixo 19 do programa, denominado pela “livre expressão sexual”, o PSOL se compromete em assumir a defesa da livre orientação sexual, O eixo especificado denuncia as perseguições contra lésbicas, bissexuais, *gays*, travestis e transexuais, faz referência às Paradas e defende a união civil de pessoas do mesmo sexo como política pública⁵⁵.

No entanto, algumas ressalvas devem ser feitas em relação ao programa partidário do PSOL. Embora seja importante reconhecer que o partido desde seu nascimento tenha um compromisso com a temática, alguns pontos precisam ser objetos de discussão. Há uma narrativa construída em torno do eixo que não levou em consideração as múltiplas existências das pessoas trans, recaindo naquele discurso que não distingue sexualidade de identidade de gênero. Sendo que a travestilidade, a transgeneridade e a transexualidade apareçam no texto praticamente como sinônimos da homossexualidade e da bissexualidade. Isso fica evidente com o seguinte trecho: “Contra toda e qualquer violência e preconceito contra a orientação sexual dos GLBTS” (BRASIL, 2014b, p. 325).

Outro aspecto é que a sigla que designa o movimento ainda não havia sido alterada para LGBT, dando reconhecimento e visibilidade para a luta e a existência das mulheres lésbicas e confirmando a retirada da letra “S” utilizada no passado para se referir as pessoas ditas “simpatizantes” da causa. Por outro lado, para não sermos injustos, ao final dessa parte do documento o partido demonstra abertura ao diálogo com o movimento social ao sugerir que os sujeitos incidam na construção do programa sobre o tema⁵⁶.

3.4.2 Os planos de governo do PSOL para as eleições presidenciais

Em 2006 o PSOL participou da primeira eleição presidencial após sua fundação, se lançando na disputa pelo Executivo ao lado de PCB e PSTU, a chamada Frente de Esquerda. A candidata à época, Heloisa Helena, uma das parlamentares que dissidiu do PT e contribuiu na criação do PSOL juntamente com outros parlamentares dissidentes foi escolhida para representar a chapa nas eleições de 2006. Ela se tornou a primeira presidenta da legenda e participou das eleições daquele ano disputando com Lula, candidato à reeleição pelo PT e Alckimin, candidato do PSDB.

⁵⁵ Ver PSOL – PSOL- Partido Socialismo E Liberdade BRASIL, 2014b, p. 325. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508139/001003807.pdf?sequence=1&is_Allowed=y. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

⁵⁶ *Ibidem*.

Em relação ao Plano de Governo – Manifesto da Frente de Esquerda – só foi possível localizar uma breve passagem com o seguinte ponto: “Lutamos contra toda forma de discriminação racial e sexual” (PSOL, 2006, on-line, n.p, grifo nosso). Em alusão ao racismo e à homofobia. Todavia, ao longo do plano é possível perceber um caráter de mais agitação/mobilização do que necessariamente uma preocupação centrada em propostas concretas para fazer frente aos problemas.

Semelhantemente, nas eleições de 2010 em que disputou por meio da candidatura de Plínio Arruda, o PSOL trouxe propostas reduzidas em plano de governo em caráter também marcado pela agitação e sem que houvessem orientações específicas de políticas públicas voltadas para a cidadania LGBTQIA+, apenas uma ligeira menção à luta “contra o racismo, a homofobia e o machismo” (PSOL, 2010b, p. 2). Embora tenha minimamente citado a questão da homofobia de maneira explícita, o plano de governo do PSOL para as eleições de 2010 ainda não estabelecia uma base de políticas focadas no enfrentamento ao problema, capaz de ir além da denúncia em si.

As mudanças mais substanciais nos planos de governo ocorreram a partir do lançamento da candidatura de Luciana Genro para a eleição de 2014. O plano de governo do PSOL recebeu a nomeação de “O povo acordou por mais direitos”, em uma nítida alusão às jornadas de junho de 2013. Embora, conforme as colocações de Fernandes (2019), não seja possível determinar as jornadas de junho como mobilizações que carregavam “um suposto conteúdo inerentemente progressista” (FERNANDES, 2019, p. 98), é possível enxergar o elemento progressista residindo no papel que as manifestações ocuparam no imaginário social dos indivíduos que se colocaram em mobilização no sentido de incitar as multidões a ocuparem às ruas publicizando suas insatisfações. No período subsequente, verificou-se ondas de protestos tanto à esquerda quanto à direita para disputar os rumos da conjuntura e incidir sobre a política. A autora não se propõe a rotular as jornadas de junho como progressistas ou como reacionárias. Em vez disso, sua perspectiva tende a ser mais parcimoniosa ao enxergar nesse acontecimento “uma ruptura da inércia da política promovida pela democracia representativa liberal (FERNANDES, 2019, p. 98).

O elemento “junho de 2013” em boa medida chacoalhou o debate público e trouxe mudanças de posturas internas nos partidos, forçando os mesmos a se posicionarem de maneira mais contundente sobre diversas pautas, entre elas a pauta LGBTQIA+. Em uma análise comparativa, podemos perceber uma preocupação maior em apresentar propostas concretas ao invés de se limitar em diretrizes gerais, como nos planos de governo

anteriores. Destacamos as seguintes propostas: criminalização da LGBTfobia⁵⁷; criação de um Observatório de monitoramento da homofobia; reconhecimento legal do casamento civil homoafetivo; reconhecimento da autodefinição da identidade de gênero; saúde integral para a população trans; implementação do “Escola Sem Homofobia”; capacitação de servidores públicos em diversidade sexual e de gênero para enfrentar o problema da violência institucional; revisão das políticas públicas de combate ao HIV e outras IST’s; estímulo à participação social das LGBTQIA+ por meio das conferências nacionais⁵⁸ (PSOL, 2014, p. 63-64). Tais formulações dirigidas à população LGBTQIA+ no plano de governo do PSOL para o quadriênio de 2015 à 2018 representam um amadurecimento dessa agenda ao passo em que se traduz em um conjunto de propostas que conseguem ir além das meras posições de “combate à homotransfobia” e “defesa da diversidade” para uma linha de ação mais consequente. De acordo com Feitosa (2022),

Esse avanço nas proposições do partido pode ser explicado pela força que a causa LGBTI+ ganhou após a vitória eleitoral em 2010 do Deputado Federal Jean Wyllys e após os protestos de junho de 2013. Vários militantes se manifestaram contra a presença de Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, contra os recuos morais do governo federal petista e por mais direitos. Passados os protestos, partes desses militantes se filiaram ao PSOL por identificarem no partido um espaço de afirmação dessa luta graças a visibilidade conferida pelo mandato de Jean Wyllys à pauta. (FEITOSA, 2022, p. 160).

A presença de Jean Wyllys na Câmara trouxe maior visibilidade às demandas LGBTQIA+ e do ponto de vista interno, contribuiu para fortalecer a agenda e incorporá-la com uma maturidade gradual aos aspectos programáticos da organização. Com efeito, ajudou o PSOL a se consolidar perante a sociedade brasileira como um partido politicamente comprometido com os direitos da população LGBTQIA+ e esse processo reverberou na construção do plano de governo de Luciana Genro para 2014. Segundo uma militante de referência do PSOL em Minas Gerais que corrobora com esse argumento da seguinte forma:

Eu acho que a principal dificuldade que o PSOL é que ele é muito marcado pela pauta LGBT, né? É um partido que desde quando o Jean entrou como Deputado se tornou muito marcante. Então, o partido aparece muito identificado com a pauta e justamente por isso é o partido que mais sofre ataques com relação à pauta LGBT no sentido

⁵⁷ O STF decidiu em Plenário a equiparação dos crimes de homofobia e transfobia ao crime de racismo em decisão tomada no dia 13 de junho de 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20concluiu%20nesta%20quinta,tipifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei%20do%20Racismo.>

Acesso em 21 de janeiro de 2024.

⁵⁸ Ver PSOL, 2014. p. 63-64. Disponível em: <https://issuu.com/lucianagenro5/docs/programaluciana>. Acesso em: 21 de janeiro de 2024.

da disputa social, hoje, com a Extrema direita e o conservadorismo. Mas o PSOL acaba se tornando muito marcado por isso né? Então se você pensar que desde que o Jean foi eleito em 2010, se eu não me engano, então desde 2010 sempre tiveram parlamentares assumidamente LGBT's dentro da câmara federal que também colocam a pauta em debate. (Anônimo, 38, PSOL-MG).

Jean Wyllys, por um lado, inegavelmente se notabilizou pelas discussões sobre os direitos LGBTQIA+ e isso contribuiu para que o PSOL fosse rotulado, por setores conservadores como um partido da “causa gay” em um sentido bem pejorativo. Por outro lado, seu engajamento serviu também para tensionar outras legendas de esquerda para fomentar essas discussões com suas bases. Isso é reconhecido por uma militante do PC do B

Essa efervescência política começou quando o Jean Wyllys virou deputado federal e começou a pautar dentro da Câmara as pautas da população LGBT, então isso desencadeou aquele efeito cascata dentro dos partidos que não querem ficar de fora dessa porque por um lado tem que enxergar que o tal candidato de tal partido está pautando as demandas da população LGBT e a gente precisa pautar também. A gente não vai ficar de fora. (Anônimo, 29, PCdoB-MT).

O que podemos extrair dessas percepções é que o “efeito Jean Wyllys”, nas palavras de Feitosa (2022), se traduziu em acúmulo político para as formulações e debates internos do PSOL, bem como serviu para tensionar outras legendas, principalmente as legendas do campo progressista, para amplificar suas discussões e fomentar outras candidaturas com esse perfil em suas respectivas bases.

Tendo em vista que na perspectiva das análises acerca dos planos de governo formulados pelo PSOL desde 2006, quando o partido se lançou para a sua primeira disputa presidencial até o ano de 2014, observamos um salto de qualidade significativo no momento de publicização das propostas para 2014, na campanha de Luciana Genro, em razão das prioridades definidas em conjunto com um plano de ação que elenca uma série de medidas a serem adotadas para um eventual governo liderado pelo partido e também graças à atuação do mandato de Jean Wyllys, que muito contribuiu para consolidar a pauta no PSOL como um todo.

Nesse sentido, as propostas foram desenvolvidas alcançando um novo patamar a partir do plano de governo de Guilherme Boulos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e candidato à presidência à época juntamente com Sonia Guajajara, liderança dos povos originários do Brasil e candidata à vice-presidência pelo PSOL. Uma mudança considerável em relação aos planos anteriores indica que este último, denominado de “Vamos sem medo de mudar o Brasil” em uma clara referência à Frente composta por partidos e movimentos sociais que se unificaram para constituir a

Frente Povo Sem Medo (FPSM), que Fernandes (2019) define como o campo político da esquerda radical articulada, em linhas gerais, em torno de um projeto socialista para o Brasil. Em um campo político distinto estaria a ala da esquerda moderada, que é formada por PT, Pcdob, CUT, MST e outras organizações políticas e sociais vinculadas ao campo político democrático-popular e que se articulavam a partir da Frente Brasil Popular (FBP)⁵⁹. Embora nosso objetivo imediato tem a ver com o programa, julgamos importante explicitar essas diferenciações antes de prosseguirmos na análise porque no programa existem algumas referências relativas às divergências e críticas em relação às gestões petistas no tocante aos direitos LGBTQIA+.

O plano de governo de Boulos traz uma seção específica, sob a seguinte alcunha: “Diversidade importa”. Nela estão contidas propostas de governo orientadas sob eixos variados. Em relação ao eixo “família”, há propostas que procuram rever a licença maternidade, transformando a em licença parental sem distinção por gênero ou sexo; revisão da concepção de família para os programas sociais de habitação e moradia (PSOL, 2018, p. 65). Em seguida, temos o eixo “identidade”, que traz formulações referentes ao reconhecimento e da legitimidade das identidades de gênero trans; assim como propostas voltadas para a prevenção de práticas e discursos discriminatórios; criação de um programa nacional de acolhimento, moradia e inclusão; incorporação das mulheres trans na Lei 13.104/2015, que versa sobre feminicídio; despatologização dos procedimentos transexualizadores no sistema de saúde; criação de uma rede de cuidado e atenção para a população intersexo, cabe ressaltar que pela primeira vez que uma proposta que inclui esse segmento populacional (PSOL, 2018, p.67). Outro eixo faz referência à educação, com um conjunto de medidas direcionadas ao enfrentamento da violência de natureza lgbtfóbica nas escolas, tais como: produção de material didático de formação sobre diversidade sexual e de gênero para educadores, educadoras e estudantes; reconhecimento do nome social nas escolas e utilização de banheiros que correspondem à diversidade de gênero dos indivíduos e políticas de ação afirmativa para o segmento LGBTQIA+(PSOL, 2018, p.69).

O quinto eixo “Emprego, renda e moradia” propõe criar programas nacionais de assistência, formação e capacitação para facilitar o acesso ao mercado de trabalho formal,

⁵⁹ Não necessariamente compactuamos com essas definições de Esquerda Radical e Esquerda Moderada para estabelecer definições sobre as esquerdas brasileiras. Contudo, acreditamos que era preciso explicitar as diferenças que motivaram a formação de duas frentes de esquerda, pois nos ajudam com a tarefa de entender a heterogeneidade inerente ao campo que convencionalmente é tratado como esquerda.

sobretudo para a população trans; definição de normas legais para combater o preconceito e o assédio moral nas empresas privadas e no setor público; ações afirmativas para acesso ao mercado de trabalho; campanhas de conscientização e de incentivo para a contratação de pessoas trans no mercado de trabalho; articulação de políticas assistenciais e de moradia para a população trans; realização de um levantamento de pessoas LGBTQIA+ em situação de rua; responsabilização legal de familiares que praticam abandono de membros LGBTQIA+(PSOL, 2018, p.71).

O sexto eixo é “segurança”. Nele estão contidas propostas de combate à discriminação policial por meio de capacitação dos profissionais ligados à segurança pública; estimular a criação de leis para criminalizar a lgbtfobia via Congresso Nacional (PSOL, 2018, p.72-73).

No eixo dedicado à saúde integral temos propostas relacionadas ao combate à violência ginecológica e obstétrica que atinge mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans; criação de uma política de atenção especial às trabalhadoras/es sexuais; campanhas de prevenção ao suicídio; políticas de despatologização da homossexualidade, bissexualidade e das identidades trans por meio da completa erradicação das comunidades terapêuticas; fim da proibição de homens gays e bissexuais para a doação de sangue (PSOL, 2018, p.74).

Além das propostas abordadas no documento relativas à comunidade LGBTQIA+, é possível identificar que a sigla que designa os sujeitos foi mencionada ao longo de todo o texto, não estando restrita à uma seção específica. Isso revela um olhar transversal e que considera essas múltiplas existências como uma totalidade que atravessa o programa em suas mais variadas propostas de governo. Seguramente, um sinal de avanço e de amadurecimento da pauta como um todo para dentro do PSOL.

Por fim, gostaríamos de enfatizar o compromisso do partido para com a comunidade LGBTQIA+ baseado no seguinte trecho: “Garantir a cidadania da população LGBTI como política de Estado, que jamais será relegada a um segundo plano ou negociada em troca de acordos políticos, eleitorais ou de governabilidade” (PSOL, 2018, p. 63). Uma crítica corrente do movimento LGBTQIA+ e dos partidos de oposição de esquerda endereçada ao PT é devido à sua política de alianças com atores políticos conservadores, que pressionaram sistematicamente os governos petistas para inviabilizar qualquer esforço legislativo ou de implementação de políticas públicas que atendessem os interesses da população LGBTQIA+, como ficou exemplificado no polêmico e

controverso episódio do “escola sem homofobia” durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (FEITOSA, 2022).

3.5 O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E A QUESTÃO LGBTQIA+

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) talvez seja, entre os casos aqui estudados, aquele que apresenta significativas particularidades que o distingue dos outros, PT e PSOL. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o PC do B possui uma longevidade de atuação maior que os outros dois. Por pertencer a uma temporalidade em que as principais referências, em termos de tradição política, viriam das experiências socialistas do século XX – União Soviética, Cuba e China – e das experiências de organização política estruturadas nos PC’s, a forma pela qual o partido é desenhado, os debates que o mobilizavam, além do contexto autocrático no qual o mesmo estava imerso, haja visto que um longo período de sua história política transcorreu sob a Ditadura Militar brasileira. Esses fatores trouxeram elementos que tornam as comparações complexas, indo muito além do que meras rotulações ou análises apressadas dão conta de explicar.

Antes de analisarmos os estatutos, o programa partidário e os planos de governo⁶⁰, vamos resgatar um pouco da história desse partido porque isso nos ajuda a compreender certas lacunas deixadas pela esquerda em seu caminho. Sales (2008) argumenta que, por mais que o PC do B tenha uma longa trajetória de atuação, ele “foi relativamente pouco estudado e continua a merecer mais pesquisas acadêmicas a seu respeito” (SALES, 2008, p. 508). O partido nasce a partir de uma cisão ocorrida no Partido Comunista Brasileiro, o PCB, em 1962. Segundo documento oficial do partido, tal como o estatuto vigente⁶¹, que se refere à fundação do partido em 1922 também menciona que o mesmo passou por uma reorganização em 1962 (PC do B, 2014, p. 95), o que evidencia um descompasso de narrativas acerca do seu surgimento. Contudo, Sales (2008) utiliza a dissidência como um marco para o início das atividades dessa organização que conta, atualmente, com 62 anos de atuação na história e na política brasileira.

Independentemente das polêmicas e das divergências de narrativas entre dirigentes e historiadores políticos acerca da memória do partido, de fato o PC do B tem um acúmulo considerável de experiência política. Participou ativamente da resistência ao

⁶⁰ O PC do B não apresenta um plano independente no recorte temporal que fizemos. O partido compôs os governos de 2003 em diante como principal aliado do PT, contribuindo como uma força de sustentação para os governos petistas.

⁶¹ Disponível em: <https://pcdob.org.br/estatuto/> Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

regime militar, assumindo a estratégia de luta armada, como no caso da formação da Guerrilha do Araguaia; foi uma das organizações de referência durante a redemocratização, concorrendo com o ascendente Partido dos Trabalhadores na disputa pela hegemonia do campo de esquerda; ampliou sua inserção no movimento sindical e no movimento estudantil; fez parte da coalização que elegeu Lula em 2002 e esteve presente, na condição de aliado nos governos petistas, chefiando alguns ministérios durante esse período e recebendo apoio do PT, como na ocupação da presidência da Câmara dos Deputados por Aldo Rebelo, dirigente do PC do B (SALES, 2008).

Em razão de sua longa existência, o PC do B esteve no cerne dos acontecimentos e dos debates que atravessaram a história do socialismo no século XX, das adversidades enfrentadas pelas suas experiências concretas até a chamada crise do socialismo que se abateu sobre os países que adotaram o regime e que reverberou, conseqüentemente, nos partidos de esquerda ao redor do mundo, sobretudo os PC's. Naquele momento, uma das razões que levaram à cisão no PCB se deu em relação às críticas ao stalinismo. Segundo Sales (2008)

Naquele momento o PC do B marcou posição na defesa do stalinismo e passou a qualificar todos aqueles que o criticavam como expressões do revisionismo contemporâneo. O partido ficou marcado no panorama das esquerdas pela defesa intransigente do dirigente soviético (SALES, 2008, p. 512).

Ainda em meados da década de 1960, o PC do B estreitou laços com a vertente chinesa do socialismo, tendo o maoísmo assumido centralidade nas formulações teórico-políticas do partido até a metade da década seguinte, quando após uma súbita ruptura serviu para desencadear uma série de críticas endereçadas ao PC chinês. Em relação à Cuba, houveram movimentos de aproximação e depois de 1966 um afastamento gradual pôde ser verificado (SALES, 2008).

No curso do apogeu da crise do socialismo, quando a URSS entra em colapso e o socialismo é derrotado na Rússia, o PC do B realizava seu VIII Congresso, em 1992. De acordo com estudiosos do partido, alguns fatores contribuíram para ampliar a incidência da organização na conjuntura política. Entre os fatores elencados, destacam-se: as contínuas coligações eleitorais com o PT, partido de esquerda no Brasil com maior expressão, que auxiliou o PC do B no seu crescimento e na sua inserção social. Além das relações estreitas com o PT, outro indicativo mobilizado como argumento refere-se à reorientação da estratégia que também influenciou no grau de inserção social e de crescimento partidário. As mudanças introduzidas no VIII Congresso foram decisivas

para promover uma “paulatina institucionalização de suas demandas e atuação política” (SALES, 2008, p. 523).

3.5.1 Estatutos e programa

Em uma pesquisa realizada junto ao *site* oficial do partido encontramos os estatutos que correspondem ao 11º, 12º, 13º e 14º realizados em 2005, 2009, 2013 e 2017, respectivamente. Nesses documentos foi possível identificar um avanço em termos de reconhecimento das opressões e a importância de seu enfrentamento pelo partido. Tanto o estatuto quanto ao programa passou por reformulações, indicando uma atenção do partido às mudanças conjunturais e históricas relativas às demandas por livre orientação sexual e pela livre expressão dos gêneros. Por exemplo, o programa aprovado após a realização do 12º Congresso traz a questão de que “o Estado combaterá as opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa, e a livre orientação sexual” (PCdoB, 2014, p. 113). Ainda que de modo embrionário, essa ligeira passagem traz um indicativo do papel das LGBTQIA+ no interior da organização no sentido de pautar o partido.

Esses compromissos foram reforçados durante o encontro nacional do 13º que reiterou à defesa dos direitos à livre orientação sexual em conjunto com o combate ao racismo e às desigualdades entre homens e mulheres. É importante destacar que essas resoluções foram elaboradas sob a influência direta dos acontecimentos de junho de 2013 que agitaram os debates internos no PC do B, conforme a própria resolução sugere ⁶².

Após o 14º Congresso e a versão atualizada do estatuto que corresponde a esse encontro, podemos observar, nos capítulos referentes aos direitos e deveres da militância, assim como no capítulo sobre a atuação dos comunistas nas entidades e movimentos sociais, a inclusão das identidades de gênero como um elemento novo de discussão.

Entretanto, quanto ao 15º Congresso vimos que o estatuto passou por algumas alterações, dentre elas, gostaríamos de destacar uma preocupação que se acentuou em relação aos documentos anteriores é pensar a relação do partido com os/as trabalhadores/as. O estatuto traz a questão das mulheres, da juventude e da negritude de modo mais enfatizado. Porém, a questão LGBTQIA+ é deixada de fora dessa seção, o

⁶² Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/resolucoes-aprovadas-no-13o-congresso-do-pcdob-de-2013/>. Acesso em 26 de janeiro de 2024.

que nos leva a considerar um recuo político em relação ao que se vinha construindo em termos de institucionalização de agenda⁶³.

Quando olhamos para a composição do Comitê Central do PC do B, órgão diretivo máximo do partido, logo identificamos a existência de diversas secretarias temáticas, incluindo as secretarias de mulheres, combate ao racismo, juventude, movimentos sociais, entre algumas outras. Contudo, também percebemos a ausência de uma secretaria dedicada à questão LGBTQIA+. O que foi confirmado por um membro LGBTQIA+ do partido.

Um exemplo, né assim eu descobri nessa busca que você fez comigo, eu fui instigando algumas pessoas aqui para pensar. Quem poderia ser? Descobri que não existe uma Secretaria Nacional LGBT dentro do PCdoB, né? O PCB tem uma entidade LGBT que é a uma LGBT, mas não tem uma secretaria própria, dentro do partido, nas instâncias do partido. Como tem a de mulheres e como tem a de negros. (Anônimo, 23, PCdoB-SP).

Poderíamos argumentar que o partido não consegue institucionalizar determinadas demandas, tal como o próprio PSOL, em razão de que esse perfil de institucionalização poderia se tornar objeto de uma dispendiosa disputa por parte das tendências que internamente disputam a linha política do partido (FEITOSA, 2022). Porém, isso não vem ao caso, pois se olharmos para a configuração do Comitê é possível mapear a existência de outras secretarias temáticas que possuem representação na principal instância de direção, conforme argumentamos acima⁶⁴.

3.5.2 Planos de governo e outros indicativos para a pauta LGBTQIA+

O PC do B esteve na base governista desde o primeiro mandato de Lula até o segundo mandato de Dilma Rousseff até o momento da sua destituição em 2016 com o golpe parlamentar. Após o impedimento, o partido cerrou fileiras na oposição aos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro e retornou ao governo como aliado de Lula para o seu terceiro mandato. Dada as escolhas estratégicas do partido em fortalecer uma linha política de aliança com o PT a nível nacional. O PC do B não construiu um plano nacional de governo que fosse independente ou que estivesse na condição de cabeça de chapa. Sendo assim, deslocamos nossas buscas documentais para os planos de governo

⁶³ Pcdob. Estatuto do Partido Comunista do Brasil. 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/arquivos/estatuto-pc-do-b-fev-2022/@/@/download/file/estatuto-pcdob-aprovado-fev-22.pdf. Acesso em 26 de janeiro de 2024.

⁶⁴ Disponível em: <https://pcdobdigital.org.br/cargos-partidarios/direcoes-e-diretorios>. Acesso em 26 de janeiro de 2024.

na qual a legenda esteve à frente das disputas recentes para o Executivo de alguns municípios, como é o caso de Porto Alegre-RS, Ribeirão das Neves-MG, Volta Redonda-RJ e Caucaia-CE, especificamente. Assim, analisamos as propostas afim de mapear a incorporação da agenda LGBTQIA+ em um período mais recente, haja vista as limitações bibliográficas sobre o PC do B, conforme Sales (2008) indicou. Ao investigar esses planos, podemos ter uma compreensão atualizada da questão no interior da organização.

O plano de governo para a prefeitura de Porto Alegre-RS, encabeçado pela candidata Manuela D'Ávila trouxe como propostas, a criação de um sistema municipal de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+ com o objetivo de ser uma ferramenta de irradiação e de transversalidade na elaboração de medidas governamentais nas esferas da educação, saúde, cultura, esporte, lazer, segurança e habitação de modo a articular diferentes segmentos da gestão municipal; o plano também sugere a criação de um centro de acolhimento para vítimas de LGBTfobia, a fundação de uma casa de cultura dedicada à disseminação da cultura LGBTQIA+ no município e facilitar o atendimento e a atenção à população trans, sobretudo com medidas de combate às doenças infectocontagiosas, como as IST's⁶⁵.

Em Minas Gerais, o PC do B se lançou à disputa do pleito no município de Ribeirão das Neves, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, tendo Dr. Getúlio como candidato à prefeito. Cabe ressaltar que a coligação contou com a presença do PT e do PSOL e o plano de governo recebeu o título de “A receita da mudança”. Nesse documento encontramos logo na introdução a defesa de um compromisso de campanha com a população LGBTQIA+ e outros grupos sociais marginalizados. No eixo da cultura, o texto cita o fortalecimento de projetos e editais executados por minorias sociais, além de promover ações no setor que leve os marcadores de raça, gênero e sexualidade como critério. No eixo educação, há uma proposta que consiste em reformular os planos educacionais de modo a evitar a reprodução do racismo, do sexismo e da LGBTfobia na educação municipal. Ao final do plano, fala-se da criação de um centro de referência que institucionaliza políticas públicas LGBQIA+ e que se propõe a abarcar todas as secretarias municipais de modo integrado e transversal, uma proposta semelhante ao que se verifica no plano de governo de Porto Alegre mencionado anteriormente.

Os últimos planos de governo municipal analisados foram os de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e Caucaia, no estado do Ceará. Ambos foram bem limitados

⁶⁵ Disponível em: <https://eleicoes.pcdob.org.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/11/plano-de-governo-Manuela-2020.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

em relação às demandas LGBTQIA+. Se restringiram apenas a dirigir um compromisso a esse segmento populacional no eixo de saúde sem necessariamente apresentarem medidas concretas⁶⁶.

Apesar dessas diferenças em relação aos planos municipais, vale ressaltar a participação do PC do B na elaboração do plano de governo de Fernando Haddad (PT) para 2018 e de Lula em 2022. Da mesma forma, é igualmente importante registrar que o partido deu alguns sinais de avanço com a criação da UNA LGBT, entidade criada em 2015 para atuar na formulação de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+⁶⁷. A entidade tem sido a principal referência do partido para as questões que envolvem a comunidade em termos de luta por direitos e cidadania.

3.6 OS PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE COMPARADA

Os partidos políticos de esquerda têm sido os espaços com maior potencial para ampliar a representação política da comunidade LGBTQIA+ desde os princípios de organização do movimento operário e seu combate às ideologias conservadoras e de controle dos corpos e das sexualidades lidas como dissonantes (WOLF, 2021). Entretanto, superar a reprodução de perspectivas de mundo conservadoras ainda é um desafio histórico que persiste, sobretudo para as esquerdas latino-americanas e algumas de suas organizações fundadas sobre bases de tradições políticas de vieses autoritários (GREEN, 2003). Afinal, não adianta construir ferramentas ou encaixes institucionais para dar mais porosidade à pauta das LGBTQIA+ se em algum momento isso não se traduz em aumento da representação desses sujeitos (FEITOSA, 2022).

Quando olhamos para o cenário do parlamento brasileiro, seja o Congresso Nacional ou as Assembleias estaduais e distrital, nos deparamos com uma conjuntura complexa que oferece muitas dificuldades para a ampliação da cidadania LGBTQIA+ e a garantia de direitos conectados às especificidades de suas vivências sociais. A representação desse segmento segue muito aquém do que poderia efetivamente estar contemplado. Atualmente, dos/as 513 deputados/as que compõem a Câmara apenas 4 são assumidamente LGBTQIA+, sendo elas: Duda Salabert (PDT), Erika Hilton (PSOL) – as

⁶⁶Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/CE/13730/426/candidatos/804730/5_1601083830267.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2024.

PC do B. Plano de Governo. Volta Redonda – Uma Cidade Para Todos, 2020. Acesso em 27 de janeiro de 2024.

⁶⁷ Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/10/16/unalgbt-completa-5-anos-e-lanca-manifesto-sonhar-lutar-conquistar/>. Acesso em 27 de janeiro de 2024.

primeiras travesti e mulher trans eleitas como deputadas federais, respectivamente; Dandara (PT) e Daiana Santos (PC do B). Para as assembleias legislativas dos estados e do Distrito Federal temos um total de 14 parlamentares eleitas/os, sendo oito do PSOL, três do PT, duas do PC do B e um do PDT⁶⁸. Em relação ao Senado Federal o cenário indica uma representação ainda pior, contando apenas com a presença de Fabiano Contarato (PT), reeleito em 2022 e o primeiro senador assumidamente *gay* a ocupar o posto quando ainda estava filiado à REDE. Para termos um comparativo acerca das assimetrias políticas que envolvem a questão dos direitos à livre orientação sexual e à diversidade de gênero, a Câmara dos Deputados conta com a presença de 203 deputados/as signatários da Frente Parlamentar Evangélica, entre eles alguns vinculados ao próprio PT. Esse número corresponde a aproximadamente 40% dos membros da Casa. No Senado são 26 signatários da FPE, o que representa cerca de 32% do total de senadores/as⁶⁹. Esse dado nos ajuda a entender a discrepância em relação à representação das LGBTQIA+ no legislativo e traz indícios significativos sobre as barreiras colocadas para o avanço dos direitos para esse segmento em relação à formulação de leis. Haja visto que a FPE é a principal força política que antagoniza com a comunidade, criando uma série de obstáculos para frear o reconhecimento da cidadania LGBTQIA+ nas esferas legislativas (SANTOS, 2016a).

Após nos referirmos ao panorama das lutas por diversidade sexual e de gênero na institucionalidade se faz necessário olharmos agora para os dilemas de cada um dos partidos aqui estudados afim de compreendermos as particularidades que os cercam frente à questão LGBTQIA+ de modo comparado.

O Partido dos Trabalhadores, fundado no início dos anos de 1980 durante um período de transição entre o fim da Ditadura Militar e o início da redemocratização e da chamada Nova República, foi parte crucial do acúmulo de forças provenientes das lutas de enfrentamento ao regime autoritário despontando como o principal expoente de um novo ciclo histórico em curso da política brasileira. Independentemente da vontade de uma ou outra facção de esquerda “o PT ainda é o maior representante, em tamanho e influência, da esquerda no Brasil, e continua sendo reconhecido como tal pela população” (FERNANDES, 2019, p. 133). O vínculo do partido às classes trabalhadoras existe inegavelmente desde as suas raízes de fundação até quando este assumiu o governo e

⁶⁸ Disponível em: <https://www.votelgbt.org/eleites>. Acesso em 01 de fevereiro de 2024.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>. Acesso em 01 de fevereiro de 2024.

passou a implementar um conjunto de políticas sociais redistributivas centradas no combate à fome e à pobreza, além do esforço considerável para ampliar o acesso à educação e estabilizar a economia. A base social composta originariamente por setores organizados dos sindicatos ligados aos trabalhadores industriais, dos setores de transporte, bancário, professores, trabalhadores rurais sem-terra, setores progressistas da Igreja Católica e outros segmentos do funcionalismo público apontam para a criação de um instrumento político de natureza partidária que serviria como uma espécie de unificador das lutas e da esquerda brasileira que já se encontrava fragmentada. Como uma resposta para essa fragmentação, o PT congregou a maioria de grupos que atuavam dispersamente. A esse processo que já vinha sendo observado, soma-se a formalização do direito à tendência para que o partido pudesse seguir com a proposta de ser um aglutinador de forças políticas progressistas diversas (FERNANDES, 2019).

Esse caráter incorporador de projetos de caráter progressista aproximou o PT de facções de esquerda radicalizadas que vinham desenvolvendo acúmulos na intersecção das lutas políticas e sociais, tal como o papel desempenhado pela organização trotskista Convergência Socialista (CS), que muito contribuiu interna e externamente ao PT para politizar a homossexualidade e fomentar os debates no seio do movimento LGBTQIA+ insurgente (SANTOS, 2016a).

O PT é de fato um partido de massas, conseguiu incorporar ao seu entorno diversos setores progressistas da sociedade. Contudo, a mudança mais significativa em relação à sua base social e política se deu com a ascensão ao governo. Singer (2009), ao discutir as bases do *lulismo*, argumenta que do ponto de vista eleitoral o primeiro mandato de Lula promoveu um deslocamento do eleitorado popular de baixa-renda que tradicionalmente votava em candidatos alinhados à direita, que foram atraídos para o campo da esquerda muito em razão da melhora das suas capacidades de consumo e dos efeitos das políticas redistributivas em suas vidas. Nas palavras do autor, “Só depois de assumir o governo, Lula obteve a adesão do segmento de classe que buscava desde pelo menos 1989” (SINGER, 2009, p. 90).

Trouxemos esse aspecto da base social e eleitoral petista para a nossa reflexão porque o PT, como um representante do campo da esquerda brasileira, foi e ainda é o único partido com mais condições e capacidades organizativas para chefiar o Executivo Federal, com viabilidade eleitoral para isso. Isso traz, por um lado, possibilidades de construção de políticas públicas, assim como responsabilidades específicas relacionadas aos compromissos firmados com os movimentos sociais que compõem sua base, além das

peças que votam na legenda por se identificarem, de alguma maneira, com o campo progressista do qual o PT faz parte.

Sobre a afirmação dos direitos LGBTQIA+ existem desafios da organização junto à própria militância. Assim como também existem os desafios da política institucional e aqueles que remetem à sociedade com um todo. Por ser um partido de massas, o PT precisa lidar com contradições internas que ocorrem no cotidiano de suas atividades, como a reprodução de discursos e práticas lgbtfóbicas geralmente advindos daqueles militantes identificados como heterossexuais e cisgêneros. Segundo o relato de uma liderança nacional, situações como essa ainda ocorrem

A gente já teve caso no Amazonas, por exemplo, e que depois o presidente se desculpou publicamente, percebendo que estava errado. Fez uma formação na cidade. É isso que a gente faz para dar um acompanhamento de perto e para saber como é no dia a dia (Anônimo, 44, DF).

A liderança tocou em um ponto importante acerca dos desafios internos, a criação de espaços de formação contínua junto à militância para que haja um processo educativo interno como algo permanente

Essa coisa de depender de quem está no cargo, eu acho que para mim esse é o principal problema do PT. Tem que ter uma linha política geral, obrigatória para qualquer um. Não pode ser assim, dependendo de quem está eu vou ter mais viabilidade ou menos viabilidade. Então, não podemos ficar refém de uma gestão para outra e chegar alguém que não tem o mesmo entendimento. Eu acho que esse desafio ainda existe dentro do PT. Você depende muito do comprometimento individual de quem está no espaço de poder. (Anônimo, 44, DF).

Esse compromisso reivindicado pela liderança em questão vai ao encontro da concepção de Vázquez (1977) sobre o partido se constituir como um instrumento pedagógico ao alcance da classe trabalhadora no qual os dirigentes devam criar os mecanismos de formação que transformem a consciência política da classe e que isso consiga alcançar primeiramente seus membros de maneira que esses transformem sua práxis de maneira condizente com os desafios do tempo presente, tal como o amadurecimento para com a pauta dos direitos LGBTQIA+.

Esse setor consciente e organizado ao qual cabe inculcar no resto da classe operária a consciência de sua própria missão e dirigir e organizar sua luta, eleva-se sobre os interesses imediatos para buscar o interesse geral de sua emancipação, é o Partido do proletariado. (VÁZQUEZ, 1977, p. 312).

O autor pensa o partido como um “intelectual coletivo”, sob uma perspectiva gramsciana, comprometido com a educação das massas populares. Essa tarefa invariavelmente depende do envolvimento e da criação de espaços de formação voltados para ampliar a consciência crítica de seus atores, tornando-os cada vez mais sensíveis aos

problemas sociais, como o machismo, o racismo e a lgbtfobia. Dessa forma, o Partido se coloca diretamente como um educador político, orientado por uma teoria emancipadora e uma prática emancipadora que se fundem. Entretanto, “essa penetração e essa fusão nunca devem ser encaradas como um estado já acabado, mas sim como um processo que não tem fim” (VÁZQUEZ, 1977, p. 313).

Curiosamente seu argumento caminha de maneira muito aproximada das contribuições de Paulo Freire, expoente da educação popular e referência de uma construção pedagógica centrada na práxis. Para Freire (2014)

Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanentemente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade. Desta maneira, a educação se re-faz constantemente na práxis. Para *ser* tem que *estar sendo*. (FREIRE, 2014, p. 102).

Embora o PT seja o partido, entre aqueles aqui investigados, que mais apresenta encaixes institucionais para as demandas LGBTQIA+, como é o caso da criação da Secretaria Nacional isso não necessariamente se traduz em uma prioridade (FEITOSA, 2022). As escolhas de candidaturas com esse recorte e os compromissos com uma política de alianças na qual a diversidade sexual e de gênero possuem centralidade programática estão distantes de serem colocados como algo preponderante ou determinante. Vide, por exemplo, as movimentações para coligações com outras legendas partidárias que muitas vezes se colocam como indiferentes ou até mesmo adversárias dos direitos da população LGBTQIA+, mas que não fazem diferença na hora de determinar com qual partido ou candidato se deva compor. Muito em razão de uma lógica pragmática e de cálculos eleitorais estreitos.

Esse é o principal erro dos partidos todo o partido que você pegar o Regimento, menos o PL e alguns outros, mas a maioria que você pega é um texto maravilhoso. É uma Revolução dos Direitos Humanos, você não sabe onde é que está e por que gente não vê no Brasil essa revolução toda, mas ela está lá, é um ponto contraditório na concepção de construção. Terão partidos nas alianças que não tem isso na sua diretriz de exigência, não só comprometimento com problemas, o comprometimento com a política. Então, forma um governo sem um comprometimento com as pautas, muitas vezes se tornam contratados do governo de alguém, sendo que precisa ter um condicionante de que o programa está inserido nesse debate. E aí o pragmatismo político é um problema. Problema na vida das pessoas porque esse pragmatismo de ocupar espaços é muito diferente de debate ideológico. Eu não estou falando de debate ideológico apenas, mas estou falando de vida, de pessoas. Não adianta eu falar de comida na mesa, emprego para gerar

renda e não falar em emprego para essas pessoas, não é? Falar de empregabilidade para essas pessoas se elas continuam sendo vítimas de violência doméstica em casa. (Anônimo, 44, DF).

Como uma resposta para os dilemas colocados para o PT, uma liderança da Direção Estadual de Minas Gerais aposta no incentivo à ampliação de representantes LGBTQIA+ para alterar a correlação de forças na política institucional.

E a gente precisa eleger cada vez mais construindo agora nessa eleição de 2024 para construir mais para frente para a gente ter um congresso menos conservador como a gente tem hoje e para isso tem que ter muito trabalho, não é fácil, a gente sabe que não vai ser assim. Uma ou duas eleições. Ter um processo muito longo até conseguir avançar nisso, mas eu acho que o desafio dos partidos é realmente construir candidaturas LGBT's e não apenas pessoas que defendem a pauta LGBT como era muito comum no PT. Agora temos deputados e vereadores que assumem a pauta, mas eu acho que não dá para ser assim. Acho que a pessoa tem que ser LGBT mesmo porque só ela vai entender e saber construir algo de uma forma que vai ampliar a questão dos direitos, então acho que o grande desafio é esse: nós dentro dos partidos construiremos as candidaturas, ampliaremos nossa representação, a nível legislativo nas câmaras municipais, no Congresso, nas assembleias legislativas. Ai sim, acho que teremos avançado nas pautas, sem ficar dependendo só do Judiciário para poder avançar nos entendimentos. (Anônimo, 41, MG).

Sua fala evoca a combinação de uma política de ideias com uma política de presença formulada por Phillips (2001) como uma alternativa para estimular a representação política das LGBTQIA+ e avançar na defesa dos direitos da comunidade nas esferas do Poder Legislativo, servindo como um contraponto às políticas e aos representantes políticos dos setores conservadores atuantes nesse espaço institucional.

As gestões petistas anteriores, sobretudo a partir da sua relação com as alas conservadoras do Congresso servem como uma lição a ser aprendida pelo partido de que a utilização de direitos de minorias como moeda de troca para a manutenção de uma coalizão que garanta governabilidade ou o fato de que para obter sucesso em disputas municipais e regionais com partidos que não se comprometem com tais demandas, levando à renúncia de bandeiras caras podem trazer prejuízos para o partido em específico e, principalmente, para uma parcela considerável da sociedade de sua que sente na pele as consequências da exclusão, das desigualdades e da negação parcial da sua cidadania. Contudo, o cenário que se vislumbra para o quinto mandato do PT em relação à agenda LGBTQIA+ revela uma posição demasiadamente tímida e que indica um recuo acentuado se comparado ao programa de 2018, por exemplo. Ao analisarmos o plano de governo de 2022, o primeiro documento que agrega PT, PSOL e PC do B em uma unidade eleitoral para a disputa da presidência, percebemos uma drástica diminuição das diretrizes e propostas para enfrentar a LGBTfobia, com apenas duas menções ligeiras (PT, 2022).

Isso representa para nós um indicativo de que o governo pode retomar a via da conciliação nos moldes anteriores, descritos por Fernandes (2019), sem necessariamente demarcar uma posição mais combativa acerca dos direitos LGBTQIA+ para não se indispor com os setores ligados à bancada evangélica do Congresso Nacional, segundo nosso entendimento.

Diante desse cenário que se anuncia o trabalho contínuo com as bases sociais e políticas torna-se um elemento ainda mais fundamental a ser considerado para enfrentar a hegemonia heterossexista. Sendo concebida por Toitio (2015) como uma visão de mundo que produz uma ideia sobre o sexo, o corpo e o desejo que toma a heterossexualidade como a referência sobre a qual as demais expressões e práticas sexuais são percebidas e organizadas de forma inteligível pelos indivíduos. Já a noção de hegemonia indica a forma predominante pela qual tais valores são disseminados para moldar a experiências sociais dos indivíduos no mundo.

O Partido Socialismo e Liberdade, por sua vez, guarda algumas semelhanças em relação ao PT, como o direito à formação de tendências. Quando houve a dissidência que levou a formação do PSOL ocorreram conversas com a direção nacional do PSTU, que havia deixado o PT há quase uma década antes quando estes militantes compunham a Convergência Socialista, porém as conversas não avançaram. Muito em razão da direção do PSTU ser contrária a existência de tendências (FERNANDES, 2019).

A escolha pela fundação de uma organização própria esteve relacionada ao direito de constituição de tendências como princípio organizativo elementar, com o intuito de que o PSOL pudesse ser uma organização partidária ampla e que fosse capaz de se tornar um polo aglutinador de distintas vertentes políticas em torno de um projeto comumente compartilhado, respeitando a autonomia de cada facção que, por ventura, optasse por aderir ao partido (FERNANDES, 2019). A autora argumenta ainda que essa característica é fundamental para garantir que cada tendência possa desenvolver suas linhas políticas, suas estratégias e debates sem a interferência dos grupos que participam das instâncias de direção como no caso da Executiva Nacional. Contudo, esse arranjo organizativo embora tende a fortalecer a democracia interna no partido e estimular críticas, cria as condições para que o partido tenha dificuldades de se posicionar publicamente de maneira coesa. Muitas vezes, a depender do tema político em questão cada tendência pode assumir posicionamentos distintos ou até mesmo conflitantes (FERNANDES, 2019). Isso pode contribuir para reforçar a visão de que o PSOL é um partido multifacetado pelas suas várias correntes (FEITOSA, 2022).

Por outro lado, O PSOL se diferencia do PT em dois aspectos que consideramos importantes para pensarmos como a questão LGBTQIA+ atravessa o partido. Primeiramente, porque o partido confere centralidade às reivindicações em defesa da livre orientação sexual e das identidades de gênero desde a sua fundação. Tanto é, que a participação orgânica e ativa do mandato de Jean Wyllys contribuiu para que a pauta avançasse dentro da organização e o reflexo desse acúmulo se traduziu nos planos de governo anteriormente analisados e nas representações parlamentares. A exemplo temos que o total das dezoito parlamentares eleitas para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias dos estados e do Distrito Federal a metade é filiada ao PSOL⁷⁰. Feitosa (2022) avalia que o partido é o que mais investe em candidaturas cujo recorte de diversidade sexual e de gênero é preponderante. Além da presença constante dessa questão no programa do partido e nos seus planos de governo, conforme pontuamos anteriormente. Em segundo lugar, nos chama atenção o fato de que do ponto de vista da institucionalização da agenda no partido, o PSOL é o que apresenta os menores indicadores. Alguns fatores influenciam nessa baixa incidência de institucionalização. Para Feitosa (2022), por ser um partido menor se comparado ao PT, e que, conseqüentemente possui uma bancada parlamentar menor ele tende a receber menos recursos financeiros, além de ter como característica a multiplicidade de correntes que travam fortes disputas entre si o que pode gerar dificuldades para consolidar esse processo. Estes são alguns dos exemplos relativos à baixa institucionalização da agenda no partido. Dessa forma, podemos afirmar que não necessariamente o grau de institucionalização partidária da agenda seja determinante para mensurar o grau de incorporação programática, a inserção das pautas nos planos de governo e o esforço para ampliar a representação política do segmento LGBTQIA+, haja visto que o PT, embora apresente um grau de institucionalização mais arrojado, encontra muito mais dificuldades para ampliar a representação LGBTQIA+ entre sua bancada partidária.

Embora o PSOL desponte como o partido de esquerda mais inclusivo em relação às demandas pela diversidade sexual e de gênero ele possui suas dificuldades em relação ao tema. Embora não seja determinante, o baixo grau de institucionalização implica outras questões de natureza organizativa. Conforme um dos relatos coletados na aplicação das entrevistas percebemos como isso aparece.

a gente acaba assumindo a organização do partido como todo e esquecendo um pouco daquilo que é referente à base, o central desse

⁷⁰ Disponível em: <https://www.votelgbt.org/eleites>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

processo que seria a organização dos próprios e das próprias lgbs. Então, eu vejo essa dificuldade justamente por não ter um organismo interno que consiga congregar isso de maneira organizativa para o partido. Ele existe, mas ainda é muito frágil e muito inconstante, digamos assim. Então nesse processo a gente vai precisar assumir outros papéis em outros lugares, outras demandas em outros momentos (Anônimo, 38, MG)

Em uma passagem seguinte, a pessoa entrevista contrapõe a visibilidade pública que o partido promove com as dificuldades organizativas que dificultam os processos formativos e de formulação teórica a respeito da pauta.

Então, ainda temos muitos parlamentares LGBT no Brasil e outros que são defensores da pauta LGBT. A própria Luciana ficou muito marcada por ter sido a candidata à presidência, a primeira a falar sobre transfobia em rede nacional. Ela é muito marcada, por isso. Você tem a Vivi Reis que foi deputada Federal até a última gestão, mulher, que assumiu liderança ou o David Miranda nosso ex-deputado, infelizmente falecido. Quem deu sequência ao trabalho foi a Érica Hilton, uma das primeiras parlamentares trans. Então você tem uma dificuldade também nesse processo organizativo. Acho que essa é uma das grandes dificuldades e por conta disso você também tem uma certa não priorização, que é a contradição imposta porque nós temos uma cara pública que defende. Porém, não corresponde diretamente do interno para o externo. É praticamente como um processo em que estamos apoiando, estamos construindo, estamos fazendo, mas não dá o salto. Precisa dar esse salto que a gente ainda não conseguiu dar. Então, vejo essa como uma das grandes dificuldades (Anônimo, 38, MG).

Os desafios organizativos em algum momento tendem a impor dificuldades para que o partido coletivamente avance em suas compreensões teóricas sobre o tema. A ausência de uma estrutura formal dedicada às pautas de combate à opressão traz algumas complicações, como por exemplo a não designação de um militante para centralizar a preparação de espaços de formação, organizar encontros e teorizar podem dificultar o chamado “salto de qualidade” reivindicado pela militante em seu relato. Outro aspecto apontado na entrevista tem a ver com a militância LGBTQIA+ do PSOL que de maneira geral acaba assumindo a responsabilidade por outras tarefas e isso cria dificuldades para se dedicarem às atividades e tarefas que envolvem os assuntos sobre diversidade sexual e de gênero. O partido, por vezes, convive com dificuldades para encontrar soluções para esse impasse. Na nossa visão, ainda que, como já argumentamos, a institucionalização não seja determinante para avaliarmos o nível de incorporação da agenda ou para ampliar a representação política dos sujeitos (FEITOSA, 2022), é um aspecto que pode qualificar os trabalhos internos, ainda mais em uma organização partidária que traz os recortes de gênero e sexualidade como uma dimensão constitutiva desde a sua fundação.

O Partido Comunista do Brasil, nosso terceiro e último caso, é também considerado por nós, aquela organização que possui características mais distintivas em relação ao PT e ao PSOL, no tocante à forma-partido, baseada no centralismo democrático, em detrimento das tendências que constituem um princípio organizativo basilar para PT e PSOL. Outro ponto importante é que o PC do B possui uma longevidade temporal maior que os outros dois, estando imerso nos processos políticos do Brasil desde antes da Ditadura Militar até os dias atuais. Por outro lado, O PC do B se colocou nas últimas décadas como a principal força política alinhada com o petismo, até mesmo durante os períodos de crise que levaram ao golpe parlamentar de 2016 e a ascensão da extrema-direita ao governo em 2018 (FERNANDES, 2019). Essa aproximação com o PT não se restringe às coligações, mas também diz respeito às práticas políticas adotadas em função da centralidade que a luta institucional assumiu no partido desde a realização do seu VIII Congresso (SALES, 2008) e, que condiciona uma atuação mais pragmática e mais influenciada pelo perfil das disputas eleitorais nos níveis nacional, regional e local, que caracterizam suas práticas partidárias desde a democratização, aproximadamente (FERNANDES, 2019). Os argumentos defendidos por Fernandes (2019), com quem tendemos a concordar vão em um sentido oposto ao de Reis (2007) que tende a considerar que o PC do B se mantém fiel às suas tradições desde a época da sua fundação (ou reorganização, como seus dirigentes preferem dizer). Segundo Reis (2007), o PC do B reivindica, mesmo com as devidas ressalvas feitas pelo autor a condição de ser o “principal polo *marxista-leninista* no Brasil, já que, visivelmente, é a essa tradição, articulada ao comunismo soviético e à Internacional Comunista (IC), que se vinculou e se vincula até os dias atuais” (REIS, 2007, p. 451).

É inegável que em termos de formação política, o partido ainda preserve uma orientação teórica centrada no marxismo. Porém, os documentos de formação não necessariamente caminham lado a lado com as opções estratégicas e com os compromissos e negociações que o partido estabelece politicamente com determinados setores do capital. O desafio da despolitização social característico da crise de práxis esbarra nos limites de um direcionamento que superestima o alcance da luta institucional, e desmobiliza as movimentações de massas, produzindo aquilo que a autora descreve como uma melancolia da esquerda moderada (FERNANDES, 2019).

Pudemos constatar por meio da pesquisa que boa parte das dificuldades vivenciadas pela militância LGBTQIA+ do PC do B estão relacionadas com os processos que envolvem a tradição política sobre a qual o partido se constituiu. Tanto Sales (2008)

quanto Reis (2007) explicitam o alto grau de influência que a experiência soviética exerceu sobre o partido, incluindo, segundo nossas avaliações, os retrocessos legais ocorridos após a ascensão de Stalin para com os direitos de minorias sexuais que significaram uma onda de conservadorismo moral prejudicial ao reconhecimento do heterossexismo como uma relação de poder que atinge a população LGBTQIA+, desencadeando relações desiguais (ARRUZZA, 2019; WOLF 2021). Esses processos impactaram mundialmente a esquerda e os PC's ligados ideologicamente à URSS, principalmente os PC's latino-americanos que reproduziam recorrentemente preconceitos nessa linha (GREEN, 2003).

Além dos elementos vinculados à tradição política do PC do B existem problemas que marcam a relação do partido com as lutas por diversidade sexual e de gênero que surgem por outros processos. Gostaríamos de retomar o argumento de Sales (2008), que nos lembra que as reorientações estratégicas pós VIII Congresso que definiram a centralidade da luta institucional combinada às sucessivas alianças com o PT, maior partido de esquerda do Brasil ajudaram a ampliar a inserção social do PC do B e ajudaram na estruturação interna. Contudo, essa “paulatina institucionalização de suas demandas e atuação política” (SALES, 2008, p. 523) não foram acompanhadas, como já mencionamos em um avanço teórico que compreende as vivências sociais de LGBTQIA+ como um problema estrutural da sociedade e que requer respostas das organizações de esquerda em uma perspectiva teórica mais robusta. Essa dificuldade em relação à pauta aparece em uma das entrevistas da seguinte forma:

Eu acho que uma primeira dificuldade é a dificuldade da compreensão e do entendimento das pessoas, principalmente as mais velhas do partido, que estão nas direções. É entender que a questão LGBT é a pauta que não é meramente identitária, né. Acho que enfrentar esse debate dentro do partido é o que mais aparece como um dos maiores desafios, porque é a partir desse debate que você vai levar o debate da candidatura e você vai levar o debate da própria presença dessas pessoas no partido (Anônimo, 23, PC do B-SP).

Essa questão aparece em outro relato

porque existe uma galera muito grande de esquerda que fala que a gente deveria deixar de lado essa pauta identitária, que isso prejudica, inclusive isso tem nos afastado da população sabe. Tem muita gente que diz que isso tudo é muito novo e o que mais temos tentado é justamente superar esse discurso. Quando a gente luta pela comunidade LGBT a gente está lutando pela melhora da qualidade de vida de toda a sociedade, a gente está tentando incorporar essas pautas também (Anônimo, 27, PC do B- MG).

As colocações trazidas pelos entrevistados se aproximam das problematizações evocadas por Butler (1997) quando a autora discutia sobre a pecha de rotular

determinadas lutas como “meramente culturais” ou simplesmente “identitárias”. Muitos intelectuais e dirigentes partidários vinculados ao marxismo viam os movimentos feministas e LGBTQIA+ emergentes com ceticismo. Acreditavam que tais lutas suplantariam a luta de classes. De maneira destoante, Aruzza (2019) enxerga a necessidade de dar um sentido teórico-político que aproxima os aspectos mais potentes da luta por emancipação das classes trabalhadoras dos aspectos relativos à libertação dos desejos e das identidades de gênero das amarras impostas por um capitalismo que integra e reinventa as estruturas patriarcais. Um dos desafios centrais abordados pela autora consiste em superar certas visões que dicotomizam cultura e economia, material e ideológico, que reforçam as separações entre o feminismo e o marxismo.

Os desafios partidários ainda representam um gargalo político para a militância LGBTQIA+. As mudanças ainda ocorrem em um ritmo mais lento do que é esperado pela própria militância.

Lenta, mas tem acontecido porque até pouco tempo atrás o próprio partido não tinha uma resolução sobre como tratar algumas pautas, né? Como a pauta LGBT era a questão puramente identitária com a inserção de algumas pessoas no partido e a 'própria UJS faz um debate muito grande disso, então dessas figuras do movimento LGBT faz o PC do B mudar sua resolução. O PC do B hoje entende essas pautas como pautas civilizatórias. As resoluções do PC do B passam a adotar esse termo dentro dos seus espaços. Então, acho que isso já é um progresso que faz parte (Anônimo, 23, PC do B-SP).

Além dos desafios em torno da visibilidade para que a cidadania LGBTQIA+ avance em termos de direitos e outras garantias constitucionais, existem outros indicadores que complexificam essa inserção política. Embora os sujeitos envolvidos diretamente na luta pela diversidade sexual e de gênero tenham se deslocado há algum tempo para os espaços institucionais, desde a crise ocasionada pelo HIV/AIDS em meados dos anos de 1980 (GREEN, 2000; SANTOS, 2016a). Podemos dizer que a incorporação dessa agenda no debate público e nos espaços tradicionais de representação ainda podem ser considerados como algo recente, dado que ganharam maior relevância a partir da última década. Contraditoriamente, as alianças estabelecidas com forças políticas conservadoras, sobretudo aquelas com membros ligados aos setores evangélicos, nas coalizões formadas no Congresso Nacional e nas eleições municipais dificultam as conquistas de direitos para a comunidade LGBTQIA+ e colocam o partido em uma situação constrangedora perante à base de apoio e os setores progressistas da sociedade que reivindicam um alinhamento coerente com o programa partidário e com os compromissos assumidos publicamente por lideranças ligadas à legenda. Isso é objeto de

críticas internas recorrentes, segundo o relato de uma militante LGBTQIA+ do PC do B.

Para ela

Porque o Brasil ele é muito grande. Então, muitas vezes as coligações variam muito de acordo com sua territorialidade. Muitas vezes em São Paulo, para exemplificar, a eleição para a prefeitura muitas vezes o PC do B pode coligar com o PT ou com o PSOL e numa cidade remota lá do Amazonas o PC do B pode coligar com PL, com o Republicano que é uma legenda ligada à extrema direita. Muitas vezes ali vai ter uma resistência de se apresentar tais pautas, de colocar tais cartas sobre a mesa. É o medo da indisposição de se posicionar e se indispor com um futuro parceiro político, então a gente precisa pensar também nessa territorialidade, nesse formato político que está posto. Que tal coligação, tais alianças podem trazer vários tipos de conflitos políticos e de interesses que muitas vezes as pautas mais sensíveis acabam ficando em segundo plano, que é o caso da pauta LGBT, a pauta das mulheres, a pauta das pessoas negras, acabam sendo colocadas de lado deixadas numa sub gaveta (Anônimo, 29, PC do B-MT).

Essas problematizações trazidas pela militância evidenciam uma questão maior que engloba a esquerda como um todo, a crise de práxis. Fernandes (2019) argumenta que a fragmentação e a despolitização são os sintomas mais evidentes da crise de práxis que assola a esquerda e cria grandes empecilhos para a construção do seu projeto de sociedade. A fragmentação tem a ver com os processos de cisão que afetam as organizações de esquerda, diminuindo sua força social. Enquanto a despolitização está relacionada às baixas capacidades políticas da esquerda para estimular a organização popular e elevar sua consciência crítica afim de fazer frente ao projeto político, econômico e cultural das forças políticas liberais e/ou reacionárias. Buscamos acrescentar à contribuição de Fernandes a noção de que uma parte desse processo de despolitização está relacionado à dificuldade das organizações de esquerda em ampliar sua perspectiva sobre as opressões de raça, gênero e sexualidade. Pois, entendemos que uma parte da crise de práxis tem como base a abstenção do debate sobre as políticas sexuais em nome de uma governabilidade que se mostrou frágil diante das manobras golpistas das forças políticas que participaram do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e migraram posteriormente para o campo bolsonarista em 2018, intensificando a oposição à agenda LGBTQIA+ com base na articulação de pânicos morais para mobilizar os setores sociais da direita. Fernandes (2019) descreve esse fenômeno como uma onda conservadora que se corporificou de forma mais acentuada a partir das jornadas de junho de 2013 e se consolida em 2018 com a chegada de Jair Bolsonaro ao Executivo. Para a autora essa onda conservadora resultou no “crescimento da extrema-direita que se consolidava na doutrina liberal-conservadora” (FERNANDES, 2019, p. 261).

Esse fenômeno de ascensão de uma direita carregada de vieses anti-humanistas coloca um desafio permanente para os partidos políticos de esquerda, especialmente para PT, PSOL e PC do B, quanto à politização das identidades de gênero e da diversidade sexual. Os partidos inspirados nas tradições políticas democráticas, operárias e socialistas, que se comprometem politicamente com as demandas populares (sem fazer juízo ou rotulações sobre as escolhas estratégicas dos mesmos) necessitam reconhecer que não é mais possível abrir mão da disputa pela hegemonia, em um sentido gramsciano, no terreno dos costumes e da moralidade sob o risco de flertar sistematicamente com a derrota política e minar as possibilidades de construção de um projeto progressista socialmente engajado nos interesses das camadas exploradas e oprimidas da sociedade brasileira. Sendo assim, tais partidos precisam se reconectar às demandas populares e estimular os movimentos sociais progressistas para superar a crise de práxis apontada por Fernandes (2019) e “encarnarem” a concepção de uma expressão da vontade coletiva dos grupos subalternos (GRAMSCI, 2002) em um sentido de serem os educadores das coletividades oprimidas sob a condição de um “intelectual coletivo” que organiza a insatisfação social por meio da práxis refletida. Nesse sentido, o conjunto da militância LGBTQIA+ ligadas aos partidos de esquerda guardam consigo a tarefa de conscientização e politização dos seus companheiros e companheiras heterossexuais e cisgêneros afim de serem os protagonistas de uma mudança mais profunda envolvendo a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou lançar luz ao debate sobre a relação entre o movimento LGBTQIA+ e os partidos políticos de esquerda no Brasil de maneira a contribuir parcialmente e complementar a literatura já existente sobre o tema. Não temos a pretensão de esgotar todas as possibilidades dessa discussão, muito menos de abarcar as múltiplas dimensões que envolvem a luta LGBTQIA+, a esquerda e os partidos políticos, pois entendemos que este trabalho se propôs a ser mais uma tentativa de compreensão sobre o tema.

Buscamos, aqui, considerar que a relação entre as lutas sociais e políticas do movimento LGBTQIA+ se combinam dialeticamente com as lutas e desafios dos partidos de esquerda no Brasil, de tal maneira que é historicamente marcada por uma série de encontros e desencontros, que tendem a refletir nas divergências de natureza teórica e em práticas que secundarizavam formas de opressão que não fossem exclusivamente referentes à divisão social do trabalho e à divisão de classes. Sendo que esta categoria muitas vezes foi abordada de maneira idealizada, desconectada de outras clivagens sociais existentes no interior da formação das classes e da constituição do movimento operário em sua própria diversidade. Por conseguinte, situar as dimensões da dominação heteropatriarcal no bojo das formações sociais capitalistas e compreendê-las sob a ótica de um feminismo marxista e de um marxismo transviado requer de nós, primeiramente, uma postura autocrítica em razão das experiências socialistas existentes no século XX, fundadas em uma tradição política de viés autoritário. Logo, reproduziam largamente práticas autoritárias e dogmáticas, contrárias ao exercício das liberdades e distantes de uma perspectiva de cultura política humanista.

Se, num primeiro momento, a revolução russa tratou de derrubar todas as leis czaristas que criminalizavam a homossexualidade e de expandir os direitos das mulheres antes mesmo de qualquer país capitalista, aproveitando as pulsões libertárias que o período revolucionário propiciou. O momento posterior, marcado pela ascensão *stalinismo* correspondeu a uma onda de retrocessos no campo das políticas sexuais e de gênero, além do fechamento do regime que se tornou cada vez mais repressivo. Esse processo de construção autoritária também foi característico de outras experiências socialistas, como China e Cuba. Em um primeiro momento de recepção dos direcionamentos políticos-organizativos dos Partidos Comunistas e dos princípios teóricos advindos de Moscou, houve uma naturalização do autoritarismo e de práticas

repressivas que atentavam contra as liberdades, como buscamos demonstrar no decorrer deste trabalho.

Trouxemos a ideia de que as lutas pela diversidade sexual e de gênero e as lutas do movimento operário estiverem historicamente carregadas de ambiguidades e de tensões enraizadas na constituição do movimento LGBTQIA+ desde o seu nascimento a partir da segunda metade do século XX. A indiferença, o ceticismo e a diminuição da relevância pública das reivindicações por liberdade sexual e de gênero sempre estiveram presentes nessa relação. Contudo, a ambiguidade reside justamente no fato de que as organizações políticas operárias estiveram à frente dos questionamentos relacionados à criminalização das homossexualidades e ao modelo heteropatriarcal de família, defendendo mudanças legislativas sobre essas questões. É o caso do Partido Social-democrata Alemão, que defendeu mudanças legislativas acerca de relações sexuais consentidas entre pessoas adultas e do mesmo sexo; da fase inicial da revolução russa que derrubou as leis proibitivas relacionadas às homossexualidade; do Partido dos Trabalhadores que esteve inserido nas formações das primeiras organizações de *gays* e lésbicas no Brasil, bem como criou o primeiro núcleo voltado para discutir a temática junto à sua militância, conforme apresentamos no capítulo dois.

Ao pensarmos sobre as bases de uma crítica marxista direcionada às estruturas heteropatriarcais das formações sociais capitalistas encontramos na crítica à família patriarcal e sua matriz heterossexual um eixo substancial sobre o qual o marxismo transviado pode se desenvolver como parte elementar de uma crítica mais profunda e radical às sociedades que experimentam a contradição entre capital e trabalho. Nesse sentido, já haviam elementos questionadores à família patriarcal presentes na obra de Engels. Embora *A Origem* tenha representado um esforço do autor para pensar as condições da mulher nas sociedades de classes, acaba por formular uma teoria inapropriada, recaindo em uma perspectiva evolucionista e bastante determinista, sobretudo em relação à monogamia e à naturalização das relações heterossexuais. Marx, por sua vez traz contribuições críticas à família patriarcal sob uma perspectiva mais historicizada e que se desenvolve nas suas formulações acerca da força de trabalho e da reprodução social, contidas n’*O Capital*. Não se trata de encontrar em Marx uma teoria feminista sistematizada, mas de reconhecer que alguns princípios questionadores da ordem patriarcal estão contidos na sua obra de maneira embrionária, a partir do que buscamos argumentar.

As primeiras formulações teóricas e políticas sobre a sexualidade e a construção dos gêneros vieram dos estudos feministas. Assim, o feminismo se tornou uma perspectiva crítica e uma corrente emancipatória de referência basilar para a formação do movimento LGBTQIA+. Justamente por isso recorreremos aos trabalhos que inicialmente pensaram o marxismo em relação ao feminismo e aquilo que os/as socialistas do início do século XX descreviam como “a condição da mulher”. A emergência do movimento feminista e o acúmulo teórico substancial adquirido a partir dos anos de 1960 pelo pensamento feminista trouxeram novas contribuições que culminaram nos debates sobre capitalismo e patriarcado nas vertentes do feminismo socialista.

Curiosamente, alguns trabalhos dos quais mobilizamos nesta pesquisa trataram de estabelecer as bases da relação entre marxismo e feminismo como um matrimônio, ora marcado pelos casamentos, ora marcado pelos divórcios. Essas alusões nos trazem indícios de como a família, como instituição social, possui centralidade para pensarmos as condições de reprodução das relações de poder estruturadas no heteropatriarcado e como estas se organizam umbilicalmente à divisão de classes e às desigualdades materiais impostas pelo capitalismo. Isso justifica nosso esforço em interpretar essas intersecções como momentos concretos que correspondem historicamente à formação das sociedades capitalistas e como a família se transformou em um espaço privilegiado para a reprodução dessas relações desiguais, sendo que a crítica ao seu modelo heterossexual se torna pertinente. É uma parte crucial dos questionamentos ampliados às desigualdades enraizadas na divisão social do trabalho, pensadas de forma conjugada às clivagens de gênero, raça e sexualidade.

Entre os desiguais, existem aquelas e aquelas que são ainda mais desiguais. Sendo assim, o machismo, o racismo, a LGBTfobia e outras formas de opressão estrutural produzem experiências sociais distintas, criando processos de inferiorização no interior da classe trabalhadora. Como tentamos demonstrar, a classe dos capitalistas sabe como tirar proveito dessas situações para estimular divisões e intensificar a exploração promovendo a desvalorização de determinados segmentos de trabalhadoras e trabalhadores. Esse mecanismo serve para rebaixar as condições de trabalho e os direitos das classes trabalhadoras como um todo.

No segundo momento desta pesquisa nos dedicamos a reposicionar o debate sobre a relação entre Estado e sociedade a partir das contribuições de autores marxistas que conceberam o Estado de forma integral, em detrimento de perspectivas que reproduzem uma crítica centrada na separação Base e Superestrutura e na separação entre Estado e

sociedade civil, tal como a tradição de pensamento liberal. Baseado no reencontro do marxismo com o humanismo cívico e a luta por direitos, nos esforçamos para abrir uma possibilidade de análise que articula as desigualdades em torno das sexualidades, dos gêneros e da divisão racial para endossar uma concepção ampliada de Estado associado à dinâmica da luta de classes e à dinâmica relacional de poder estabelecido na sociedade e nas entranhas institucionais da ossatura estatal.

Adiante, mobilizamos as discussões paradigmáticas sobre redistribuição e reconhecimento como um marco teórico incontornável que remete às cisões políticas que ocorreram entre as lutas LGBTQIA+ e as lutas dos trabalhadores. O panorama característico desses confrontos resultou na síntese proposta por Arruzza, ao defender uma união *queer* entre feminismo e marxismo. Para a autora, o feminismo desconstrucionista e a crítica radical do socialismo têm o potencial crítico necessário de se combinarem em um ataque unitário ao modo de produção capitalista e as estruturas heteropatriarcais existentes como elementos articulados da totalidade das relações de poder estabelecidas.

Defendemos que as organizações políticas de esquerda são os espaços cujas agendas do movimento LGBTQIA+ podem ser construídas com maior capilaridade. Para tanto, retomamos a centralidade que o conceito de práxis assume para essa questão. Propomos que ação política consciente e refletida da militância LGBTQIA+ inserida organicamente nesses partidos podem contribuir, por um lado, para educar o conjunto das respectivas organizações sobre a centralidade das pautas de diversidade sexual e de gênero nas disputas políticas. Além de fortalecer, por outro lado, a luta contra o conservadorismo moral vigente, que opera politicamente para negar direitos e o reconhecimento da cidadania para a comunidade LGBTQIA+. Esse enfrentamento precisa ser assumido como fundamental para os partidos de esquerda que se reconhecem como organizações progressistas.

Na sequência reconstruímos a trajetória histórica dessa relação envolvendo o movimento LGBTQIA+ com os partidos de esquerda no contexto brasileiro. Em partes, nos preocupamos em demonstrar como aquelas discussões protagonizadas por Butler e Fraser refletiam em uma tendência que também se manifestava nos embates ocorridos no Brasil. E um momento posterior, quando o movimento LGBTQIA+ paulatinamente se dirige para a luta institucional, sua relação com os partidos também passa por alterações até o momento em que a militância LGBTQIA+ inserida nos partidos de esquerda inicia um processo para reivindicar uma participação mais decisiva e decidida nessas

organizações, pautando a reformulação dos programas, a criação de espaços temáticos e estruturas internas de representação, incidindo sobre candidaturas representativas e participando nas diretrizes dos planos de governos e de políticas públicas.

No terceiro e último capítulo analisamos como cada partido tem lidado com as questões LGBTQIA+ através, em um primeiro momento, da incorporação do tema em seus estatutos e nas estruturas partidárias. Em um segundo momento, se os programas políticos oficiais trazem referências explícitas à agenda da diversidade sexual e de gênero. Em um terceiro momento, como se deu o amadurecimento dessas questões nos planos de governo de 2006 até 2022. Por fim, avaliamos o quadro relativo às e aos representantes LGBTQIA+ com mandatos efetivados nas assembleias estaduais e no Congresso Nacional.

A fundação do PT é contemporânea ao surgimento do movimento LGBTQIA+ no Brasil. Militantes do partido participaram do Grupo Somos na década de 1980 e ajudaram na construção inicial do movimento. Setores internos do partido, como a CS, contribuíram para que o partido tivesse um acúmulo político nessa direção, culminando na criação do NGLPT no início dos anos de 1990 (GREEN 2000; SANTOS, 2016a). Esses fatores contribuíram para que a bancada partidária do PT fosse responsável por apresentar o maior volume de ações legislativas sobre essa temática entre os anos de 1995 e 2011 (OLIVEIRA, 2012).

A ascensão do partido ao governo federal coincidiu com o crescimento da visibilidade pública das lutas e do reconhecimento das pessoas LGBTQIA+ enquanto sujeitos de direitos. Nesse período, os chamados setoriais se difundiram nos partidos políticos brasileiros, sendo incorporados às suas estruturas internas (SANTOS, 2016a). Em meados 2017 o PT cria a Secretaria Nacional LGBT. Essa mudança de *status* permitiu que uma representante LGBTQIA+ pudesse compor a Executiva Nacional, instância máxima de direção do partido, com direito à voz e acesso a uma parcela dos recursos financeiros e destacamento para conduzir as tarefas ligadas à pauta (FEITOSA, 2022). Todavia, os compromissos e as alianças costuradas com as alas políticas conservadoras, conduziram o PT a uma posição contraditória. De um lado, implementou algumas medidas governamentais para mitigar os efeitos da violência dirigida contra a população LGBTQIA+. De outro, evitou conduzir ações legislativas mais robustas para não abrir um embate frontal com a FPE, desagradando membros do movimento LGBTQIA+, segmentos sociais progressistas, a oposição de esquerda e sua própria base política identificada com as bandeiras do movimento (SANTOS, 2016a).

Em relação aos planos de governo de 2006 em diante, pudemos observar que as propostas mais avançadas em termos de direitos estão inseridas no Plano de Fernando Haddad, em 2018, em detrimento dos anteriores que ora não apresentavam propostas concretas, ora traziam as questões de forma excessivamente vaga (FEITOSA, 2022). Além disso, conforme os relatos coletados nas entrevistas de campo, o partido segue com dificuldades para enraizar a agenda política das sexualidades e dos gêneros junto à sua militância, que apresentam resistências para reconhecer a legitimidade da mesma em algumas localidades. Por fim, o investimento em candidaturas LGBTQIA+ segue sendo um obstáculo considerável para que o partido altere a correlação de forças nos poderes legislativos. Por se tratar da maior legenda de esquerda no Brasil, espera-se muito mais do PT em termos de representação política desse segmento frente ao cenário atual e às necessidades colocadas na conjuntura.

O PSOL, conforme abordamos, é um partido fundado a partir de um pequeno grupo de parlamentares que cindiram com o PT em 2004 e criaram uma nova organização. O PSOL desde o seu surgimento assumiu a luta em defesa da diversidade sexual, como consta no seu programa. Daí em diante o partido criou seu setorial LGBT (SANTOS, 2016a), ampliou os debates sobre a pauta, sobretudo a partir do mandato de Jean Wyllys, contribuindo, por um lado, para que as lutas ganhassem relevância nacional e criando uma identificação da sociedade para com o partido de ser uma legenda simpática à causa LGBTQIA+ e tencionando os demais partidos de esquerda a seguirem por um caminho similar, por outro lado (FEITOSA, 2022).

Se comparado ao PT, o PSOL não apresenta tantos mecanismos institucionais internos relacionados à agenda. Contudo, e, paradoxalmente, é o partido que possui a maior bancada composta por LGBTQIA+ na Câmara e nas assembleias estaduais, chegando a 50%, com 9 mandatos dos 18 mapeados. Isso demonstra que o grau de institucionalização não está diretamente relacionado à capacidade dos partidos para ampliarem a representação parlamentar desses sujeitos (FEITOSA, 2022).

As dificuldades que encontramos na literatura nos relatos de campo apontam, por um lado, para a sobrecarga de tarefas assumidas pelo conjunto da militância LGBTQIA+ psolista, o que cria barreiras para designar militantes que irão assumir a tarefa com uma maior exclusividade. Além das disputas internas entre as tendências por cargos nas estruturas internas do partido que se tornam um empecilho para a institucionalização de determinadas agendas na estrutura orgânica do partido, bem como nas suas instâncias de direção (FEITOSA, 2022).

Em relação aos planos de governo analisados, o PSOL é aquele que apresenta maiores avanços em termos de políticas públicas propostas, dado o acúmulo advindo do mandato de Jean Wyllys, como do engajamento político para com a pauta (FEITOSA, 2022). Contudo, pelo fato de o PSOL não ter vencido disputas eleitorais para os governos dos estados ou para as prefeituras das capitais, com exceção de Belém-PA seu conjunto de propostas ainda tem uma efetividade baixa na prática. Cabe ao partido o desafio de ser testado estando à frente de alguns Executivos a mais para que possamos avaliar sua desenvoltura governamental acerca da sua capacidade para lidar com as contradições colocadas para uma gestão desse tipo.

O PC do B é o partido, dentre os investigados, que possui uma longevidade maior de existência, coincidentemente é o partido forjado na tradição política do marxismo-leninismo, esta que tem sido alvo das críticas presentes neste trabalho por ser a linha política de referência das experiências socialistas e dos Partidos Comunistas ao redor do mundo, que assumiram uma posição contraditória e indefensável acerca das questões de diversidade sexual e de gênero.

A partir das nossas análises pudemos constatar que, embora o partido tenha se atualizado e demonstrado uma abertura crescente para incorporar um conjunto ampliado de demandas LGBTQIA+ e alterando suas resoluções estatutárias ao longo dos últimos anos, é possível perceber que alguns desafios ainda permanecem presentes. Como por exemplo, a dificuldade para encarar a pauta com centralidade para pensar sua política de alianças, tal como o PT. Por ser um partido pequeno as possibilidades de representação nas candidaturas proporcionais esbarram nas prioridades de escolhas do partido para concentrar seus esforços financeiros em uma quantidade reduzida de candidaturas, o que pode significar um entrave para aquelas identificadas enquanto LGBTQIA+.

Em relação à institucionalização, o PC do B não possui ainda uma secretaria LGBTQIA+ no Comitê Central, sua instância máxima de direção. Porém, essa ausência não pode ser vista nos mesmos moldes do PSOL, que não as possui em razão de outras dificuldades mencionadas acima, tendo em vista que o PC do B tem secretarias específicas dedicadas à juventude, mulheres e negritude, mas não apresenta uma ligada à questão LGBTQIA+. O que pode corresponder a uma contradição interna a ser superada pelos debates promovidos pela sua militância.

Por fim, buscamos no decorrer desta pesquisa compreender as relações que envolvem os partidos de esquerda no Brasil e o movimento LGBTQIA+, trazendo algumas possibilidades teóricas que indicam possibilidades de construção para uma teoria

marxista LGBTQIA+ ou transviada, conforme a instigante sugestão de Toitio (2017). Com isso, buscamos argumentar que não apenas é possível, como é necessária inserir a luta pela diversidade sexual e de gênero no cerne da luta de classes, por considerarmos a heterogeneidade constitutiva das classes trabalhadoras, especialmente no sul global, onde a dinâmica do racismo se articula estruturalmente à formação heteropatriarcal e à divisão social do trabalho na maioria dos Estados-Nação periféricos. Nesse sentido, as críticas à família patriarcal e à reprodução social presentes nas obras de Marx e Engels, bem como os trabalhos das feministas marxistas trouxeram contribuições para olharmos para as injustiças sociais sob uma perspectiva crítica ampliada.

Os debates em torno do Estado e da noção de práxis nos ajudam a pensar nos desafios colocados para a esquerda brasileira no sentido de superar o processo de despolitização, conforme coloca Fernandes (2019), incrementando à sua crítica a necessidade de incorporar organizativa e programaticamente as reivindicações LGBTQIA+ para enfrentar as forças políticas liberal-conservadoras e o projeto antipopular e anti-humanista que tais forças encarnam e operam contra a classe trabalhadora, as mulheres, a população negra e a comunidade LGBTQIA+. Nesse aspecto, superar a lógica da *hegemonia heteropatriarcal* se tornou um desafio central para as lutas contemporâneas dos partidos que se reconhecem no campo progressista. Pois, o conservadorismo neoliberal tem representado um entrave às conquistas de direitos e à cidadania daquelas e daqueles que sofrem com a opressão heterossexista e patriarcal, bem como o conjunto da classe trabalhadora que tem sentido na pele os efeitos da precarização, da retirada de direitos sociais e das ameaças constantes à democracia. O cenário tem se tornado cada vez mais difícil nos últimos tempos e os partidos de esquerda estão imersos nesse conjunto de crises. Contudo, o trabalho permanente junto aos movimentos sociais organizados e a construção de uma política centrada no humanismo podem reoxigenar suas estruturas, reinventar sua dinâmica de lutas para reconstruir a democracia junto das bases populares que constituem a maioria da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUZZA, Cinzia. Rumo à “União *Queer*” de Marxismo e Feminismo? **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p. 159-171, 2º sem. 2011.
- ARUZZA, Cinzia. Considerações Sobre o Gênero: Reabrindo o Debate sobre Patriarcado e/ou Capitalismo. **Revista Outubro**, n.23, p. 33-58, 1ºsem. 2015
- ARRUZZA, Cinzia. **Ligações Perigosas: Casamentos e Divórcios entre Marxismo e Feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-Democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOBBIO, Norberto. “Existe uma Doutrina Marxista do Estado?” In: BOBBIO, Norberto et. al. **O Marxismo e o Estado**. Trad. BOCARDO, Federica. L. LEVIE, Renée. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 13-31.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e Crítica de um Preconceito**. Trad. TEIXEIRA, Guilherme J de F. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 21-33, 2010.
- BROWN, Heather. A. **Marx on Gender and the Family: a Critical Study**. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- BUTLER, Judith. El Marxismo y lo Meramente Cultural. **Social Text**, 52-53, otoño-invierno, 1997. p. 109-121.
- BUTLER, Judith. “Corpos que Pesam: Sobre os Limites Discursivos do ‘Sexo’”. In: LOURO, Guacira. L. (Org). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Trad. SILVA, Tomaz. T. da. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-166.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad. AGUIAR, Renato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERRONI, Umberto. “Existe uma Ciência Política Marxista?” In: BOBBIO, Norberto et. al. **O Marxismo e o Est/ado**. Trad. BOCARDO, Federica. L. LEVIE, Renée. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 55-68.
- CHAUNCEY, George. **Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World 1890-1940**. Nova York: HarperCollins, 1994.
- COUTINHO, Carlos. Nelson. **Marxismo e Política**. A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- CPDOC-FGV. **Verbete Partido Socialismo e Liberdade**. 2009b. Disponível em: [PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE \(PSOL\) | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](https://www.cpdoc.fgv.br/partido-socialismo-e-liberdade) Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

CRUZ, Rodrigo. Do protesto às urnas: as campanhas em defesa da causa homossexual nas eleições de 1982. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. CANDIANI, Heci, R. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. “Justiça para Comunidades Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneras”. In: **Margem à Esquerda**, nº 33, São Paulo: Boitempo, 2019. p. 53-64.

D’EMILIO, John. Capitalism and Gay Identity. In: **Making Trouble: Essays on Gay History, Politics, and the University**. Nova York: Routledge, 1992a.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. KONDER, Leandro. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FABBRI, Luciano. Um Olhar Feminista sobre o Sujeito da Transformação Social em Nuestra América. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 27, 2º Semestre. 2011. p. 172-185.

FEITOSA, Cleyton. **Movimentos LGBTI+ e partidos políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil**. Tese (doutorado em ciência política). Brasília: UnB. 2022.

FERNANDES, Florestan. “O Mito da Democracia Racial”. In: **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume I: Ensaio de Interpretação Sociológica. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 304-325.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos: A Encruzilhada da Esquerda Brasileira**. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2019.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, Falta de reconhecimento y Capitalismo: uma Respuesta a Judith Butler. **Social Text**, 52-53, otoño-invierno, 1997.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa Era “Pós-socialista”. Trad. SIMÕES, Julio. A. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. Mapeando a Imaginação Feminista: da Redistribuição ao Reconhecimento e à Representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, nº 2, p. 291-308, mai/ago. 2007.

FRASER, Nancy. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. Trad. COSTA FILHO, da. Anselmo; CAVALCANTE, Sávio. **Revista Outubro**, n. 26, p. 32-56. 2º sem. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 56ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política. Trad. COUTINHO, Carlos. Nelson; HENRIQUES, Luiz. Sérgio; NOGUEIRA, Marco. Aurélio. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GREEN, James. N. Mais Amor e Mais Tesão: A Construção de um Movimento Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. **Cadernos Pagu** (15), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, 2000. p. 271-295.

GREEN, James. N. A Luta Pela Igualdade: Desejos, Homossexualidade e a Esquerda na América Latina. **Cadernos AEL**, v. 10, nº18/19, 2003. p. 16-40.

GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e Marxismo: Crítica à Razão Liberal**. São Paulo: Xamã, 1999.

HARTMANN, Heidi. Un Matrimonio Mal Avenido: Hacia una Unión más Progresiva entre Marxismo y Feminismo. **Papers de la Fundació/88**, 1979. Disponível em: <https://fcampalans.cat/archivos/papers/88.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2023.

HARVEY, David. “O Capital Vai ao Trabalho”. In: HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. Trad. PESCHANSKY, João. A. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. p. 53-57.

KECK, Margaret. E. **PT - A lógica da diferença: O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Crítica da Mais Recente Filosofia Alemã em Seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em Seus Diferentes Profetas (1845-1846). Trad. ENDERLE, Rubens. SCHNEIDER, Nélio. MARTORANO, Luciano, Cavini. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 25-117.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. SCHNEIDER, Nélio. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: o Processo de Produção do Capital**. Trad. ENDERLE, Rubens. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIGUEL, Luis. Felipe. “O Liberalismo e o Desafio das Desigualdades”. In: **Desigualdades e Democracia: o Debate da Teoria Política**. São Paulo: Editora UNESP, 2016. p. 25-66.

MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois Coedição com Anita Garibaldi, 2014.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. **Direitos Sexuais de LGBTTT no Brasil: Jurisprudência, Propostas Legislativas e Normatização Federal**. Brasília, Ministério da Justiça, 2012.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações Afirmativas, Relações Raciais e Política de Cotas nas Universidades: Uma Comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**. Porto Alegre, nº 1 (61), jan./abr. 2007. p.29-51.

OLSEN, Johan. P. **Accountability Democrática, Ordem Política e Mudança: Explorando Processos de Accountability em uma Era de Transformação Europeia**. Trad. RIO BRANCO, Eliane. Brasília: ENAP, 2018.

PC do B. **Estatuto do Partido Comunista do Brasil**. 2005. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/estatuto-aprovado-durante-o-11-congresso/>. Acesso em 26 de janeiro de 2024.

PC do B. **Resoluções Aprovadas no 13º Congresso do PC do B.** 2013. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/resolucoes-aprovadas-no-13o-congresso-do-pcdob-de-2013/>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2024.

PC do B. **Estatuto do Partido Comunista do Brasil.** 2022. Disponível em: <https://pcdob.org.br/estatuto/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

PC do B. **A Porto Alegre Que Queremos – Plano de Governo.** 2020. Disponível em: <https://eleicoes.pcdob.org.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/11/plano-de-governo-Manuela-2020.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2024.

PC do B. **Uma Cidade Para Todos** Plano de Governo. Volta Redonda, 2020. Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RJ/59250/426/candidatos/850652/5_1601230771062.PDF. Acesso em 27 de janeiro de 2024.

PHILLIPS, Anne. De uma Política de Ideias a uma Política de Presença. **Estudos Feministas**. v. 1. 2º sem. 2001. p. 268-290.

PIERINI NETO, Edgar. **Os Programas de Ações Afirmativas em prol da População Transexual e Travesti.** Dissertação (Mestrado em Direito). São Paulo: PUC-SP, 2019.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PSOL. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade. 2010a.** Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-1-4-2010/@@download/file/estatuto-do-psol-de-1-4-2010.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PSOL. **Manifesto da Frente de Esquerda.** 27 jun. 2006. Disponível em: <https://psol50.org.br/manifesto-da-frente-de-esquerda-2/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PSOL. **Programa da Coligação Vamos sem medo de mudar o Brasil.** Guilherme Boulos e Sonia Guajajara. 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/guilherme-boulos.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PSOL. **Programa de governo presidenta Luciana Genro: o povo acordou por mais direitos.** Eleições 2014. Disponível em: <https://issuu.com/lucianagenro5/docs/programaluciana>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PSOL. **Proposta de governo Plínio de Arruda – 2010.** 2010b. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/discurso/proposta-degoverno-plinio-de-arruda-2010>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PSOL. **P-SOL – Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade.** 2004. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialismo-e-liberdade-de-6-6-2004/@@download/file/estatuto-do-psol-de-6-6-2004.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

PT. **Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores**. 1979. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

PT. **Entenda o que são e como funcionam os setoriais do PT**. 27 jul. 2017. Disponível em: <https://pt.org.br/entenda-o-que-sao-e-como-funcionam-os-setoriais-do-pt/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. Com as alterações aprovadas na Convenção Nacional de 22 de dezembro de 1995. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-22-12-1995-resolucao-tseno.1996/@@download/file/estatuto-do-partido-de-22.12.1995-resolucao-tse-no-19530.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**. 2001. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-11-3-2001-resolucao-tseno.2002/@@download/file/estatuto-do-partido-de-11.3.2001-resolucao-tse-no-20965.pdf. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

PT. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores**, 2017. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/03/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

PT. **Executiva Nacional do PT aprova resolução sobre cidadania LGBT**. 23 fev. 2018. 2018a. Disponível em: : [Executiva Nacional do PT aprova resolução sobre cidadania LGBT | Partido dos Trabalhadores](#). Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

PT. **Manifesto**. 21 de outubro. 1980. Disponível em em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2024.

PT. PT – Partido dos Trabalhadores. In: BRASIL. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014b. 389 p. Disponível em: [001003807.pdf \(senado.leg.br\)](#). Acesso em: 18 de janeiro de 2024

PT. **Lula Presidente – Plano de governo 2007/2010**, 2006. Disponível em: [Programa de governo 2007-2010.pdf \(fpabramo.org.br\)](#). Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

PT. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**, 2010. Disponível em: [Programa-de-governo-presidencia_2010.pdf \(fpabramo.org.br\)](#). Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

PT. **Povo Feliz de Novo – Plano de Governo 2019/2022**. 2018. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf. Acesso em 19 de janeiro de 2024.

PT. **Mais Mudanças, Mais Futuro. Programa de Governo Dilma Rousseff – 2014**. 2014a. Disponível em: [Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf \(pt.org.br\)](#). Acesso em 19 de janeiro de 2024.

- REBUCINI, Gianfranco. Marxismo *Queer*: Abordagens Materialistas das Identidades Sexuais. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, SP, n. 48, p. 109-125, 2019.
- REIS, Daniel Aarão. “Marxismo Sociedade e Partidos Políticos Hoje”. In: **História do Marxismo no Brasil (v. 6)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. 439-461
- REZENDE, F. “Comparação em Ciência Política”. In: PERISSINOTTO, Renato. et al. **Política Comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022. p. 55-96.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em 15 jul. 2023.
- SAFFIOTI, Heleith. “A Realidade Nua e Crua”. In: SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular Coedição Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 11-40.
- SALES, Jean. R. O Partido Comunista do Brasil e a Crise do Socialismo Real. **Revista Brasileira de História**. v. 28, nº 56. 2008. p.507-528.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. Contemporânea - **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, 2016a. p. 179-212.
- SEARS, Alan. Anticapitalismo *Queer*: o que Restou da Libertação Lésbica e *Gay*? **Crítica Marxista**, n. 49, p. 133-152, 2019.
- SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**. 85. Nov. 2009. p. 83-102.
- TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, Classe e Marxismo. **Revista Outubro**, nº 31, 2º Semestre, 2018. p. 177-196.
- TOITIO, Rafael. Sobre a hegemonia heterossexista. In: Anais VIII Colóquio Internacional Marx e Engels (Unicamp). Campinas: **CEMARX**, 2015.
- TOITIO, Rafael. Uma Marxismo Transviado. Campinas: **CEMARX**, 2017. p. 61-82.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VALADARES VASCONCELOS, Diego. **Direitos Humanos nas Esquinas da História: Encontros e Desencontros entre as Tradições Políticas e o Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: UFMG, 2020.
- VÁZQUEZ, Adolfo. Sánchez. Práxis Espontânea e Práxis Reflexiva. In: VÁZQUEZ, Adolfo. Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Trad. CARDOSO, Luiz. Fernando. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 281-316.
- VOGEL, Lise. **Marxismo e a Opressão às Mulheres: Rumo a uma Teoria Unitária**. Trad. Equipe de Trabalho do Grupo de Estudos Sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). ROCHA, Camila Carduz et al. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- VOTE LGBT. **18 LGBT+ Eleitas**. votelgbt.org. Disponível em: <https://www.votelgbt.org/eleites>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

WILLIAMS, Raymond. Base e Superestrutura na Teoria da Cultura Marxista. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43-68.

WOLF, Sherry. **Sexualidade e Socialismo: História, Política e Teoria da Libertação LGBT**. Trad: Coletivo LGBT Comunista. São Paulo, SP: Autonomia, 2021.

ANEXOS

ANEXO 1:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Programa de Pós-graduação em Ciência Política

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Título da pesquisa: A cor vermelha do arco-íris; Movimento LGBTQIA+ e partidos de esquerda no Brasil

Pesquisador: Zeonyr Barbosa Conrado

Orientador: Juarez Guimarães

Vínculo institucional: mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

Natureza da Pesquisa: Dissertação a ser defendida para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Dados de pesquisa

- A.** Fale um pouco sobre a sua trajetória pessoal e a descoberta da sua sexualidade/identidade de gênero?
- B.** A partir da sua vivência e das suas percepções de mundo, o que lhe conduziu à militância partidária?
- C.** Quais as principais dificuldades enfrentadas pela militância LGBTQIA+ na relação com os demais membros do partido?
- D.** Como você avalia o processo de incorporação das demandas LGBTQIA+ na organização ao longo do tempo?
- E.** Tendo em vista que vivemos em uma sociedade que historicamente oprime sujeitos LGBTQIA+ e que esse processo é estrutural, você pode relatar alguma situação em que presenciou ou que tenha sido vítima de *LGBTfobia* no interior da organização?

F. Como você avalia a capacidade de resposta do partido para situações em que a *LGBTfobia* foi reproduzida em algum espaço do partido?

G. O que muda se o sujeito que sofreu *LGBTfobia* ocupa uma posição na direção ou na base do partido?

H. Sobre as pautas LGBTQIA+, o que você considera que houve em termos de avanço político e o que considera que ainda persiste como um desafio para a organização?

I. Você considera que a agenda LGBTQIA+ tem uma centralidade no momento de definição do partido em relação à política de alianças com outros partidos?

J. Em que medida você considera que a forma-partido que a sua organização se estrutura (tendências ou quadros) interfere na relação com as pautas LGBTQIA+?

K. Quais os principais desafios que a esquerda em geral enfrenta para pautar as demandas LGBTQIA+ na sociedade?

L. O que você considera que é preciso ser feito pela esquerda para transformar a sociedade e torna-la mais inclusiva e sensível aos direitos da população LGBTQIA+?

ANEXO 2: ESTATUTOS DOS PARTIDOS

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL:

<https://pcdob.org.br/estatuto/>

PARTIDO DOS TRABALHADORES.

<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/03/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017.pdf>

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

<https://psol50.org.br/partido/estatuto/>

ANEXO 3: LINKS DE ACESSO AOS PLANOS DE GOVERNO

<https://eleicoes.pcdob.org.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/11/plano-de-governo-Manuela-2020.pdf>

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RJ/59250/426/candidatos/850652/5_1601230771062.PDF

[Programa_de_governo_2007-2010.pdf \(fpabramo.org.br\)](#)

[Programa-de-governo-presidencia_2010.pdf \(fpabramo.org.br\)](#)

[Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf \(pt.org.br\)](#)

<https://psol50.org.br/manifesto-da-frente-de-esquerda-2>

<https://issuu.com/lucianagenro5/docs/programaluciana>

<https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/guilherme-boulos.pdf>

<https://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/discurso/proposta-degoverno-plinio-de-arruda-2010>